

Natalia Pinheiro Scantamburlo

**SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA CONJUGAL NA  
PERSPECTIVA DOS CÔNJUGES**

Dissertação submetida ao Programa de  
Psicologia da Universidade Federal de  
Santa Catarina para a obtenção do  
Grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmen  
Leontina Ojeda Ocampo Moré  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria  
Aparecida Crepaldi

Florianópolis  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor

Maiores informações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>





Dedico este trabalho ao amor da minha vida, que sempre me mostra o quanto é maravilhoso ser ousada!



## AGRADECIMENTOS

Aos casais, que me receberam em suas casas e se disponibilizaram a compartilhar suas experiências de vida. Muito obrigada! Sem vocês este trabalho não se realizaria.

À querida professora Dr<sup>a</sup> Carmen, minha orientadora, que tão carinhosamente me mostrou o quanto a pesquisa qualitativa é apaixonante! Obrigada por compartilhar seu conhecimento e os seus finais de semana no Skype!

À querida professora Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida, minha co-orientadora, que me acolheu em seu grupo de pesquisa e possibilitou que este trabalho fizesse parte do seu projeto de pesquisa maior.

As companheiras do grupo de pesquisa, Simone, Zanzi, Bia, Lauren, Carina e Lizi! Obrigada pela caminhada conjunta, aprendi muito com vocês!

À Sheila, pelo carinho e os apontamentos realizados neste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC pela qualidade do curso e a

Capes pelo apoio financeiro por meio da bolsa.

Às professoras Dr<sup>a</sup> Lucienne e Dr<sup>a</sup> Rosane pelas considerações na banca de qualificação. Obrigada por aceitarem prontamente participarem da defesa deste trabalho.

Ao meu amado companheiro, Heitor, por me amar nos momentos de maior dificuldade! Obrigada pelas preciosas sugestões do trabalho.

A minha família ampliada obrigada pela confiança, carinho e apoio! Amo vocês!



## RESUMO

A busca pela visibilidade do fenômeno da violência nas suas mais variadas formas de expressão constitui-se, nos dias atuais, num grande desafio para o campo da produção de conhecimento, principalmente, no que diz respeito a busca de metodologias sensíveis e éticas que possam dar vozes aos participantes e que permitam desvendar as complexas nuances que sustentam o mencionado fenômeno. O presente trabalho se caracterizou por abordar e delimitar um problema evidenciado no contexto de um projeto maior, de delineamento quantitativo. Com o intuito de aprofundamento dos desdobramentos dessa investigação, o objetivo deste trabalho foi compreender os significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos casais com união estável e filhos pequenos. O estudo foi de natureza qualitativa, do qual participaram cinco casais, selecionados com base em indicadores específicos da investigação maior. Os instrumentos de coleta de dados foram questionário sociodemográfico, entrevista semiestruturada e genograma familiar. A análise dos dados seguiu os princípios da Teoria Fundamentada, em que foram estabelecidas cinco grandes categorias de análises, que permitiram responder ao objetivo geral proposto. A Epistemologia da Complexidade proposta por Morin constituiu-se como a matriz teórica integradora utilizada na convergência dos diferentes olhares evidenciados no processo da violência. Utilizou-se o modelo bioecológico de Bronfenbrenner para identificar os diferentes níveis de complexidade envolvidos no processo da violência conjugal. Os resultados evidenciaram que a violência conjugal veiculada pela mídia apareceu como um fomentador daquilo que é significado sobre a violência entre os casais. Observou-se que o reconhecimento das consequências da violência psicológica nas relações conjugais apareceu no mesmo patamar que as da violência física, demonstrando a superação do reconhecimento das consequências da agressão física nas relações conjugais. Em relação aos desencadeadores da violência, constatou-se que atuaram de forma interconectada e se sustentaram por meio de elementos que convergiram e se afetaram mutuamente. As crenças culturais machistas e patriarcais mostraram-se fortemente presentes nas relações conjugais, juntamente com os valores contemporâneos sobre o papel da mulher na relação conjugal. Quanto às estratégias de enfrentamento da situação de violência relatadas pelos participantes, evidenciaram-se bem sucedidas na prevenção da violência física; no entanto, esse resultado não foi efetivo no que se refere à violência

psicológica. Em relação aos aspectos de transmissão intergeracionais da violência, evidenciou-se que os participantes que vivenciaram violência física grave na sua família de origem ou testemunharam a violência grave utilizaram o mesmo modelo de resolução de conflito na sua relação conjugal. Dessa forma, conclui-se que a compreensão dos significados da violência conjugal são coconstruídos com base na articulação dos diferentes elementos encontrados tanto nos níveis pessoal, relacional e contextual como no temporal, que influenciam no posicionamento em relação ao fenômeno da violência.

**Palavras-chaves:** Violência conjugal. Violência familiar. Violência psicológica. Conflito conjugal. Intergeracionalidade

## ABSTRACT

The search for the phenomenon's visibility of the violence in its many forms of expression constitutes, nowadays, a major challenge for the field of knowledge production, especially regarding sensitive search methodologies and ethics that can give voice to the participants and allow to unravel the complex nuances that underpin the phenomenon. This work is characterized by approaching and defining a problem highlighted in the context of a larger project, the quantitative design. With the purpose of deepening consequences of this research, the aim of this work was to understand the meanings attributed to marital violence from the perspective of married couples with small children. The study was qualitative, attended by five couples, selected based on specific indicators of a larger investigation. The instruments for data collection were socio demographic questionnaire, semi structured interview and family genogram. Data analysis followed the principles of Grounded Theory, which were established five major categories of analysis that allowed to respond to the proposed overall goal. The Epistemology of Complexity proposed by Morin was established as the theoretical matrix integrator used in the convergence of different looks evidenced in the process of violence. To identify the different levels of complexity involved in the process of marital violence was used bioecological model of Bronfenbrenner. The results showed that marital violence conveyed by the medium appeared as an influence of what is meant about violence between couples. It was observed that the recognition of the consequences of psychological violence in marital relations appeared at the same level as those of physical violence, demonstrating the overcoming of the recognition of the consequences of physical aggression in marital relations. Regarding the trigger violence, it was found that acted so interconnected and supported by elements which converge and affect each other. The sexist and patriarchal cultural beliefs were strongly present in conjugal relations, along with contemporary values about the role of women in the marital relationship. About the tactics for coping with the violence reported by participants, showed to be successful in preventing physical violence, however, this result was not effective when it comes to psychological violence. Regarding aspects of intergenerational transmission of violence, showed that participants who experienced severe physical violence in their original families or witnessed severe violence used the same model for

resolving conflict in their marital relationship. Thus, it is concluded that understanding the meanings of conjugal violence is co-built on the articulation of different elements found in levels personal, relational and contextual as in temporal, that influence the position on the phenomenon of violence.

**Keywords:** Conjugal violence. Family violence. Psychological violence. Marital conflict. Intergenerationality.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa .....	45
Quadro 2 - Percepção da ocorrência da agressão psicológica menor na relação conjugal relatado pelos cônjuges do estudo.....	47
Quadro 3 - Frequência da ocorrência da agressão psicológica maior na relação conjugal relatada pelos cônjuges do estudo .....	48
Quadro 4 - Frequência da ocorrência da violência física menor na relação conjugal relatada pelos cônjuges do estudo .....	48
Quadro 5 - Quadro de síntese geral das categorias, subcategorias e elementos de análise.....	50



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 <i>Objetivos.....</i>	21
1.1.1 Objetivo Geral.....	21
1.1.2 Objetivos Específicos .....	21
<b>2. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>23</b>
2.1 <i>Pressupostos teóricos.....</i>	23
2.2 <i>Violência como um fenômeno social.....</i>	24
2.3 <i>Modelo bioecológico para o processo da violência.....</i>	27
2.3.1 Nível Pessoal (P) .....	28
2.3.2 Nível Processual (P).....	30
2.3.3 Nível Contextual (C).....	31
2.3.4 Nível Temporal (T).....	33
2.4 <i>Dinâmica das relações conjugais.....</i>	33
2.5 <i>Processo de construção da violência conjugal.....</i>	37
2.6 <i>Método .....</i>	44
2.6.1 Caracterização da pesquisa .....	44
2.6.2 Contexto.....	45
2.6.3 Participantes.....	45
2.6.4 Instrumentos.....	47
2.6.4.1 Questionário Sociodemográfico (Anexo 1) .....	47
2.6.4.2 Entrevista semiestruturada (Apêndice 1) .....	48
2.6.4.3 Genograma familiar .....	49
2.6.5 Procedimentos .....	49
2.6.5.1 Método para a coleta de dados.....	49
2.6.5.2 Análise dos dados.....	50
2.6.5.3 Considerações éticas .....	51
2.7 <i>Resultados.....</i>	52
2.7.1 Caracterização dos participantes.....	52
2.7.2 Apresentação das categorias, subcategoria e elementos de análises.....	57
2.7.3 Análise e discussão dos resultados .....	65
2.7.3.1 <b>Categoria 1</b> - Significados atribuídos às “violências” na perspectiva do casal.....	65

2.7.3.2 <b>Categoria 2</b> - Sustentação da violência na relação conjugal .....	82
2.7.3.3 <b>Categoria 3</b> - Enfrentamento da violência na relação conjugal .....	93
2.7.3.4 <b>Categoria 4</b> - Redes significativas de apoio .....	99
2.7.3.5 <b>Categoria 5</b> - Da intergeracionalidade à transgeracionalidade do processo da violência.....	103
<b>3. Considerações Finais .....</b>	<b>119</b>
<b>Referências .....</b>	<b>125</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>137</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>141</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A violência conjugal aparece como um fenômeno recorrente nas relações íntimas, cujas manifestações, embora visíveis para o sistema familiar e redes sociais próximas, não apresentam ressonância explícita nos demais sistemas sociais.

Em termos culturais, o contexto brasileiro apresenta um dito popular conhecido e sustentado pelo senso comum: Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher! A metáfora presente nesse ditado evidencia, por um lado, o posicionamento no contexto social de que, frente às brigas conjugais, não se deve intervir; e, por outro, sustenta uma fronteira, em termos de regra social, entre o agir privado (no contexto familiar) e o agir público (no contexto social).

O ditado popular acima, também, associa-se à crença de que os conflitos familiares com o tempo serão superados, ou que as pessoas irão mudar para melhor com o tempo. Assim, as consequências dessas metáforas e crenças sociais fazem com que, nas mais variadas situações, o processo de violência seja sustentado, ao longo do tempo, como um agir que faz parte das relações íntimo-familiares ficando circunscrito às fronteiras do privado.

O fenômeno da violência, definido por Krug et al (2002) como o uso intencional da força física, poder real ou ameaça contra si próprio, outra pessoa ou um grupo que resulte em lesão, dano psicológico, privação ou morte, vem sendo discutido e problematizado, sobretudo nos dias atuais, como um dos principais problemas mundiais de saúde pública (MELO, 2010; ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE [OPAS], 2003; KRUG; DAHLBERG; MERCY; ZWI LOZANO, 2002; BRASIL, 2001).

Evidenciando a magnitude desse fenômeno, no ano de 2002, foi lançado, pela Organização Mundial de Saúde [OMS], o Relatório Mundial sobre a violência, o qual reconhece a violência como um problema social e de saúde que ameaça o desenvolvimento humano, afeta a qualidade de vida dos indivíduos e desgasta o tecido social.

De acordo com Ministério da Saúde [MS], o Sistema Único de Saúde [SUS] apresenta taxas de mortalidade por causas externas como um indicador de atos violentos. No ano de 2011, foi priorizado, no Pacto de gestão em defesa da saúde (BRASIL, 2009), firmado entre municípios, estados e união, a notificação compulsória de agravos relacionados a atos de violência, que são atendidos por todos os serviços

de saúde, os quais compõem as estatísticas referentes a esse fenômeno em âmbito nacional e regional.

Os serviços de atenção à violência confirmam um conjunto de indicadores de violência, o qual se constitui num recurso tanto para a visibilidade desse fenômeno como para o planejamento de ações estratégicas de prevenção e intervenção em relação ao problema. Entre as tipologias de violência identificadas, destaca-se a violência familiar, particularmente, aquela das relações conjugais como um evento de alta prevalência nas famílias (BRASIL, 2001).

Atualmente, não existe um consenso sobre a definição de violência conjugal. Todavia, de acordo com Oliveira e Gomes (2011), constata-se o predomínio de um conjunto de modelos explicativos da violência conjugal utilizados na compreensão do fenômeno, sendo que as diferenças entre essas perspectivas teóricas referem-se às interpretações e ao posicionamento sobre as causas da violência.

Entre os modelos explicativos da violência utilizados nesta pesquisa destacam-se aqueles referentes: à violência de gênero, ao modelo relacional sistêmico e à transmissão intergeracional da violência.

O modelo explicativo da violência de gênero ancora sua análise no reconhecimento de um comportamento violento do homem contra sua parceira em um relacionamento íntimo. Os papéis do homem/marido como agressor e da mulher/esposa como vítima são definidos a priori com base na divisão de papéis originado da organização social patriarcal (KRUG et al, 2002; BRANCALHONE; FOGO; WILLIAMS, 2004).

Os dados da OMS (KRUG et al, 2002) sobre a violência física grave exercida contra a mulher demonstram o posicionamento da vertente teórica do gênero. Entre as estimativas, os casos de agressão física grave alcançam 70% dos casos denunciados. Estudos de amostras clínicas confirmam que, quando ocorrem interações de violência física, as mulheres têm maior probabilidade de serem machucadas durante essas agressões e sofrerem formas mais graves de violência do que seus parceiros íntimos (KRUG et al, 2002).

Outro modelo explicativo da violência utilizado nesta pesquisa relaciona-se com a perspectiva relacional, a qual considera a coocorrência entre o comportamento de perpetrar e receber violência nas relações conjugais (OLSEN; PARRA; BENETT, 2010). As pesquisas têm demonstrado que a violência conjugal recíproca tem sido relatada por mais da metade dos casais que assumiram algum tipo de violência em seu relacionamento (REICHENHEIM; MORAES; SZKLO; HASSELMANN; SOUZA; LOZANA; FIGUEIREDO, 2006;

ARCHER, 2000; KWONG; BARTHOLOMEW; DUTTON, 1999; GRAY; FOSHEE, 1997; MALIK; SORENSON; ANESHENSEL, 1997).

Os estudos sobre a violência de gênero e a violência relacional apresentam diferenças nas abordagens metodológicas. De acordo com Olsen et al (2010), os estudos de gênero apresentam amostras clínicas em que a população selecionada, em sua maioria, são mulheres vítimas de violência física grave perpetrada por seus maridos e o delineamento utilizado configura-se como qualitativo.

Por outro lado, a abordagem metodológica dos estudos sobre a coocorrência de perpetrar e receber a violência ocorre por meio de amostra populacional e, em sua maioria, apresenta delineamento quantitativo. Os resultados evidenciam que a violência masculina contra a mulher apresenta certa simetria em relação à violência feminina contra os homens (ARCHER, 2000; KWONG et al, 1999; GRAY; FOSHEE, 1997; MALIK et al, 1997).

O modelo explicativo da transmissão intergeracional dos padrões da violência tem sustentado a hipótese de que há fatores da família de origem, que podem ser considerados como preditores da ocorrência da violência conjugal nas gerações futuras (HENDY et al, 2003).

Olsen et al (2010) sugerem que a transmissão intergeracional pode acontecer por meio do compartilhamento dos fatores de risco, presente nos vários contextos nos quais a criança está inserida (relação conjugal dos pais, relação entre pais-crianças e relação entre pares).

Tendo em vista os modelos supracitados no entendimento do processo de violência, quais sejam a violência de gênero, o modelo relacional e a perspectiva intergeracional, considera-se que restringir a definição de violência somente às consequências físicas graves não enfatiza o fenômeno em sua complexidade uma vez que se desprezam os atos menores e aceitos do comportamento da violência.

Assim, entender o fenômeno com base em uma perspectiva ampliada, considerando as influências dos vários contextos sobre o fenômeno, pode produzir evidências importantes para a compreensão da violência não visibilizada no cotidiano das famílias.

A fim de compreender o fenômeno da violência conjugal, priorizando-se os diferentes contextos envolvidos e as inter-relações entre os sistemas, optou-se por utilizar a Teoria Bioecológica, de Bronfenbrenner (2002). De acordo com essa teoria, o processo da violência é explorado com base na relação entre os fatores individuais e os elementos contextuais, considerando-o como resultado das

influências entre os níveis processual, pessoal, contextual e temporal (PPCT) sobre o comportamento (KRUG et al, 2002; CARVALHO-BARRETO; BUCHER-MALUSCHKE; ALMEIDA; DE SOUZA, 2008). Cabe destacar que a perspectiva bioecológica é preconizada no entendimento dos processos de violência pela OMS (KRUG et al, 2002).

Em termos de posicionamento epistemológico deste estudo, considera-se que a Epistemologia da Complexidade, proposta por Morin (2005), constitui-se como uma matriz teórica integradora dos diferentes olhares que convergem sobre o processo da violência. Esse posicionamento compreende os fenômenos complexos, baseados em múltiplos elementos que interagem e as inter-relações entre os diversos fatores contextuais (MORIN, 2005).

Dessa forma, propõe-se que a violência conjugal se sustente por meio de uma propriedade emergente do sistema familiar, que se caracteriza pela: a) singularidade das partes, b) inter-relação entre as partes e c) presença de fatores contextuais. Nesse sentido, o subsistema conjugal será considerado como parte do sistema familiar, apresentando suas particularidades, mas também inserido no todo, o qual é concebido com base nas relações familiares.

A relevância científica desta pesquisa justifica-se por representar a delimitação de um problema evidenciado por um projeto maior intitulado “A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de quatro a seis anos de idade”.

Com base nos achados desse projeto maior, verificou-se a necessidade de um estudo que aprofundasse seus desdobramentos, especificamente, os relacionados à compreensão do significado do processo da violência na relação conjugal na perspectiva dos casais.

Cabe destacar que o projeto maior derivou de um convênio entre programas de pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), representado pelo Laboratório de Pesquisa em Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) e o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI), junto à Universidade de Québec, em Montreal (UQÀM), e a Universidade de Montreal (UdeM).

O tema desta pesquisa é proeminente por se coadunar com os preceitos defendidos pela OPAS (2003), os quais preconizam pesquisas que identifiquem os determinantes relacionados aos comportamentos, às crenças e às atitudes dos indivíduos vinculados ao processo de violência.

Os resultados desta pesquisa pretendem contribuir com a visibilidade do fenômeno da violência conjugal nas relações cotidianas das famílias. Além disso, espera-se acrescentar subsídios

para programas de prevenção de violência nas famílias e instrumentalizar profissionais a identificar e intervir nas relações familiares permeadas por violência.

Por fim, por intermédio do marco teórico apresentado, pretendeu-se responder à seguinte pergunta: Qual o significado da violência conjugal na perspectiva dos casais com união estável e filhos pequenos?

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo Geral

Compreender os significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos casais com união estável e filhos pequenos.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar o significado atribuído à violência como fenômeno na perspectiva dos cônjuges;
- Identificar a ocorrência de violência conjugal nas relações com a família de origem dos cônjuges;
- Descrever ações e/ou comportamentos considerados violência psicológica e ou violência física na perspectiva do casal;
- Identificar as reações afetivo-emocionais diante dos processos de violência relatada.



## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Pressupostos teóricos

Nesta pesquisa, o pressuposto epistemológico da complexidade é considerado como matriz teórica que norteia a produção do conhecimento (MORIN, 2005; VASCONCELOS, 2002).

Por complexidade, entende-se a multideterminação do fenômeno, estando os elementos que o influenciam conectados entre si (MORIN, 2005). Com base nessa premissa, considera-se necessário contextualizar o objeto em estudo, a fim de reconhecer os elementos conectados a ele, assim como evidenciar as relações que são estabelecidas entre esses elementos (VASCONCELOS, 2002).

Ao contextualizar o fenômeno da violência conjugal e evidenciar as relações entre os elementos envolvidos, amplia-se o foco de análise para as interligações e a influência das redes estabelecidas com os sistemas mais amplos (VASCONCELOS, 2002). Com o intuito de melhor visualizar as interconexões no processo da violência, optou-se por utilizar-se a Teoria Bioecológica para complementar a contextualização do fenômeno (BRONFENBRENNER, 2004).

De acordo com Morin (2003), existem princípios que compõem os operadores da complexidade, os quais são denominados de dialógicos, recursivos e hologramáticos.

No princípio dialógico, o conhecimento é produzido ao se unirem conceitos que racionalmente são antagônicos. Esse princípio não defende uma unificação ou um conceito único sobre o fenômeno, mas articula a dualidade no seio da unidade, ou seja, considera que os elementos estão conectados de forma inclusiva (e/e). Nesse sentido, ao olhar para o fenômeno da violência não se pretende chegar a uma síntese, mas promover uma articulação dos vários elementos envolvidos na definição do significado que a violência conjugal tem para cada cônjuge.

O princípio recursivo refere-se à noção de causa e efeito no pensamento complexo (VASCONCELOS, 2002). A causalidade recursiva refere-se aos processos em que os efeitos e produtos são necessários para o próprio processo que os gera (MORIN, 2005). Este tipo de causalidade diferencia-se da retroativa, a qual pressupõe um circuito autorregulador onde toda informação adicional é inserida no sistema, voltando à homeostase original (VASCONCELOS, 2002).

Portanto, pensar sobre o fenômeno da violência na perspectiva recursiva é considerar a relação de co-dependência e coconstrução desse processo, ou seja, aquele que violenta pode também ser violentado e vice-versa (SCHMIDT; SCHNEIDER; CREPALDI, 2011).

O operador hologramático refere-se à noção de o todo estar na parte e a parte estar no todo (MORIN, 2003; VASCONCELOS, 2002). Assim, ao considerar o todo define-se que este seja mais do que a soma das partes, pois essa organização de totalidade faz surgir qualidades que não existiam fora dela. Nesse sentido, quando pensamos no todo, podemos pensar em qualidades, tais como os recursos que ao olhar-se somente para as partes perde-se de vista.

O conceito de intersubjetividade é outro pressuposto epistemológico que norteia esta pesquisa. De acordo com Vasconcelos (2002), esse pressuposto propõe a impossibilidade de apresentar um conhecimento objetivo do mundo, por considerar que o objeto e o sujeito só existem relacionalmente. Dessa forma, não se nega o realismo do universo, mas se discute o relativismo do conhecimento, ou seja, pode haver diferentes representações da realidade por diferentes observadores.

Percebe-se que os significados sobre a realidade estão em constante transformação, e sendo coconstruídos baseados nos espaços relacionais (GRANDESSO, 2000). Nessas relações busca-se validar o conhecimento e as construções da realidade por meio do consenso das ações, que geram processos recursivos nos quais se estabelecem as regularidades.

O ato de significar, segundo McNamee e Gergen (1998), envolve os pensamentos derivados dos processos linguísticos e conversacionais que caracterizam a realidade percebida e construída socialmente pelos indivíduos, uma vez que é o intercâmbio humano que confere à linguagem a sua capacidade de significar.

Dessa forma, o presente estudo propõe-se a compreender os significados construídos em torno da violência conjugal, segundo a visão dos casais.

## 2.2 Violência como um fenômeno social

A violência é considerada um problema de saúde pública devido às consequências prejudiciais à saúde individual e coletiva. A OPAS (2003) define essas consequências como o alto índice de mortalidade e morbidade evitável, os grandes recursos financeiros gastos para a atenção médica, os efeitos negativos imediatos e, em longo

prazo, aos indivíduos e às famílias, como também, o desenvolvimento econômico e social das comunidades e países.

Como problema de saúde pública, o fenômeno da violência é entendido como passível de mudança, podendo ser evitado, e seu impacto é minimizado, por meio de ações de prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares a essa demanda (KRUG et al, 2002; BRASIL, 2001).

A cultura da violência apresenta-se de acordo com as normas sociais de uma sociedade, sendo suas manifestações toleradas ou condenadas, lícitas ou ilícitas, dependendo dos costumes e da naturalização da sociedade sobre o problema. Da mesma forma, a postura política e ideológica em relação ao fenômeno influencia a maneira pela qual se define o que é violência.

De acordo com Minayo (2005, 2006), a violência é definida como um fenômeno sócio-histórico, no qual suas origens e manifestações são constatadas desde os primórdios da experiência humana. O que a diferencia de uma época a outra refere-se às formas e à grande violência socialmente legitimada pela sociedade, assim como, quem tem o direito de exercê-la e quem vai recebê-la (CANTERA, 2004).

O uso da intencionalidade é associado com a prática do ato violento propriamente dito, independentemente do resultado produzido. Assim, tendo em vista a determinação cultural, alguns indivíduos podem justificar seus atos com base em suas crenças e antecedentes culturais e não perceberem sua intencionalidade nos atos violentos, aceitando-os como práticas normais.

Dessa maneira, essas situações devem ser problematizadas respeitando a perspectiva cultural do indivíduo; entretanto, não se pode perder de vista os efeitos sobre a pessoa que recebe a violência. Dessa forma, deve-se problematizar o conceito da determinação cultural enfocando a prioridade na saúde e no bem-estar das pessoas que estão em uma condição de sofrimento (KRUG et al, 2002).

Ainda sob esse olhar, a mídia é considerada como um fator mediador na construção da identidade social e cultural das pessoas, influenciando o significado atribuído às “violências” nos diversos contextos. A massificação da informação pelos meios de comunicação chama a atenção para o impacto do significado da violência veiculado pela mídia, sobretudo relacionado à formação psicossocial das crianças e dos adolescentes (NJAINÉ, 2004).

Atualmente, as mídias comerciais abordam o tema da violência de forma sensacionalista, mediante a disseminação da violência gratuita

por meio das coberturas jornalísticas, programas de gênero policial ou programas de entretenimento em busca por maior audiência. O tratamento descontextualizado e fragmentado que os meios de comunicação têm dado à abordagem da violência influencia os comportamentos e a criação de valores sociais que banalizam e normatizam as relações pautadas em atos agressivos.

Tendo em vista os atos agressivos nas relações familiares, a identificação da natureza da violência contribui na compreensão dos padrões relacionais envolvidos na vida cotidiana das pessoas e das famílias.

Dessa forma, a natureza dos atos violentos pode ser física, sexual, psicológica, como também envolver privação ou negligência. E, ao captar a relevância do contexto e as interações relacionais, pode-se compreender com maior clareza a natureza das violências, sobretudo, identificar aquelas que não resultem necessariamente em lesões ou morte, mas cujos efeitos causam sofrimento para os membros da família (KRUG et al, 2002).

Considerando as “violências” que não resultam em agressão corporal física, destaca-se a violência psicológica caracterizada como toda ação ou omissão que causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Entre as ações evidenciadas por meio dessa violência, constata-se ameaças, humilhações, chantagens, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, proibição de sair de casa, isolamento de amigos e familiares (BRASIL, 2001).

A violência psicológica é a mais difícil de ser identificada e inicia-se de forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e traz consequências, sendo de modo que um único episódio de violência física pode intensificar o impacto e significado da violência psicológica (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A invisibilidade da violência pode ocorrer no cotidiano das famílias, pois, as manifestações consideradas relevantes apresentam-se somente na forma criminal e através da delinquência. Atualmente, o socialmente estabelecido reconhece como atos de violência aqueles que se manifestam por agressão física, a qual fere a integridade à vida e ao social (MINAYO, 2005). Assim, muitas violências realizadas no âmbito familiar carecem de significação, por não serem qualificadas como uma violência contra o outro, mas, sim um ato justificado e reproduzido entre os indivíduos.

A violência familiar pode ser praticada por indivíduos com laços de família, conjugais ou de parentesco, com vínculo afetivo e em

condições de relação de poder. Nessas relações as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos, para os quais não existe possibilidade de mudança (BRASIL, 2001).

Essas interações baseiam-se em relações de complementaridade, ou seja, em interações bidirecionais nas quais um membro familiar mantém-se em uma posição competente e qualificada, enquanto o outro se mantém em uma posição de não-saber e desqualificada (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1973).

Os profissionais de saúde têm um papel importante no reconhecimento e enfrentamento desse fenômeno. No entanto, uma considerável parcela desses casos não é identificada, e, entre os vários motivos, destaca-se o desafio relacionado às questões culturais (REICHENHEIM; DIAS; MORAES, 2006).

Os profissionais que estão imbricados no contexto histórico atual, no qual se visualizam somente determinados tipos de violência, como as formas criminais e as delinquências (MINAYO, 2005), estão expostos ao risco do não reconhecimento de outras formas sutis de violência. Segundo Moré e Cantera (2010), o profissional precisa ter clareza sobre suas crenças e valores e sua conduta ética ao se questionar sobre o processo da violência e a tolerância ou não de atos violentos.

Os indicadores nacionais e regionais sobre a violência são importantes na produção de políticas públicas sobre o fenômeno. Pela Portaria 2669/09 (BRASIL, 2009), o Ministro da Saúde estabeleceu como uma das prioridades do Pacto pela Saúde a atenção integral às pessoas em situação ou risco de violência. Tais ações objetivam principalmente tornar visível a violência, como consequência do aumento das notificações compulsórias de agravos, assim como da ampliação da rede de serviços, que atuam com intervenções de prevenção e tratamento.

Por conseguinte, as políticas públicas nessa área preconizam não apenas ações de promoção de saúde, prevenção do dano e tratamento às vítimas, como também ações relacionadas àqueles que exercem violência. Essas ações apresentam um caráter transversal, preconizadas nas áreas da Assistência Social, da Saúde e da Justiça, tendo em vista os princípios da Constituição Brasileira, tais como a integralidade e a universalidade.

### 2.3 Modelo bioecológico para o processo da violência

A perspectiva do modelo bioecológico permite analisar o processo da violência como um fenômeno complexo e multicausal,

evidenciando o problema com base na interconexão dos contextos, das relações, dos indivíduos e do significado atribuído a esse processo ao longo do tempo.

Bronfenbrenner (2004) propõe um modelo teórico-metodológico, denominado Bioecológico, o qual considera a interação sinérgica de quatro núcleos inter-relacionados na compreensão dos fenômenos, quais sejam a pessoa (P), o processo (P), o contexto (C) e o tempo (T) - modelo PPCT (BRONFENBRENNER, 2004, BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

### **2.3.1 Nível Pessoal (P)**

O modelo PPTC considera a noção de pessoa não somente por intermédio das características idiossincráticas do indivíduo, como também da expressão da subjetividade associada às crenças, valores, traços de personalidade, temperamento, etc. Dessa forma, existe uma relação funcional entre as características da pessoa e com os ambientes com os quais o indivíduo interage ao longo do seu desenvolvimento (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Os aspectos de pessoa ao processo de violência, na maioria das vezes, relacionam-se com as características dos indivíduos que exercem a violência. De acordo com Capaldi e Clark (1998), os indivíduos que se engajam em atos antissociais tendem a se envolver em vários comportamentos desviantes, os quais podem ser atribuídos a um traço geral do comportamento estável ao longo da vida.

Em se tratando de relacionamentos conjugais, Caspi e Moffitt (1992) apontam a possibilidade de a violência nos relacionamentos amorosos ser um produto desse comportamento antissocial.

As teorias biológicas modernas não defendem um determinismo biológico, mas argumentam que certas características aumentam a probabilidade de os indivíduos se engajarem em certos tipos de comportamento antissociais e violentos.

De acordo com Imura e Silveira (2010), essas características resultam da interconexão de fatores biológicos e sociais, em que os primeiros fatores não apresentam fator preditivo, mas expressam-se quando em interação com os ambientes sociais.

As características biológicas estariam relacionadas a diferenças nos níveis de dois neurotransmissores: a serotonina e a norepinefrina. Baixos níveis de serotonina e altos níveis de norepinefrina estão relacionados a comportamentos antissociais, ou seja, a serotonina está

associada à modulação da impulsividade, sendo que baixos níveis da mesma estão relacionados ao comportamento violento (IMURA; SILVEIRA, 2010).

Pesquisas recentes nessa área também têm constatado a influência dos hormônios na indução de comportamentos violentos; no entanto, os resultados ainda são contraditórios (VOLD; BERNARD; SNIPES, 2002).

A produção de conhecimento nessa área ainda se apresenta incerta, mas acredita-se que a produção de hormônios, como a testosterona, afeta os processos físicos e mentais podendo induzir a comportamentos violentos. Por consequência, atribui-se parte da violência perpetrada pelas mulheres aos perfis hormonais encontrados nos períodos pré-menstruais (IMURA; SILVEIRA, 2010).

Fatores de ordem cognitiva, ou seja, características de como o cérebro humano processa as informações também estão associadas ao entendimento da violência em nível pessoal.

De acordo com Flores (2002), os fenômenos biológicos apresentam importantes propriedades, as quais influenciam o processo social da violência. Por sua vez, as disfunções no processamento da informação pelo cérebro fazem com que muitas respostas violentas sejam o resultado de uma percepção exagerada de uma agressão sofrida. Assim, a percepção que o indivíduo tem de uma situação é equivocada e pode provocar respostas comportamentais violentas. Segundo o autor, a maioria das agressões humanas ocorre em um contexto mental no qual o indivíduo que agride sentiu-se previamente agredido.

Os processos cognitivos presentes nas interações conjugais são pontos de referência para a compreensão das situações que geram violência. De acordo com Baucom et al (1996), cada um dos cônjuges tem pressupostos ou crenças, em sua maioria diferentes, sobre quais características o indivíduo no papel de “marido” ou “mulher” deve ter.

No entanto, esses pressupostos cognitivos enviesam a comunicação, pois cada cônjuge interpreta as informações de acordo com seu pressuposto cognitivo. Na situação real, o indivíduo não percebe as características reais do fato, mas, sim as características que têm sentido para ele (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

Os esquemas cognitivos prévios também interferem nas percepções sobre o comportamento do cônjuge. Segundo Baucom e Epstein (1990), a interpretação, compreensão e previsão correta do comportamento do outro cônjuge dependem da forma como essa informação será percebida e processada pelo companheiro.

Nas situações cuja percepção da informação está relacionada com algum esquema cognitivo prévio que envolva violência vivenciada nas relações significativas, o cônjuge pode perceber aquela informação de forma equivocada e interpretar a mensagem que o outro cônjuge queira comunicar de forma negativa, ainda que essa seja positiva (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

### **2.3.2 Nível Processual (P)**

O processo da violência caracterizado pelo nível processual (P) requer o entendimento do conceito ampliado de processo proximal. Segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), o desenvolvimento humano é constituído por mecanismos primários, os quais operam ao longo do tempo e com duração suficientemente longa para se tornarem mais complexos.

Esses mecanismos são denominados processos proximais e constituem-se das interações cotidianas por meio do tempo, especificamente, das interações bidirecionais expressas entre pessoas e seu ambiente físico, psicológico e social (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005).

Nas relações conjugais, os padrões de interação entre os cônjuges são permeados pelos processos proximais, os quais se traduzem pelo estabelecimento de uma relação recíproca. Nas situações de conflito conjugal, os casais podem lidar com o desentendimento de diversas maneiras, apresentando estratégias de resolução de conflito positivas ou negativas (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

As formas negativas nas quais os cônjuges empregam estratégias de resolução de conflito apresentam também consequências negativas. De acordo com Hatfield e Rapson (1993), as estratégias negativas têm a intenção de autodefesa à dor emocional real ou imaginária.

Essas estratégias aparecem por intermédio dos comportamentos, tais como, ceder e desistir do conflito, negar seus sentimentos e submeter-se à vontade do outro por medo de rejeição, controlar o outro por meio da culpa ou medo, mostrar-se indiferente ou afastar-se da situação.

As estratégias de resolução de conflito podem instigar nos cônjuges tipos complementares ou simétricos de respostas. Nas relações complementares pressupõe-se uma diferença de poder na díade, na qual um dos cônjuges exercerá o seu poder e o outro o aceitará; caso haja rigidez no sistema, essas posições não serão alteradas.

Nas relações simétricas, os cônjuges estarão em igualdade de poder; assim as interações partirão para uma escalada simétrica, na qual haverá disputa e conflitos sem um consenso do problema (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1973).

O conflito conjugal pode apresentar padrões de interações que envolvem a ocorrência ou co-ocorrência de abuso psicológico ou violência física. De acordo com Kwong et al (2003), o abuso psicológico é um aspecto chave no entendimento dos relacionamentos conjugais nos quais é considerada a bidirecionalidade da violência.

As evidências sugerem que os efeitos do abuso emocional comparado com o abuso físico apresentam aspectos devastadores equivalentes (FOLLINGSTAD et al,1990). Portanto, as características do processo interacional estabelecido pelos cônjuges é condição indispensável no entendimento da construção da violência.

De acordo com Santos e Moré (2011), faz-se necessário considerar esse processo não como uma construção individual, mas como uma trama relacional, na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente. O entendimento da dinâmica daquele que exerce violência, da vítima ou daquele que testemunha, dependerá diretamente do contexto em que a situação de violência ocorrer.

### **2.3.3 Nível Contextual (C)**

Considerando o aspecto contextual (C) da teoria bioecológica, Bronfenbrenner (2002) define os ambientes como um conjunto concêntrico de sistemas interdependentes, que se relacionam e influenciam o indivíduo. Esses ambientes foram divididos em quatro níveis de interação: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O microssistema é constituído por padrões de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pelo indivíduo (BRONFENBRENNER, 2002), sendo a família o primeiro microssistema em que o indivíduo se desenvolve.

Os fenômenos que permeiam os padrões relacionais familiares, tais como os valores, crenças, lealdades, mitos e legado são importantes na construção da identidade familiar e no senso de pertencimento a um sistema (FALCKE; WAGNER, 2005).

As crenças compartilhadas entre os membros da família têm importância fundamental, sobretudo nas interações com algum tipo de abuso. De acordo com Ravazzola (2005), as crenças sobre a família se manter unida a todo custo, como também o pressuposto de que as

questões familiares são assuntos privados estão na origem do circuito familiar que envolve a violência.

O silêncio coconstruído entre os integrantes familiares também sustenta a violência familiar, gerando deficit de autonomia e dependência entre os membros familiares, provocando isolamento (MORÉ; CANTERA, 2010).

A transmissão intergeracional da violência está relacionada com esse nível bioecológico, pois a visualização daquilo que é passado entre as gerações ocorre por meio do espaço relacional familiar. De acordo com Boszormenyi-Nagy e Spark (2003), o conceito de transmissão intergeracional é definido como o intercâmbio relacional entre as gerações, mediante o diálogo ativo entre elas.

Os estudos sobre a transmissão intergeracional da violência consideram que os indivíduos, que vivenciaram ou testemunharam violência nas famílias de origens, têm maior probabilidade de experienciarem violência em seus relacionamentos futuros (CUI et al, 2010; KWONG et al, 2003).

Da mesma forma, Linder e Collins (2005) também constataram a co-ocorrência de fatores na família de origem e a relação entre os pares como possíveis preditores de violência nos relacionamentos conjugais.

O mesossistema é compreendido pelo conjunto de microsistemas de determinada pessoa ou família, composta pela interação dos diversos ambientes no qual ela transita, como a escola, o local de trabalho, a instituição religiosa que frequenta, entre outros. Nesse ambiente contextual, em que as redes de apoio significativas são identificadas, sendo que essa rede apresenta-se constituída pelo conjunto de todas as relações que um indivíduo percebe de forma diferenciada do resto de suas relações (MORÉ, 2005).

O exossistema consiste em um ou mais ambiente do qual os indivíduos não participam fisicamente, mas nos quais as decisões tomadas têm influência sobre seu desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2002). Em se tratando do processo de violência nas relações conjugais, as políticas públicas relacionadas à prevenção de violência e os serviços de atendimento a vítimas de violência fazem parte desse nível bioecológico.

Os meios de comunicação também se constituem no exossistema, os quais apresentam fortes influências sobre a formação de valores. A mídia brasileira, por meio das telenovelas, delimita os tipos de referências comportamentais aceitas, influenciando a opinião dos expectadores.

Portanto, ao utilizar a referência de comportamentos violentos, os meios de comunicação transformam-se em fatores de risco ao legitimar tais atos, podendo ampliar ainda mais a reprodução de tais atitudes (NJAINÉ, 2004).

O macrossistema engloba a cultura, a subcultura e todo o sistema de crenças ou ideologias subjacentes em uma sociedade, que têm influência no desenvolvimento das pessoas ao longo de seu ciclo vital (BRONFENBRENNER, 2002).

Em se tratando de relações conjugais, as construções culturais influenciam quais características devem prevalecer em cada sexo, criando, assim, modelos rígidos nos quais qualquer pessoa tem que se encaixar para ser socialmente aceita (MORÉ, 2011).

Sob essa lógica, o sistema de crenças patriarcais sustenta e legitima um modelo de família vertical, hierárquico no qual o pai é o provedor e chefe da família e a mulher se dedica ao cuidado do lar, dos filhos e do marido (REIS, 2010). Esse sistema de crença também reforça o posicionamento do homem como mais forte, sendo seu dever resolver os conflitos, e, se necessário, usar a força; e a mulher é considerada como fraca, doce, submissa e obediente.

#### **2.3.4 Nível Temporal (T)**

O último núcleo da teoria bioecológica Tempo (T) está relacionado às influências e às heranças culturais existentes nas famílias, revelando as raízes históricas da sociedade, as descendências étnicas e a valorização ou não de determinada prática cultural ou ritualística (DE ANTONI; KOLLER, 2010).

Esse nível bioecológico está relacionado com a transmissão transgeracional, o qual considera a perpetuação dos legados culturais e sociais que se revelam por meio dos estereótipos e crenças, que se coadunam com a sustentação da violência.

Por sua vez, o conceito de transmissão transgeracional apresenta-se caracterizado por um elo emocional profundo o qual influencia a formação da identidade do indivíduo e o seu pertencimento a um grupo. Dessa forma, a repetição dos valores e das crenças culturais presentes nas famílias resulta em um mecanismo de preservação das raízes históricas da sociedade.

### **2.4 Dinâmica das relações conjugais**

As relações de conjugalidade apresentam-se como um tipo específico de relações interpessoais. De acordo com Narciso e Ribeiro (2009), as relações de conjugalidade têm características próprias, que diferem das relações afetivas e das relações de vinculação.

As relações afetivas configuram-se por representações de contatos interpessoais que satisfazem a necessidade de formação de laços emocionais (TAKAHASHI, 1990). Já as relações de vinculação (derivada da teoria de vinculação de Bowlby) apresentam-se por meio das emoções e dos padrões de comportamento relacional dos adultos, baseados em modelos internos construídos após as primeiras experiências de relação (BARTHOLOMEW, 1990).

Apesar de as relações de conjugalidade diferirem das relações de vinculação, estas fazem parte daquelas, ou seja, as relações de vinculação estão contidas, mas não satisfazem a totalidade das relações de conjugalidade.

As relações conjugais iniciam-se na fase do ciclo de vida da formação do casal e apresentam-se como a relação heterossexual mais íntima que homens e mulheres estabelecem voluntariamente. Essas relações inserem-se em um contexto de funções e demandas específicas, denominado subsistema conjugal (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Esse subsistema insere-se no sistema familiar, o qual é organizado hierarquicamente e composto por outros subsistemas, como o parental e o fraterno (MINUCHIM, 1982). Os subsistemas estabelecem relações interdependentes e bidirecionais, que se afetam mutuamente (KREPPNER, 2000; BOAS; DESSEN; MELCHIORI, 2010).

A transição no ciclo de vida para a conjugalidade exige esforços constantes de mudança e adaptação, sendo que o conflito entre autonomia e pertencimento permeia todo esse processo (CARTER; MACGOLDRICH, 2001; WHITAKER, 1995; NARCISO; RIBEIRO, 2009). A forma como o casal atravessa a transição para a conjugalidade não dependerá somente dos recursos desse novo sistema, mas também dos legados familiares, ou seja, dos padrões relacionais transmitidos intergeracionalmente pelos membros da família. O conflito entre autonomia e pertencimento ocorre, pois a repetição dos padrões relacionais mais conhecidos é entendida como garantia de satisfação conjugal, e mudanças dessas características podem fazer surgir sentimentos de deslealdade à família de origem (NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011).

O processo de transmissão intergeracional dos legados da família de origem influencia a qualidade das relações conjugais. Cada sistema familiar apresenta suas regras, crenças e papéis e define sua forma de funcionamento, o qual é transmitido para as gerações seguintes, a fim de que a coesão familiar se perpetue (PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2008).

Boszormenyi-Nagy e Spark (2003) definem as lealdades familiares como fibras invisíveis, muito resistentes e que mantêm unidos fragmentos complexos da conduta relacional nas famílias. Nesse sentido, as crises de lealdades podem gerar dificuldade de mudança e ambivalência na relação conjugal, à medida que os cônjuges tiverem que construir um novo modelo relacional baseado nas experiências advindas dessa nova etapa vital (NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011).

A conjugalidade representa a modificação de dois sistemas inteiros e uma sobreposição na qual se desenvolve um terceiro subsistema. De acordo com Caillé (1994), cada cônjuge se diferencia pelo seu sexo, pela sua identidade, pela sua própria história e pela cultura da família de origem.

No processo de formação e consolidação do subsistema conjugal, o casal terá que fazer uma síntese operante, a qual resultará em um modelo específico de relação: o absoluto de casal. Nesse sentido, o autor afirma que a lógica dessa relação é  $1+1=3$ , ou seja, a soma da individualidade de cada membro, que resulta em dois sistemas individuais e uma relação (CAILLÉ, 1994).

Para que as relações de conjugalidade estabeleçam a lógica do absoluto de casal, os cônjuges devem estabelecer relações de intimidade, que se diferenciam das relações de fusão. De acordo com Carter e MacGoldrick (2001), nas relações de fusão espera-se que o casal se funda, ou seja, que um dos cônjuges se una à identidade do outro e que não haja diferenciação entre eles.

Na mesma perspectiva, Bowen (1998) refere-se ao processo emocional que ocorre nos sistemas familiares, denominado de projeção familiar, que se caracteriza por meio da transmissão dos níveis de indiferenciação do self da família de origem. Por conseguinte, nas relações de fusão, encontra-se uma importante indiferenciação do sistema emocional da família de origem que influencia na afirmação da singularidade do indivíduo.

As relações conjugais são influenciadas por padrões e valores tradicionais, como também, por valores da contemporaneidade, que estão presentes nas interações maritais (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009; JABLONSKI, 2007, NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011).

O aspecto tradicional relaciona-se com a ideologia do amor romântico e se estrutura de acordo com as relações de poder, as quais submetem, sobretudo, as mulheres aos papéis culturais de submissão e aos estereótipos de gênero. Em se tratando das questões contemporâneas, a igualdade de direitos e deveres entre os sexos são valores atuais presentes nas relações (NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011).

O subsistema conjugal também pode exercer outras funções no sistema familiar, como aquelas referentes ao subsistema parental. De acordo com Bossardi (2011), existem correlações positivas entre o engajamento parental e a satisfação conjugal. Segundo as evidências de sua pesquisa sobre engajamento paterno, o investimento paterno tende a aumentar quando o pai se sente mais satisfeito na relação com a sua companheira. Em relação à mãe, o engajamento acontece independentemente da satisfação com o relacionamento conjugal.

A transição do ciclo de vida das famílias com crianças pequenas ocasiona mudanças em todo o sistema familiar. De acordo com Carter e McGoldrick (2001), essa transição tende a ser acompanhada por uma diminuição geral da satisfação conjugal, por uma reversão a papéis de gênero tradicionais e uma diminuição da autoestima nas mulheres.

A divergência na educação dos filhos também foi apontada por Braz, Dessen e Silva (2005) como um desencadeador de conflitos na relação conjugal. Segundo os resultados de sua pesquisa, de um total de 28 (vinte e oito) entrevistados, 5 (cinco) relataram não existir divergências entre eles e seus respectivos cônjuges sobre a educação de seus filhos. As discordâncias entre os cônjuges referiram-se sobre as estratégias de socialização (75%) e às práticas parentais relativas à alimentação (7%) dos filhos. A punição física e/ou verbal das crianças, exercidas com excesso de rigidez ou de flexibilidade (46%), e o oferecimento de reforçadores primários aos filhos, como presentes e doces (21%) constituem os principais motivos de discordâncias.

Um dos motivos do divórcio evidenciado por Silveiras e Souza (2008) foi a não concordância sobre como educar os filhos. Essa divergência foi definida como um dos fatores para o rompimento, pois se evidenciou que cada um dos parceiros tem uma forma própria de manejar a educação dos filhos, especialmente reproduzindo modelos distintos de educação norteados por padrões da família de cada um dos indivíduos.

As formas de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos empregadas pelo casal também influenciam o desenvolvimento

de padrões de cuidado dos filhos e a qualidade das relações entre os genitores e suas crianças (BRAZ; DESSEN; SILVA, 2005).

Dessa forma, uma relação conflituosa entre os cônjuges influencia de maneira negativa o comportamento como genitores. De acordo com Bolze (2011), o conflito entre pai e mãe, na presença da criança, parece prejudicar, principalmente, duas dimensões do engajamento paterno que são disciplina e cuidados básicos.

Pesquisas com populações nas quais existe violência física entre os cônjuges mostram que há uma coocorrência entre violência conjugal e parental (REICHENHEIM; DIAS; MORAIS, 2006; TOLAN; GORMAN-SMITH; HENRY, 2006). Com base no estudo de Reichenheim, Dias e Morais (2006), constatou-se que há um gradiente crescente de ocorrência de um evento fisicamente violento no domicílio, conforme mudam as características e situações familiares.

Evidencia-se, dessa maneira, que, quanto maior o grau de violência conjugal, mais ocorre um aumento na probabilidade de violência contra filhos, sobretudo, em situações que tendem ao limite.

## 2.5 Processo de construção da violência conjugal

Os conflitos são características de todas as relações familiares e podem envolver aspectos negativos, como também, a coconstrução de aspectos positivos na sua resolução (MOSMANN; WAGNER, 2008).

No relacionamento conjugal, os conflitos são definidos como qualquer disputa, discordância ou expressão de emoções negativas diante de questões cotidianas (CUMMINGS; DAVIES, 2002; BOAS; DESSEN; MELCHIORI, 2010). Tais situações podem surgir, baseadas em diferentes variáveis, tais como problemas na comunicação, estratégias de resolução do conflito, histórico familiar e problemas de ordem financeira e no trabalho (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2010).

Quando são empregadas estratégias destrutivas na resolução dessas situações, tais como agressão física ou hostilidade psicológica, esse padrão relacional é considerado como violência conjugal.

Considerando os diferentes posicionamentos frente ao fenômeno da violência, destacam-se os modelos explicativos utilizados nesta pesquisa, tais como, a perspectiva da violência de gênero, a

perspectiva relacional sistêmica e a perspectiva da transmissão intergeracional da violência como norteadores teóricos nesta pesquisa.

O modelo da violência de gênero reconhece o comportamento violento do homem contra sua parceira, no contexto de um relacionamento íntimo (BRANCALHONE; FOGO; WILLIANS, 2004; KRUG et al, 2002). Esse enfoque compreende a violência do casal não como um fenômeno derivado da natureza sexual das relações entre homem e mulher, mas como um processo histórico produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação alimentadas pela ideologia patriarcal (CANTERA, 2004).

De acordo com Cantera (2004), o enfoque de gênero tem o mérito inquestionável de descrever e compreender o processo de vítimas, que ainda estão presas em uma espiral de violência.

Os estudos de gênero apresentam amostras clínicas e as evidências sugerem que ocorre maior vitimização do sexo feminino em relação ao masculino (OLSEN et al, 2010; BRANCALHONE et al, 2004; KRUG et al, 2002). Os participantes costumam ser selecionados nos serviços especializados que atendem vítimas de violência e, em sua maioria, o delineamento configura-se por ser qualitativo. Entre as pesquisas que envolvem a perspectiva de gênero, observam-se correntes teóricas que se diferenciam na concepção a priori de quem é o agressor e a vítima nas relações que envolvem violência (FALCKE; FÉRES; CARNEIRO, 2011; SANTOS; MORÉ, 2011; CANTERA, 2004).

Esse posicionamento amplia o conceito da violência de gênero, considerando a construção social do feminino e masculino, assim como o processo interacional concebido como uma trama relacional na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente (SANTOS; MORÉ, 2011; MORÉ; CANTERA, 2010; ESPINAR; MATEO, 2007). E, portanto, os envolvidos podem assumir determinadas posições, nas quais podem se colocar como vítimas ou cúmplices.

De acordo com Cantera (2004), quando se tem o marco explicativo da violência, baseado no enfoque dicotômico (homem/mulher), resulta invisível a violência que algumas mulheres praticam contra os homens, como também a violência nas relações homossexuais (CANTERA, 2007). Assim, a tomada de posição, produto desse processo de construção, dependerá diretamente do contexto em que a situação de violência ocorrer (SANTOS; MORÉ, 2011; MORÉ; CANTERA, 2010).

Evidenciando as constatações de Pondaag (2009) sobre as mulheres que sofreram violência em sua relação conjugal, constata-se que a dinâmica relacional do casal ocorre por meio de um vínculo

intenso, de tal forma que ambos supõem a exclusividade do investimento afetivo em suas relações. Os homens que exerceram violência e as mulheres que a sofreram evidenciaram o desejo de separar-se, mas referiram não conseguir. De acordo com Fontana e Santos (2001), 60% das mulheres vítimas de violência perpetrada pelos seus parceiros continuam na relação abusiva.

As mulheres justificam a permanência na relação pelo medo de ficarem sozinhas e por acreditarem que são incapazes de continuarem a vida (PONDAAG, 2009). Da mesma forma, Narvaz e Koller (2004) evidenciaram em sua pesquisa que o medo e a insegurança causados pelas ameaças e pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo também parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica.

A dependência financeira e a falta de apoio da família extensa e da comunidade foram relatadas pelas mulheres pesquisadas como mantenedoras de sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos. Outros fatores como alcoolismo, pobreza e repetição de relações abusivas por gerações aparecem associados à dinâmica da violência contra as mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2004).

Os resultados do estudo supramencionado sugerem que as mulheres têm a esperança de que o par conjugal mude. A percepção relatada pela esposa sobre a violência perpetrada pelo marido foi considerada como uma característica pessoal deste, decorrente do fato de o marido ter sofrido abusos na infância. Assim, uma das evidências nessa área foi que os sentidos atribuídos ao vínculo conjugal contribuem para que a violência conjugal seja relativizada e sua percepção minimizada por aqueles que estão sofrendo com as relações abusivas (PONDAAG, 2009).

O processo da violência pode aparecer de diferentes formas, tal como um dos cônjuges sujeitar-se e anular-se para preservar o casamento, sendo que as influências históricas e sociais construídas em relação às diferenças de gênero podem potencializar esse comportamento.

O machismo, ideologia ainda presente nos dias de hoje, configura-se como um dos componentes que contribui para a compreensão de que o homem é essencialmente mais forte e mais competente do que a mulher (SANTOS; MORÉ, 2011; CANTERA, 2007). Dessa forma, entende-se que, com base nesse estereótipo, há diferença de poder entre os cônjuges, sendo natural a mulher renunciar aos seus projetos pessoais e dedicar-se ao cuidado dos outros ao invés de pensar em si mesma.

Os papéis estereotipados de gênero veiculados pela cultura por meio da família tornam invisíveis tanto a produção quanto à reprodução da ocorrência dos abusos cometidos contra a mulher (NARVAZ; KOLLER, 2004). Observa-se que a violência cometida contra as mulheres fica banalizada, minimizada, negada e naturalizada pela cultura sexista, sendo percebida como algo que não poderia ser evitado (CANTERA, 2007; KOLLER, 1999).

Ainda sob essa ótica, existe a compreensão dos processos invisíveis ao que Bourdieu (1999) denominou de violência simbólica, a qual não se limita às relações coercitivas visíveis, mas apresenta-se relacionada ao nível da linguagem e do simbólico disseminados pelas diversas instituições sociais.

Entende-se como violência simbólica aquela violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também daqueles que a exercem na medida em que não se tem a consciência de exercê-la ou de sofrê-la (GROSSI, 2001). A crença relacionada ao desejo de ter uma família e de manter a família unida a qualquer preço parece um dos fatores que contribui para a posição de submissão às várias formas de violência vividas pelas mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2004).

Por sua vez, a violência conjugal também pode associar-se ao comportamento de ciúme e desconfiança entre os cônjuges. De acordo com Almeida, Rodrigues e Silva (2008), o ciúme é uma construção social que abrange vários outros sentimentos como amor, ódio, medo, raiva, orgulho, inveja, e que desencadeia reações diferentes, reais ou imaginárias, podendo ser ou não acompanhada de baixa autoestima.

Dessa maneira, o ciúme pode representar uma ação agressiva a uma perda efetiva ou ameaça de perda do outro cônjuge, sendo que a violência conjugal seja psicológica ou física pode apresentar-se como um desfecho dessas situações.

Outro modelo explicativo adotado nessa pesquisa parte do posicionamento de que, nas relações de violência conjugal, ocorre uma coocorrência entre o comportamento de perpetrar e receber a violência de ambos os cônjuges, ou seja, as relações conjugais apresentam-se de forma relacionais e bidirecionais (OLSEN et al, 2011; REICHENHEIM; MORAES; SZKLO; HASSELMANN; SOUZA; LOZANA; FIGUEIREDO, 2006; ARCHER, 2000; KWON et al, 1999; GRAY; FOSHEE, 1997; MALIK, et al, 1997).

Segundo seu estudo, O'Keefe (1997) evidenciou que 42% de mulheres e 48% dos homens referiram que ambos eram responsáveis pelo início da violência em seus relacionamentos. Pesquisas com

amostras populacionais têm encontrado evidências de que as mulheres cometem atos de violência contra os homens no mesmo grau que os homens cometem em relação às mulheres nos relacionamentos conjugais (ARCHER, 2000; STRAUSS; KANTOR, 1994).

Archer (2000) chama a atenção para a forma como os pesquisadores abordam os dados. Ao considerar as consequências físicas dos atos de violência, espera-se que os homens, por serem mais fortes que as mulheres, em média, cometam mais danos físicos. No entanto, ao analisar atos específicos de violência conjugal, sem considerarem as consequências físicas da ação, estas pesquisas demonstram que, em geral, as mulheres podem praticar tão ou mais atos violentos em seus relacionamentos amorosos (ARCHER, 2000).

Cabe destacar que os estudos de coocorrência entre o comportamento de perpetrar e receber a violência nas relações conjugais se diferencia dos estudos de gênero, sobretudo em relação à população estudada.

Nos estudos de coocorrência, a amostra não apresenta indivíduos que se utilizam de altos níveis de violência na resolução de seus conflitos conjugais. Nesse sentido, os indivíduos estudados apresentam diferentes formas de resolução de conflito, sendo a violência física e psicológica uma delas.

Ao se compreender a violência baseada na perspectiva relacional, Olsen et al, (2010) ressaltam a importância de se identificar a magnitude, a frequência e a duração da exposição à violência nas relações de casal, uma vez que grupos que experienciam episódios esporádicos de violência se diferenciam dos grupos que vivenciam episódios de violência de forma cotidiana.

Bolze et al (2011) diferenciam o conceito de conflito conjugal do de violência conjugal, sendo o conflito inerente a toda relação humana, podendo resultar em novas oportunidades e transformações relacionais aos envolvidos. Por outro lado, a violência conjugal seria uma maneira de lidar com os conflitos, que pode ser adotada ou não pelos casais.

No marco do modelo explicativo da perspectiva relacional sistêmica, a violência conjugal pode ser entendida como ideia de processo, de contexto e do embate relacional e comunicacional entre os integrantes da família. Assim, a violência no contexto da família se sustenta baseada em um processo de construção, que se ancora no jogo relacional e comunicacional entre todos os membros, ao longo do tempo, estabelecendo uma dinâmica peculiar.

Essa perspectiva de compreensão do processo de violência coaduna-se com o pensamento de Almeida (2009) ao afirmar que o maltrato, entendido como uma forma de violência, assume um valor comunicacional, o qual tem que ser reconhecido e transformado para que o sistema possa evoluir maturativamente sem se sentir ameaçado na sua própria coesão interna.

Nesse sentido, ao abordar o processo de violência, é necessário considerá-lo como um fenômeno relacional, de modo que o foco do estudo recaia sobre as interações entre todos os envolvidos (SCHMIDT; SCHNEIDER; CREPALDI, 2011).

Diante desse posicionamento é importante considerar o caráter multissistêmico do processo da violência, levando em consideração o interjogo entre os aspectos bioecológicos, quais sejam as características de pessoa, das relações, do contexto (que envolve desde o micro até o macrossistema), tendo em vista a continuidade desse processo ao longo do tempo (KOLLER; De ANTONI, 2004).

Dessa forma, quando a violência está presente nas relações conjugais é necessário considerar todo o sistema de relações familiares, e não somente aquele indivíduo que é a vítima ou aquele que exerce a violência (SCHMIDT; SCHNEIDER; CREPALDI, 2011; KOLLER; De ANTONI, 2004).

Esse sistema, apesar das adversidades, tem que ser reconhecido pelas suas possibilidades, tanto as de saúde como em relação aos seus recursos (MORÉ; CANTERA, 2010). Cabe destacar que os fatores de proteção nos vários níveis ecológicos são importantes para a garantia do desenvolvimento de cada membro do sistema familiar, mesmo nas relações que envolvam violência.

Indo ao encontro do apontado, o modelo explicativo da transmissão intergeracional do processo da violência considera que determinados fatores nas relações familiares podem ser preditores de comportamentos que envolvam violência nas gerações futuras.

Entre os estudos de transmissão intergeracional destacam-se aqueles que evidenciam que a violência na família de origem tem associação com a violência nas relações conjugais da geração seguinte (CUI et al, 2010; MALIK; SORENSON; ANESHENSEL, 1997; O'LEARY; MALONE; TYREE, 1994).

Mediante um estudo longitudinal, Cui et al (2010) demonstraram que os sujeitos que foram expostos a altos níveis de violência na família de origem repetem esse processo interacional em sua relação conjugal. Além disso, essas pessoas escolhem como suas

parceiras mulheres que também compartilham um padrão de interação similar.

Nas relações conjugais nas quais ocorrem violência, há uma alta correlação entre a coocorrência de violência física e violência psicológica (KWONG; BARTHOLOMEW; HENDERSON; TRINKE, 2003). Essas duas formas de abuso tendem a ser transmitidas pela família de origem, sendo o abuso psicológico considerado um dos aspectos essenciais na dinâmica das relações que envolvem violência.

Além disso, Slep e O'leary (2005) demonstraram que, quando existe a violência conjugal, há uma alta probabilidade da coocorrência da violência contra a criança, tanto praticada pelo pai quanto pela mãe.

Por outro lado, pesquisas têm demonstrado que nem todas as crianças que vivem em situações de violência em sua família de origem tornam-se abusivas em seus relacionamentos conjugais (HARRIS; DERSCH, 2001; O'KEEFE; TREISTER, 1998; MCCLOSKEY; LICHTER, 2003).

Em seu estudo, Harris e Dersch (2001) entrevistaram homens que sofreram violência em sua família de origem, mas não a utilizavam em suas relações conjugais. As constatações apontam que essas pessoas tinham fortes crenças contra o uso da violência e a compreendiam como prejudicial em suas relações íntimas. Além disso, os participantes também atribuíam seu comportamento não violento ao relacionamento com pessoas significativas em sua vida, fora do contexto da família de origem.

Por sua vez, ressalta-se a armadilha de considerar que todo aquele que experiencia a violência irá sempre abusar, não tendo outra possibilidade senão perpetuar esse comportamento. Trata-se de um posicionamento que desconsidera os diferentes fatores e contextos, os quais influenciam e podem modificar a multideterminação do processo de violência (SCANTAMBURLO; MORÉ; CREPADI, 2012).

Esses achados ampliam a dimensão da transmissão intergeracional, ao considerarem aspectos fora do contexto familiar como possíveis fatores de proteção, relativizando, assim, o aspecto linear da transmissão da violência no contexto da família de origem.

Indo ao encontro desses dados, Olsen et al (2010) ressaltam que a relação entre os pares, sobretudo na infância e adolescência, pode ser preditora de risco ou de resiliência em relação ao comportamento violento.

As tendências atuais dos estudos empíricos sobre a transmissão intergeracional da violência têm ressaltado as interconexões de diferentes ecologias no desenvolvimento dos sujeitos, como fatores que

influenciam o comportamento de perpetrar e receber a violência em relacionamentos românticos futuros.

Dessa forma, esses estudos passam a considerar as influências do microsistema e suas conexões, como também os aspectos do contexto macrossocial como a cultura, as influências históricas, políticas e religiosas, como parte da constelação de fatores determinantes dessa transmissão (OLSEN et al, 2010).

Diante do exposto, pretendeu-se aprofundar o fenômeno da violência conjugal, com base na matriz teórica da complexidade, evidenciando o sentido atribuído a cada cônjuge sobre a violência, e especificamente sobre a violência em sua relação conjugal.

Para tanto, utilizou-se o aporte teórico sobre conjugalidade e as perspectivas teóricas sobre o fenômeno da violência. Também, evidenciaram-se os contextos relacionais envolvidos nesse processo e como as interações com a família de origem influenciam essas relações.

## 2.6 Método

### 2.6.1 Caracterização da pesquisa

Inserida no contexto do projeto maior, esta pesquisa caracterizou-se por ser um estudo transversal, descritivo e com enfoque qualitativo (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2006).

O delineamento do estudo justificou-se como transversal, pois se propôs a analisar um momento específico da trajetória de vida dos participantes. Configurou-se como descritivo, pois procurou especificar as propriedades, características e perfis dos participantes por intermédio de dimensões e componentes do fenômeno.

Por fim, apresentou-se com um delineamento qualitativo, uma vez que teve o propósito de reconhecer a realidade, tal como é observada pelos atores sociais de um contexto (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2006).

A opção pelo delineamento qualitativo justificou-se, pois o estudo teve como objetivo o aprofundamento da temática investigada. Tal enfoque permitiu o acesso às vivências, crenças, valores e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno estudado (MINAYO; SANCHES, 1993).

De acordo com González-Reis (2002), o caráter construtivo interpretativo do conhecimento permitiu ao pesquisador encontrar um produto, que por meio de interpretações e reconstruções teve a

finalidade de gerar modelos de inteligibilidade sobre o que foi estudado e aproximações efetivas do fenômeno.

Esse processo de construção foi permeado pela dimensão interacional, cuja relação entre pesquisador e pesquisado foi considerada sob o pressuposto da intersubjetividade.

Em todas as etapas do processo da pesquisa, coadunou-se com Banister et al (1994) ao considerarem a importância do posicionamento do pesquisador, tanto em referência à definição do problema a ser estudado, como em relação ao modo como este entrou em contato com o material e produziu um tipo particular de significado.

Considerou-se, portanto, para este estudo o paradigma qualitativo apoiado no pressuposto ontológico da subjetividade, que avaliou a natureza da realidade como subjetiva e múltipla assim como vista pelos participantes do estudo; da mesma forma, considerou o pressuposto epistemológico relacional, cujo pesquisador interagiu com o que estava sendo investigado e com o pressuposto metodológico, que se propôs a identificar as categorias, subcategorias e elementos de análise durante o processo da pesquisa (CRESWELL, 1994).

Considerando a estratégia metodológica qualitativa utilizada neste trabalho, a entrevista semiestruturada contribuiu para o estudo das relações sociais ao buscar os significados subjetivos das experiências e das práticas cotidianas (FLICK, 2009).

Dessa forma, baseados nessa estratégia metodológica, evidenciaram-se os significados que envolveram os pensamentos derivados dos processos conversacionais que caracterizaram a realidade percebida e construída socialmente pelos indivíduos (MCNAMEE; GERGEN, 1998).

## **2.6.2 Contexto**

A pesquisa foi realizada com participantes que moravam no município de Florianópolis (SC), cuja população é de 421.203 habitantes (IBGE, 2010).

## **2.6.3 Participantes**

A amostra deste estudo foi composta por 9 (nove) pessoas - 5 (cinco) mulheres e 4 (quatro) homens. O banco de dados usado para selecionar as pessoas desta pesquisa apresentou famílias biparentais, as quais se configuraram por meio de relações harmônicas, formadas pelo casal e por pelo menos um filho entre quatro e seis anos,

As famílias do banco de dados foram recrutadas de instituições de educação infantil por meio do aceite dos pais das crianças em participar do estudo. A autora deste trabalho teve acesso aos dados do projeto maior, pois integrou o grupo de pesquisadores do projeto como participantes da coleta de dados por meio da aplicação dos questionários quantitativos com as famílias e com os professores, da inserção dos dados dos instrumentos no software SPSS e da contribuição nas análises quantitativas resultantes de outros estudos do projeto.

Com a finalidade de sustentar a análise qualitativa para responder aos objetivos desta pesquisa, optou-se pela escolha dos participantes por meio de uma escala, a qual avaliou a ocorrência da violência entre os indivíduos que estão em uma relação conjugal por meio de ações como: agressão psicológica, violência física, violência na saúde individual do respondente e de seu companheiro(a), bem como a existência de coerção sexual no relacionamento do casal (MORAES; HASSELMANN; REICHENHEIM, 2002). Uma melhor descrição desta escala encontra-se no item 2.6.4 deste capítulo. Com base nesses dados, elaborou-se um ranking de famílias com maiores médias, e foram realizados os contatos considerando essa ordem.

Levando em conta os participantes deste estudo, 8 (oito) pessoas faziam parte da díade do casal sendo que as entrevistas aconteceram de forma individual com ambos os cônjuges. Apenas 1 (um) homem da díade se recusou a participar da pesquisa depois que a sua mulher já havia respondido a entrevista. Assim, foram realizadas 9 (nove) entrevistas cuja média de duração de cada uma delas foi de 1 (uma) hora e 15 (quinze) minutos por pessoa.

A meta inicial era atingir 12 (doze) entrevistas a fim de atender aos critérios internacionais propostos por Francis, Johnston, Robertson, Glidewell, Entwistle, Eccles, Grimshaw (2010) e Guest, Bunce e Jonhson (2006) para pesquisas qualitativas. Por meio de evidências demonstradas pelo estudo desenvolvido por esses pesquisadores, constatou-se que, em amostras não probabilísticas, os dados começaram a ser delineados na 6ª (sexta) entrevista e a saturação teórica na 12ª (décima segunda) entrevista.

Dessa forma, optou-se por delimitar o número de pessoas em 9 (nove), já que se observou, a partir da 6ª (sexta) entrevista, regularidades nas informações e reincidência temática referente aos objetivos do presente estudo (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Ao todo foram realizadas 29 (vinte e nove) tentativas de contatos com diferentes famílias, sendo que 12 (doze) pessoas recusaram-se a participar deste estudo e 9 (nove) aceitaram.

Observou-se que as famílias que apresentavam as maiores médias de violência física entre os cônjuges não aceitaram participar da pesquisa, embora já tivessem participado da primeira etapa do projeto de pesquisa. A dificuldade do recrutamento dos participantes em pesquisas que abordaram o fenômeno da violência também foi encontrada em outros trabalhos, como o de Santos (2009), que estudou a violência contra mulheres que denunciaram os agressores, e o de Wanderbroocke (2011), que analisou a violência contra o idoso no contexto da atenção primária de saúde.

#### **2.6.4 Instrumentos**

A complementaridade de estratégias na construção do método apresentou-se como uma tentativa de responder a complexidade do objeto de pesquisa (SERAPIONE, 2000; MINAYO, 1992). Dessa forma, foram utilizados instrumentos que ajudaram na escolha das pessoas que participaram da pesquisa, como também, instrumentos que sustentaram o delineamento teórico-metodológico da pesquisa.

Utilizou-se a escala denominada CTS2 – Revised Conflict Tactics Scales (Anexo 2), composta por 78 itens que descreveram possíveis ações do respondente e, reciprocamente, de seu companheiro. Esses itens formaram cinco escalas que representaram as respectivas dimensões: negociação, agressão psicológica, violência física, injúria se coerção sexual (MORAES; HASSELMANN; REICHENHEIM, 2002).

Para o levantamento sobre quais casais preenchiam o critério de maior média em alguma dimensão da violência, calculou-se a média da violência relatada nas dimensões: agressão psicológica menor, agressão psicológica maior e violência física menor. As outras dimensões como, violência física grave e violência sexual grave não apresentaram ocorrência na amostra deste banco de dados. Com base nas médias de violência dessa escala também foi realizada uma análise descritiva desses dados no item 2.7.1.

Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos que sustentaram o delineamento teórico-metodológico desta pesquisa:

##### **2.6.4.1 Questionário Sociodemográfico (Anexo 1)**

O questionário sociodemográfico constituiu-se em um questionário que investigou o local, o tipo de residência, o número de pessoas que viviam na casa e a idade, além da composição familiar, a escolaridade, a profissão e a renda dos pais. O questionário

sociodemográfico foi adaptado pelos pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (Nepedi) da UFSC.

#### 2.6.4.2 Entrevista semiestruturada (Apêndice 1)

A entrevista semiestruturada justificou-se pela possibilidade de, baseada em um roteiro geral e flexível de perguntas, favorecer a verbalização livre do entrevistado acerca da temática investigada. Assim, o roteiro de entrevista considerou os objetivos desta pesquisa abordando o significado atribuído ao processo da violência nas relações conjugais dos participantes e foi organizada nos seguintes tópicos:

##### a) Significado da violência de forma geral

O objetivo nesta etapa foi investigar qual o significado que a violência, de forma geral, tem para o participante. Buscou-se caracterizar qual o significado da violência que o participante representou alicerçado em sua realidade percebida e construída socialmente.

##### b) Significado da violência na relação conjugal

Com base nesse tópico, pretendeu-se compreender o significado da violência para cada cônjuge na sua relação conjugal, assim como, identificaram-se os desencadeadores das situações de violência. Também, buscou-se evidenciar quais as resoluções utilizadas pelos participantes para a situação de violência descrita. Além disso, identificaram-se as redes de apoio reconhecidas como efetivas para cada cônjuge.

##### c) Significado da violência na família de origem

Nesse item visou-se identificar o significado da violência observada nas relações da família de origem. O objetivo foi compreender como o participante, como criança, considerou as relações que envolviam a violência. Também se buscou identificar como os membros da família resolviam essas situações de violência e, como as comunicavam às crianças da família.

##### d) Descrição dos eventos considerados como violência

O objetivo desse tópico foi que o participante pudesse exemplificar, por meio de relatos ou cenas de narrativas, a descrição do processo de violência psicológica e ou física na relação conjugal.

#### 2.6.4.3 Genograma familiar

O genograma foi utilizado com o intuito de avaliar a configuração familiar, verificar a ocorrência de eventos estressores e os padrões de relacionamento entre a família atual e a família de origem (CASTOLDI; LOPES; PRATI, 2006). O genograma configurou-se como um adequado instrumento neste estudo por englobar a dinâmica e a estrutura das famílias e considerar as histórias e os padrões familiares intergeracionais (WENDT; CREPALDI, 2008).

A construção desse método foi subsidiada pela técnica da entrevista semiestruturada, da qual emergiram informações que foram representados graficamente com símbolos e siglas adotados conforme proposto por McGoldrick e Gerson (2001), Minuchin (1982), e Wendt e Crepaldi (2008).

### 2.6.5 Procedimentos

#### 2.6.5.1 Método para a coleta de dados

Inicialmente foi realizada a preparação prévia da pesquisadora, na qual se priorizou o enfoque já destacado em outros estudos sobre a resistência dos participantes nas pesquisas que abordaram a temática da violência (WANDERBROOCK, 2011; SANTOS, 2009). Dessa forma, com o objetivo de minimizar essa dificuldade foi planejado um roteiro que descreveu a abordagem inicial com os participantes (Apêndice 2).

Tendo em vista o roteiro de abordagem inicial, foi realizado contato telefônico com as famílias, convidando-as a participarem de uma segunda etapa da pesquisa para a qual já haviam sido recrutadas. Nesse momento, explicou-se o objetivo do estudo, o tempo de duração da entrevista, que seria realizada de forma individual e a possibilidade de desistência em qualquer etapa do estudo. Com o aceite de ambos os cônjuges, marcou-se um dia e horário e a pesquisadora foi até a residência dos participantes para a entrevista.

Ao chegar ao domicílio da família, apresentou-se e realizou uma conversa para ambientação, explicando novamente os objetivos da pesquisa e esclarecendo as dúvidas. Em seguida, entregou uma cópia do TCLE (Apêndice 3) para cada um dos participantes e leu em voz alta.

Após a leitura desse documento, confirmou-se o interesse do casal em participar do projeto e solicitou-se que cada um dos cônjuges o assinasse, colocando a data.

Em seguida, o TCLE foi colocado dentro de um envelope pardo e a outra via desse documento foi entregue ao casal. Nesse momento, explicou-se que, na via do TCLE que ficou com a família, os cônjuges teriam acesso ao telefone e e-mail da pesquisadora e poderiam entrar em contato em caso de quaisquer dúvidas. A partir de então, combinou-se com o casal quem iniciaria a entrevista. Com isso, solicitou-se que a entrevista fosse realizada em um cômodo separado do qual estava o outro cônjuge.

#### 2.6.5.2 Análise dos dados

Os dados provenientes da escala CTS-2, inicialmente, foram tratados de forma quantitativa, por meio de estatística descritiva, e foram descritos e receberam os valores e as pontuações obtidas para cada variável. Assim, os dados foram analisados por meio da distribuição de frequência e de medidas de tendência central como a média (SAMPNERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Essas análises foram realizadas com auxílio do programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 17®.

Em um segundo momento foi realizada a análise com enfoque no delineamento qualitativo. Os dados da entrevista foram transcritos na íntegra e organizados no programa de software Atlas/Ti 5.0®. Esse software consiste em um programa voltado para a análise de dados qualitativos, empregado na organização de grande quantidade de material a fim desistematizá-los (MUHR, 2004).

Realizou-se a análise dos dados com base na Grounded Theory (Teoria Fundamentada Empiricamente), proposta por Strauss e Corbin (2008). Esse procedimento de análise possibilitou a integração de dados de diferentes origens (entrevista, genograma, dados demográficos e dados do instrumento CTS-2), proporcionando a identificação, o desenvolvimento e o estabelecimento de relações entre os conceitos.

A sequência de passos e regras proposta por Strauss e Corbin (2008) consistiu na codificação dos dados, os quais fundamentaram a criação de categorias temáticas e suas respectivas subcategorias. Primeiramente, efetivaram-se leituras sucessivas do material textual das entrevistas, assim como do conteúdo do genograma, a fim de obter maior aproximação dos dados e das narrativas apresentadas pelos participantes da pesquisa.

Num segundo momento, concretizou-se o processo de desmembramento, exame, comparações e categorização dos dados, etapa denominada de codificação aberta. A partir desse ponto, identificaram-se os aspectos em comum, bem como a emergência de pontos nucleares que se mantiveram na diversidade e na complexidade dos dados coletados. Também foram considerados e categorizados os pontos diferenciais e inéditos entre todos os dados obtidos pelo estudo.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, definiram-se as categorias que serviram como alicerce de referência para o estabelecimento e a nomeação de subcategorias e seus respectivos elementos de análise. Os elementos de análise auxiliaram na obtenção de uma descrição, compreensão e sustentação do objetivo desta pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008)

#### 2.6.5.3 Considerações éticas

O projeto de pesquisa do qual este estudo derivou foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH -UFSC) e aprovado sob certificado número 520/2009, atendendo às Resoluções nº 196, de 10 de outubro de 1996, e nº 251 de 5 de agosto de 1997, do Ministério da Saúde.

A coleta de dados atendeu a essa resolução referente à ética nas pesquisas, assegurando aos participantes o direito a informações sobre a pesquisa, seus objetivos e procedimentos utilizados. No início de cada entrevista retomou-se o esclarecimento sobre esta pesquisa, ressaltando o sigilo quanto aos dados que pudessem identificar o participante, à possibilidade de obter informações posteriores sobre a pesquisa pelo contato telefônico disponibilizado pela pesquisadora, bem como o direito de desistir da participação do estudo. Também foi informado rapidamente sobre os resultados derivados dos outros trabalhos defendidos pelo grupo de pesquisa supracitado, cujos participantes integraram o banco de dados desses estudos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com a permissão do entrevistado.

Cabe ressaltar que, em função dos cuidados com o sigilo e considerando as características da amostra, a identificação dos entrevistados se deu por meio da palavra Casal seguida de uma numeração, sendo que a identificação de cada cônjuge foi realizada pela letra M referindo-se à mulher ou H referindo-se ao homem.

## 2.7 Resultados

Os resultados deste estudo foram apresentados em dois blocos. No primeiro, foi contemplada a caracterização sociodemográfica das participantes e a frequência da agressão relatada na escala CTS2. No segundo bloco, apresentou-se uma definição das categorias principais e um quadro geral que esquematizou o conjunto das categorias, subcategorias e os elementos de análise decorrentes das análises em profundidade dos dados.

### **2.7.1 Caracterização dos participantes**

Participaram desta pesquisa 9 (nove) pessoas, 5 (cinco) mulheres e 4 (quatro) homens, com idades entre 24 e 29 anos e média de 27 anos. Dessa amostra foram entrevistados 4 (quatro) casais e 1 (uma) esposa cujo marido não participou da pesquisa, sendo que a média de tempo de união foi de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses.

Os dados podem ser visualizados no quadro a seguir:



Quanto à escolaridade, 1 (um) participante possuía o Ensino Fundamental incompleto, 1(um) participante o Ensino Fundamental completo, 1(um) participante o Ensino Médio incompleto, 5 (cinco) participantes o Ensino Médio completo, 1 (um) participante o Superior incompleto.

A respeito da renda familiar, a média mensal por casal foi de R\$1.788,00, sendo que 7 (sete) participantes tinham jornada de trabalho em média de 42h semanais. Desses participantes, 3(três) eram mulheres e 4 (quatro) homens.

Em relação à ocupação, 2 (dois) definiram-se como sendo do lar, 1(um) como chefe de bazar, 1(um) como mecânico, 1(um) como esteticista, 1(um) como construtor, 1(um) como operadora de telemarketing, 1(um) como atendente de horti-fruti e 1(um) como veterinário.

Quanto à composição familiar, 4 (quatro) casais constituíam família nuclear e 1(um) casal configurava-se como família recasada, sendo o cônjuge padrasto. Em relação ao número de filhos, todos os participantes tinham pelo menos 1 (um) filho entre 4 (quatro) e 6 (seis) anos, sendo que 2 (dois) casais também tinham pelo menos mais um filho entre 0 (zero) e 3 (três), e 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos.

Os resultados encontrados por meio da análise das dimensões da violência evidenciada pela escala CTS2 apresentaram diferenças entre os participantes. Para tanto, calculou-se a média da violência relatada nas dimensões de violência psicológica menor, violência psicológica maior e violência física menor. Outras dimensões como, violência física grave e violência sexual grave não apresentaram ocorrência na amostra do banco de dados.

A definição da dimensão agressão psicológica menor, segundo o instrumento CTS2, referiu às tentativas de ofender o cônjuge, por intermédio de insultos e xingamentos, caracterizando-se por aumento do tom da voz, de ameaças de arremesso de objetos ou, ainda, de abandono de uma conversa/discussão quando essa ainda não chegou ao fim (MORAES et al, 2002).

Quadro 2: Percepção da ocorrência da agressão psicológica menor na relação conjugal relatado pelos cônjuges do estudo

Dimensão da violência	Frequência de ocorrência
Agressão psicológica menor que a mulher refere exercer	10 a 20 vezes durante o último ano
Agressão psicológica menor que a mulher observa que o	10 a 20 vezes durante o último ano
Agressão psicológica menor que o homem refere	5 a 10 vezes durante o último ano
Agressão psicológica menor que o homem observa a	5 a 10 vezes durante o último ano

De acordo com o quadro 2, a média da violência psicológica menor que a mulher reconheceu exercer contra seu parceiro ocorreu de 10 a 20 vezes no último ano. O homem referiu que observou essa mesma violência psicológica exercida contra ele de 5 a 10 vezes durante o último ano. Quando o homem relatou sobre a violência que exerceu contra sua parceira, reconheceu a ocorrência de 5 a 10 vezes durante o ano. Por outro lado, a mulher referiu observar essa mesma violência que o marido exerceu contra ela de 10 a 20 vezes durante o último ano.

Os homens deste estudo perceberam menos a agressão psicológica, tanto em relação àquela que exerceram quanto à que sofreram pelas mulheres. No entanto, as mulheres desta pesquisa perceberam o dobro do número de ocorrência da agressão psicológica relatada pelos seus maridos, tanto em relação àquela que exerceram quanto à que sofreram pelos homens.

Quando se avaliou a dimensão da agressão psicológica maior, da mesma forma, as mulheres perceberam a maior ocorrência de agressão em relação à percepção dos homens. Abaixo, a ocorrência da violência relatada pelos cônjuges:

Quadro 3: Frequência da ocorrência da agressão psicológica maior na relação conjugal relatada pelos cônjuges do estudo

Dimensão da violência	Frequência de ocorrência
Agressão psicológica maior que a mulher refere exercer	2 a 5 vezes durante o último ano
Agressão psicológica grave que a mulher observa que o homem exerce	2 a 5 vezes durante o último ano
Agressão psicológica grave que a mulher observa que o homem exerce	Nunca ocorreu
Agressão psicológica grave que o homem observa a mulher exercer	Nunca ocorreu

A agressão psicológica maior foi definida pelo instrumento (MORAES et al, 2002) como as ações foram praticadas por um dos cônjuges e que objetivaram causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento do outro cônjuge, por meio de humilhação, discriminação e crítica pelo desempenho sexual.

De acordo com o quadro 3, as mulheres relataram que essas agressões ocorreram de 2 a 5 vezes durante o último ano, tanto a agressão que exerceram contra o homem como a que recebem do cônjuge. Os homens não perceberam esse tipo de agressão na sua relação conjugal.

Em relação à violência física menor, caracterizada pela tentativa de causar dano ao companheiro, por meio de força física (por exemplo, ao empurrar, torcer o braço, puxar o cabelo, segurar com força) ou utilizar algum tipo de instrumento que possa machucar/causar lesões, também se evidenciaram diferenças na percepção entre homens e mulheres. Abaixo, a tabela que descreve a frequência de ocorrência da violência física menor.

Quadro 4: Frequência da ocorrência da violência física menor na relação conjugal relatada pelos cônjuges do estudo.

Dimensão da violência	Frequência de ocorrência
Violência física menor que a mulher refere exercer	1 a 2 vezes durante o último ano
Violência física menor que a mulher observa que o homem exerce	Nunca ocorreu
Violência física menor que o homem refere exercer	Nunca ocorreu
Violência física menor que o homem observa a mulher exercer	Nunca ocorreu

De acordo com o quadro 4, as mulheres reconheceram a violência física somente exercida por elas mesmas contra seu companheiro. Quanto aos homens, não reconheceram a violência que a mulher exerceu contra eles.

Dessa forma, pode-se observar que as mulheres deste estudo perceberam mais a ocorrência de agressões psicológicas e violência física, tanto em relação à que exerceram como à que sofreram do seu companheiro. Os homens deste estudo perceberam a agressão psicológica exercida contra sua companheira, como também, a que sofreram na relação conjugal.

Quando comparado os resultados dos homens em relação à percepção da mulher sobre a agressão psicológica verificou-se a diferença na frequência de ocorrência durante o ano, sendo que as mulheres perceberam duas vezes mais a agressão na relação conjugal do que os homens.

### **2.7.2 Apresentação das categorias, subcategoria e elementos de análises.**

Com o objetivo de contemplar a análise dos dados, surgiram cinco categorias com suas respectivas subcategorias e elementos de análises. As categorias caracterizaram-se como um fio condutor na organização dos dados nucleados pelas subcategorias de análise.

A organização dos dados buscou evidenciar o processo em profundidade que, inicialmente, partiu das narrativas contempladas nos

elementos de análises, perpassou pelas subcategorias que congregaram as peculiaridades da construção do significado da experiência dos participantes e, chegou até as categorias, as quais, por sua vez, representaram a integração dos temas que se caracterizou pela sua singularidade e recorrência.

Assim, a compreensão de cada categoria de análise se ancorou num processo recursivo de construção entre os componentes que a constituíram. Dessa forma, destaca-se que as categorias em si também se afetam recursivamente, sendo que para a compreensão do fenômeno central deste trabalho, representado pelo objetivo geral, todas as categorias precisam ser compreendidas em seu conjunto (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Segue abaixo o quadro que sintetiza as categorias, subcategorias e elementos de análise:

Quadro 5: Quadro de síntese geral das categorias, subcategorias e elementos de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p style="text-align: center;">CATEGORIA 1 - SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS “VIOLÊNCIAS” NA PERSPECTIVA DO CASAL</p>	<p>1.1 Sobre as “violências” como um fenômeno</p>	<p>1.1.1 falta de respeito, agressão e ofensa verbal 1.1.2 pressão psicológica 1.1.3 como expectador (a) da violência 1.1.4 “aceitável” e “inaceitável” 1.1.5 violência comunitária</p>
	<p>1.2 Sobre as “violências” no contexto familiar</p>	<p>1.2.1 a violência física na família 1.2.2 violência psicológica 1.2.3 violência contra a integridade física da criança 1.2.4 exigências de ações para as quais não se tem capacidade de responder 1.2.5 impotência dos pais diante da violência na comunidade</p>
	<p>1.3 Sobre as “violências” no casal</p>	<p>1.3.1 como uma escalada de ações 1.3.2 falta de respeito e diálogo como o limite para a agressão 1.3.3 impacto da violência verbal e psicológica 1.3.4 naturalização da violência 1.3.5 representação da violência na mídia</p>

	1.4 Diferenças do tipo de violência exercida pelo homem e pela mulher	1.4.1 Homem agride fisicamente 1.4.2 Homem força a mulher a fazer sexo 1.4.3 violência física que a mulher exerce 1.4.4 Violência recíproca
CATEGORIA 2 - SUSTENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CONJUGAL	2.1 Desencadeadores da violência	2.1.1 falta de tempo do marido 2.1.2 marido não dar atenção para as crianças e a esposa 2.1.3 falta de dinheiro 2.1.4 falta de comunicação 2.1.5 Divergência na educação dos filhos 2.1.6 uso de drogas 2.1.7 traição, ciúme e desconfiança 2.1.8 Cobrança dos afazeres domésticos 2.1.9 a mulher trabalhar fora de casa 2.1.10 não aceitação da intervenção da companheira 2.1.11 Influência dos amigos 2.1.12 brigas por coisas sem motivos 2.1.13 provocação até o limite 2.1.14 Inflexibilidade
	2.2 Repercussões do ato da violência	2.2.1 Medo que os filhos tenham problemas 2.2.2 Perda da confiança

		2.2.3 Desgaste da relação
	2.3 Repercussões afetivo-emocionais	2.3.1 Isolamento social 2.3.2 Medo 2.3.3 Humilhação 2.3.4 Culpa, arrependimento, tristeza, mágoa e impotência
CATEGORIA 3 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CONJUGAL	3.1 Enfrentamento da violência como algo externo ao casal	3.1.1 Por meio da lei 3.1.2 Terceira pessoa na resolução da violência
	3.2 Enfrentamento da violência como um posicionamento do casal	3.2.1 por meio do outro cônjuge 3.2.2 Problema não tem perspectiva de ser resolvido 3.2.3 Comunicação, diálogo e respeito como um posicionamento de ambos os cônjuges.
	3.3 Estratégias utilizadas para evitar a violência	3.3.1 Identificar o início da escalada 3.3.2 Ter controle para não agredir fisicamente 3.3.3 Ceder à vontade do outro 3.3.4 Expor os pensamentos e sentimentos 3.3.5 Abandono da discussão
CATEGORIA 4 - REDES SIGNIFICATIVAS DE APOIO	4.1 Pessoas de referência	4.1.1 Comunidade religiosa 4.1.2 Amizades 4.2.3 Figuras maternas
	4.2 Funções desempenhadas pela rede	4.2.1 Apoio emocional 4.2.2 Guia cognitivo 4.2.3 Cuidado com as crianças

	4.3 Temor de compartilhar a experiência com a rede significativa	4.3.1 Temor de fofoca 4.3.2 Resolveram sozinho(o) 4.3.3 Ambivalência em relação à reação do outro
CATEGORIA 5 - DA INTERGERACIONALIDADE À TRANSGERACIONALIDADE DO PROCESSO DA VIOLÊNCIA	5.1 Visualizando a violência sofrida na família de origem	5.1.1 Mãe que agrediu filho(a) 5.1.2 Pai que agrediu filho(a) 5.1.3 Pai que agrediu a mãe
	5.2 Resolução da violência na família de origem	5.2.1 Por meio da conversa 5.2.2 Escondiam as brigas e discussões dos filhos 5.2.3 O que se fez de diferente da família de origem
	5.3 Crenças familiares que justificam a violência	5.3.1 Por estar sobrecarregado e ter sofrido violência 5.3.2 por causa da bebida 5.3.3 por causa do hipotireoidismo 5.3.4 por que se casar é para o resto da vida 5.3.5 por que ele me dá uma vida boa 5.3.6 eu acabo fazendo a mesma coisa
	5.4 Estereótipos de gênero	5.4.1 Em briga de marido e mulher não se mete a colher 5.2.2 Mulher como “dona da casa”

	5.5 Metáforas relacionadas à violência	5.5.1 Homem sem paciência 5.5.2 Mulher discute mais que o homem 5.5.3 Mulher mais vingativa 5.5.4 Sangue do meu sangue 5.5.5 João da Penha
--	----------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A seguir, apresenta-se uma síntese descritiva de cada subcategoria e subcategoria:

CATEGORIA 1 - Significados atribuídos às “violências” na perspectiva do casal: foram apresentadas narrativas que procuraram dar significado aos diferentes tipos de violência identificados pelos cônjuges na relação familiar, conjugal e como um fenômeno geral. Utilizou-se o termo violências para apontar os diferentes tipos de violência identificados, desde a violência aceitável até a inaceitável.

- Subcategoria 1.1 - Sobre as “violências” como um fenômeno: identificou-se qual o entendimento sobre a violência de forma geral, caracterizando o primeiro momento de aproximação do conceito da violência.

- Subcategoria 1.2 - Sobre as “violências” no contexto familiar: foi considerado o significado da violência no contexto familiar para cada cônjuge, sendo que o estágio do ciclo de vida dessas famílias eram casais com filhos na primeira infância.

- Subcategoria 1.3 - Sobre as “violências” no casal: apresentaram-se as narrativas das violências evidenciadas no cotidiano das famílias como um fenômeno relacional.

- Subcategoria 1.4 - Diferença do tipo de violência exercida pelo homem e pela mulher: evidenciou-se a diferença entre a violência exercida pelo homem e pela mulher no cotidiano da relação conjugal.

CATEGORIA 2 - Sustentação da violência na relação conjugal: foi constatado o processo de retroalimentação da violência nas relações conjugais, o qual sustenta esse modelo de interação.

-Subcategoria 2.1 - Desencadeadores da violência: identificaram-se as situações que desencadearam a violência nas relações conjugais.

-Subcategoria2.2 - Repercussão do ato da violência: evidenciou-se a percepção sobre as consequências imediatas quanto ao ato da violência.

-Subcategoria 2.3 - Repercussões afetivo-emocionais: apresentaram-se as consequências afetivo-emocionais decorrentes do processo da violência no cotidiano da relação conjugal.

CATEGORIA 3 - Enfrentamento da violência na relação conjugal: elencaram-se as estratégias utilizadas pelos cônjuges para resolver a situação da violência, como também outras estratégias identificadas pelos cônjuges como possíveis na resolução da violência.

-Subcategoria 3.1 - Enfrentamento da violência como algo externo ao casal: apresentaram-se estratégias que dependeram da intervenção de um terceiro elemento no enfrentamento da situação de violência.

-Subcategoria 3.2 - Enfrentamento da violência como um posicionamento do casal: identificaram-se estratégias utilizadas pelo próprio casal na situação de violência.

-Subcategoria 3.3 - Estratégias utilizadas para evitar a violência: demonstraram-se estratégias utilizadas pelo casal para lidar com o conflito para evitar chegar à situação da violência.

CATEGORIA 4 - Redes significativas de apoio: contemplaram-se as pessoas reconhecidas como significativas pelos cônjuges no enfrentamento da situação da violência.

-Subcategoria 4.1 - Pessoas de referência: identificaram-se quem são as pessoas reconhecidas como referência e apoio para o enfrentamento da violência.

-Subcategoria 4.2 - Funções desempenhadas pela rede: evidenciou-se qual a função que a rede apresentou no enfrentamento da violência.

-Subcategoria 4.3 - Temor de compartilhar a experiência com a rede significativa: apresentaram-se os motivos que levaram os cônjuges a não procurarem ajuda.

CATEGORIA 5 - Da intergeracionalidade à transgeracionalidade do processo da violência: congregaram-se as vivências apontadas pelo casal a respeito da violência na família de origem, assim como as crenças que justificaram a perpetuação da violência.

-Subcategoria 5.1 - Visualizando a violência sofrida na família de origem: descreveram-se as situações de violência vivenciadas por cada cônjuge em sua família de origem.

-Subcategoria 5.2 - Resolução da violência na família de origem: identificou-se como cada cônjuge percebeu como seus pais resolviam as situações de violência.

-Subcategoria 5.3 - Crenças familiares que justificam a violência: evidenciaram-se as crenças transmitidas transgeracionalmente que justificaram a utilização da violência nas relações conjugais.

-Subcategoria 5.4 - Estereótipos de gênero: demonstraram-se como os estereótipos de gêneros estão presentes nas narrativas do casal.

-Subcategoria 5.5 - Metáforas relacionadas à violência: apresentaram-se as metáforas sustentadas culturalmente que naturalizaram a violência na relação conjugal.

### **2.7.3 Análise e discussão dos resultados**

Os dados propostos foram observados em um movimento recursivo de complementaridade, no qual se evidenciou o processo dinâmico de relações que se estabeleceu na construção do significado da violência (MORIN, 2005).

Nesse contexto, ressaltam-se os diferentes significados do fenômeno, baseado na trama de relações e na complexidade envolvida no tema em estudo. A seguir apresenta-se a análise da discussão dos resultados.

#### **2.7.3.1 Categoria 1 - Significados atribuídos às “violências” na perspectiva do casal**

Essa categoria integra um conjunto de subcategorias que procurou evidenciar os significados dos diferentes tipos de violência identificados como um fenômeno geral, na relação familiar e conjugal. Utilizou-se o termo “violências” para destacar os diferentes tipos de violência que podem ocorrer no contexto relacional; no entanto, cabe enfatizar que o fenômeno deve ser considerado na complexidade das relações, e não entendido exclusivamente como fragmentado por meio das diferentes tipologias de violência.

A subcategoria 1.1 - Sobre as “violências” como um fenômeno - abrangeu a representação inicial sobre o conceito de violência e a primeira aproximação ao tema. A falta de respeito, ofensa verbal e agressão (1.1.1) foram elencados por 5 (cinco) entrevistados como uma significação inicial do que é violência.

“Violência é agressão de uma segunda pessoa. Até verbal. Pra mim, violência é ofender, agredir”. (M\_Casal 2)<sup>2</sup>

“Maltratar e a outra pessoa se sentir ofendida, aí é violência. Até, no caso, um diálogo com a pessoa já se torna né, não violência de bater, mas violência verbal”. (H\_Casal 2)

"Para mim, violência é violência física, agressão". (H\_Casal 4)

“Xingamento talvez. Eu passei por um quando eu tinha uns dezoito anos. Eu pesava cento e sete quilos e um cara me chamou de gorda. Só que eu sempre fui gorda, eu nunca... Aí, eu emagreci quarenta e poucos quilos... por causa dele”. (M\_Casal 3)

O significado da violência como fenômeno geral descrito pelos participantes desta pesquisa apresentou-se por meio de narrativas que ultrapassaram a descrição da violência somente pelos atos de violência física, destacando-se a violência psicológica que ocorreu nas relações interpessoais.

Esse dado coaduna-se com o apontado por Minayo (2005), em que o significado do que se considera a violência deriva da ordem do que foi vivido, uma vez que, a violência psicológica também provocou forte carga emocional naqueles que a experienciaram. Dessa forma, destaca-se nesta pesquisa o reconhecimento pelos participantes do significado da violência como um fenômeno que vai além das consequências concretas observada no corpo, decorrentes da violência física.

A pressão psicológica (1.1.2) também foi destacada como um fator produtor de violência, sobretudo aquela realizada pela comunidade religiosa e pelas relações de trabalho conforme relato abaixo.

“Ah, digamos assim né, tu vê por aí nas igrejas, os pastores falam isso, falam aquilo, muita gente não sabe o que faz, mas tá lá, dando seu dinheiro, dando seu carro, às vezes não tem nada em casa e tá lá dando seu dízimo. Então isso pra mim é, um tipo de violência bem psicológica porque mexe com o psicológico da pessoa, mexe completamente.” (M\_Casal 3)

---

<sup>2</sup> As narrativas dos participantes foram transcritas de forma literal, sem correções gramaticais e os grifos são da autora.

“E no profissional, no serviço, também mexe, às vezes tem lá que seguir uma meta, vai lá e teu supervisor fica falando: Oh, **tem que seguir a meta, quem não conseguir, vai diminuir isso, vai diminuir aquilo, é uma violência psicológica, porque a gente fica com aquilo na cabeça, pô se eu não conseguir vai diminuir meu salário, se eu não conseguir meu chefe vai vir pra cima de mim, é uma violência sim.** Que isso realmente assim às vezes a gente fica em depressão, chega entrar em depressão, esse tipo de violência, então tudo é uma coisa detalhada, complicada, tem que ser nos mínimos detalhes né, não adianta ser assim, eu penso desse jeito.”(M\_Casal 3)

Outro significado da violência destacado neste estudo foi o posicionamento dos entrevistados como expectadores da mesma (1.1.3). Os participantes relataram a violência como alheia ao seu cotidiano, vista pela ação e pelo comportamento do outro.

Também, constatou-se que o significado da violência apresentou-se permeado pelo que os meios de comunicação veicularam sobre o tema, corroborando os resultados de Njaine (2004) que em sua pesquisa evidenciou a influência da mídia como um fator mediador na construção do conceito de violência. Abaixo as narrativas dos participantes.

“Agora na **novela que teve**, a Avenida Brasil, a menina que é mais gordinha, **de tanto a mãe falar que ela era gordinha, que ela era feia, mais ela comia e mais afetada psicologicamente ela ficava.** Então, mais ela comia e mais ela se sentia feia. Eu acho que acaba sendo uma violência psicológica.” (M\_Casal 4)

“A violência hoje em dia, pra mim, gira muito mais em torno das crianças e mulher né, principalmente, do que outras coisas assim. Eu, como tenho dois filhos pequenos então, sou muito focada nessa da criança principalmente né. Pra mim então, é muito isso. E olha, **a gente vê tanta coisa assim, passar na televisão, no rádio, ou às vezes até com um parente, um amigo que a gente conhece, que a gente fica meio assustado.** Então, pra mim, e bastante isso.” (M\_Casal 5)

“**Estupro, aliciamento, ficar molestando, mesmo que seja uma criança, que tem os**

**pedófilos etc., o cara vê bastante casos na tv né, padrasto faz isso, ou a mulher trai vai lá e mata, ou esse tipo de coisa.”**(H\_Casal 3)

A abordagem da mídia na construção do significado da violência surgiu como um achado desta pesquisa, pois os entrevistados atribuíram o sentido da violência apoiado no que foi veiculado pelos meios de comunicação. Associa-se esse achado ao que Bourdieu (1997) discute sobre a televisão exercer uma forma particular de violência simbólica.

O posicionamento das pessoas como expectadores da violência traduziu um comportamento de cumplicidade daquilo que foi veiculado socialmente, pois o que se definiu como violência determinou o seu conceito, o seu valor, a sua crença, ou seja, o seu referencial de orientação no mundo.

Destaca-se nessas evidências a influência dos sistemas contextuais propostos por Bronfenbrenner (2004) como parte da multideterminação do fenômeno da violência. Assim, os meios de comunicação devem ser contextualizados como uma das múltiplas causas que colaboram com a sustentação e perpetuação do processo da violência na sociedade contemporânea.

Da mesma forma, outro significado da violência observado na fala dos entrevistados foi aquilo que é considerado “aceitável” e “inaceitável” (1.1.4) em relação à violência.

Aquilo que é socialmente estabelecido reconhece como atos de violência aqueles que se manifestam por agressão física, a qual fere a integridade à vida e ao social (MINAYO, 2005). Muitas violências realizadas no âmbito familiar carecem de significação, por não serem qualificadas como um ato de violência contra o outro, mas, sim, um ato justificado e reproduzido entre os indivíduos.

**“Violência contra criança, dá uma palmada na bunda é uma coisa, mas bate em bebezinho assim é bem diferente.”** (H\_Casal 4)

**“É diferente né, quando a violência vai pro idoso, tudo bem, pra mim é violência, mas é uma falta de respeito, não é como uma criança que não entende, inocente, mal sabe falar, não sabe explicar direito. É bem diferente, então me chama a atenção mais a violência infantil.”** (M\_Casal 3)

De acordo com os relatos supracitados, observa-se que as crianças e os idosos podem apresentar-se vulneráveis à violência considerada como “normal”. A violência contra a criança ainda faz parte

da cultura brasileira, que, segundo as constatações de Azevedo e Guerra (2005), demonstrou que a punição corporal dos filhos pelos pais ainda prevalece em algumas famílias apresentando-se como uma prática embasada na convicção de sua eficácia pedagógica.

Dessa maneira, a violência contra os bebês, que não se comunicam ou não compreendem a situação, foi considerada geradora de sofrimento e inaceitável de ser realizada. No entanto, quando se referiram à fase da infância, observaram-se resquícios de que a palmada pode ser uma forma aceitável e eficaz de educação.

Outro ponto de destaque, baseado nessas falas, relacionou-se à aceitação da violência contra o idoso como uma forma reconhecida de falta de respeito, mas, não condenável ou proibida de ser realizada. Em seu estudo sobre o significado da violência na perspectiva dos idosos, Wanderbroocke (2011) ressaltou que os próprios idosos não reconheciam a violência sofrida, mesmo nas situações vivenciadas como sofrimento, pois não associavam as suas próprias experiências com o significado de violência contra o idoso.

Destaca-se, portanto, o não reconhecimento da violência por parte das pessoas em geral, inclusive pelo próprio idoso, o que pode apresentar-se como um dificultador no enfrentamento das situações abusivas. Além disso, esse posicionamento pode sustentar a naturalização da violência contra o idoso, como constatado na fala da participante M\_Casal 3 acima.

A violência comunitária (1.1.5) também foi relatada por 6 (seis) participantes como uma forma de violência. Os entrevistados trouxeram o aumento da criminalidade, o abuso de droga e álcool e a violência no trânsito associados à preocupação de que seus filhos pudessem seguir esse caminho tornando-se vítimas dessa violência.

“Quando eu era pequena a gente brincava na rua, andava de um lado para outro ia pro mercado para a padaria. Quando eu tinha a idade da minha filha, cinco anos, eu brincava na rua, **hoje ela não passa do portão só aqui dentro de casa mesmo. Não dá pra sair na rua para brincar.** Pra sair de casa a noite já é difícil, tem muita coisa acontecendo. Acho que hoje está muito mais difícil.” (M\_Casal 4)

“**Acho que as drogas né, educar bem o guri pra não entrar nesse mundo, acho que é o principal,** né já é bem educado em matéria de briga essas coisas assim, já não se envolve muito né, e a gente também não.” (H\_Casal 3)

“Violência de hoje em dia né... de roubar, matar o pessoal, e tem que **educar bem educado o filho, para não cair nessa malandragem.**” (H\_Casal 2)

“A falta de respeito na rua também, com as pessoas. As pessoas brigam por causa que o trânsito tá parado, por que a rua é pública ou não. As pessoas às vezes matam uma pessoa no trânsito, sendo... por uma besteira.” (M\_Casal 1)

Tendo em vista o ciclo de vida dessas famílias com crianças pequenas, destaca-se entre as narrativas, sobretudo as relacionadas aos homens, o temor e a insegurança de que seu filho se envolva com drogas ou roubos na comunidade.

Atualmente, o elevado nível de violência presente nos grandes centros urbanos e a influência negativa desse contexto no desenvolvimento da infância e adolescência tem gerado um sentimento de medo e insegurança quanto ao futuro dos filhos.

A subcategoria 1.2 - sobre as “violências” no contexto familiar - elencou os significados atribuídos à violência identificados no contexto familiar pelos participantes.

A violência física na família (1.2.1) foi nomeada por 3 (três) participantes como a violência identificada no contexto doméstico. Os entrevistados referiram-se à figura masculina como o principal protagonista da violência física contra os filhos e a esposa.

“Na família, **o principal é pai espancando filho, por, às vezes, uma besteira qualquer.** Vamos dizer, irmão e irmã também... brigas. Deixa ver, às vezes, relacionamento também, de mulher e marido né. Acho que são... filho batendo em pai e mãe. Eu penso nisso tudo né.” (M\_Casal 2)

“Mas pra mim, violência dentro da família é, no caso, pra mim é como acontece com a minha irmã. Na casa dela né. **Ela sendo agredida pelo marido, o marido agredindo, às vezes, os filhos... e ela não pode fazer nada por que, se não acaba apanhando junto...** então, ela tem que suportar e aturar tudo isso né. Sem poder fazer nada... sem poder fazer nada entre aspas né, poder fazer ela pode, só que tem medo. Então pra mim seria muito... seria isso né. O marido agredir a esposa, agredir os filhos ou vice-versa né. Porque a gente ouviu também, casos da mulher agredir o

marido e os filhos... então eu acho que é isso.”  
(M\_Casal 5)

**“Tem gente que desconta em criança, nos filhos né, briga com a esposa.”** (H\_Casal 1)

Destaca-se nessas narrativas que o significado da violência na família foi associado ao papel do masculino e à violência física. A violência familiar exemplificada pelos entrevistados relacionou não somente a violência contra a mulher, mas também, a violência do pai contra os filhos à violência que ocorre nas famílias.

Essas narrativas corroboram os achados de Slep e O’leary (2005), os quais demonstraram que nos contextos familiares onde ocorre violência conjugal existe uma alta probabilidade de coocorrência de violência contra as crianças.

A violência psicológica (1.2.2) também foi reconhecida como um tipo de violência presente nas relações familiares. Abaixo as narrativas que exemplificam esse elemento de análise.

**“De tanto ficar falando que tu é aquilo, que tu é daquele jeito, às vezes acaba convencendo a pessoa, e a pessoa acaba cedendo, eu acho que acaba sendo uma violência psicológica.”**  
(M\_Casal 4)

**“Violência na família já é mais...pode ser qualquer coisa assim que ofenda a outra pessoa já, pra mim já é uma certa forma de violência né, pressão ou... um elogio mal dado né, até briga e discussão, agressão física.”**  
(H\_Casal 3)

**“Porque a família é o casal né. É o casal em si, e os filhos, daí é onde que... que a violência para mim é agredir o outro psicologicamente, e agredir também batendo.”** (H\_Casal 2)

De acordo com o relato de H\_Casal 2 e H\_Casal 3, o significado da violência familiar foi associado com a coocorrência entre a violência psicológica e a violência física.

Essas constatações se assemelham aos resultados da pesquisa de Silva et al (2007) e Kwong et al (2003), os quais sugerem que a violência psicológica associada à violência física apresentam-se prevalentes nas relações familiares que se utilizam de comportamentos agressivos. É interessante notar que os entrevistados identificaram o interjogo da violência psicológica e a violência física nas relações familiares.

A violência contra a integridade física da criança (1.2.3) foi conceituada pelos entrevistados como uma preocupante forma de violência no contexto familiar. Abaixo as narrativas das entrevistas.

“Assalto, estupro, assassino, vem... vem essas coisas todas né, principalmente com criança, **violência contra a criança, que a gente... de uns tempos pra cá a gente ouviu muito isso.** Tá bem presente mesmo, do que há uns anos atrás, a pedofilia principalmente né, porque... nossa, hoje em dia tu não tem mais confiança de deixar uma criança com mais ninguém.” (M\_Casal 5)

“**Violência contra a criança, principalmente, a gente vê muito na televisão passa o tempo todo.** A gente vê muito, às vezes, nem é uma terceira pessoa, mas o próprio pai e a mãe violentando um filho, sexualmente ou agredindo. Tem muita coisa horrível mesmo acontecendo.” (M\_Casal 4)

“**Sempre quando tem né, aparece na família, ato sexual essas coisas todas que faz,** eu acho o cúmulo né, um absurdo. Eu não concordo com nada com isso, nada mesmo. Com certeza né, uma criança pequena às vezes, o padrasto assim faz isso, faz aquilo. Às vezes pai adotivo, tem né, acontece bastante.” (M\_Casal 3)

A pedofilia e o abuso sexual foram relatados pelas entrevistadas como a forma de violência na família evidenciada por meio da mídia. Novamente, ressalta o papel da mídia na construção do significado da violência, a qual se apresentou predominantemente de forma aguda, por meio de danos físicos graves e de mortes.

Dessa forma, coaduna-se com o apontado por Silva et al (2007) que, muitas vezes, os meios de comunicação negligenciam a importância do abuso emocional envolvido nas relações de violência, priorizando os atos violentos dramáticos e polêmicos, sobretudo aqueles que envolvem as crianças e os adolescentes.

Outra forma reconhecida de violência na família foram as exigências de ações para as quais não se tem capacidade de responder (1.2.4). De acordo com o relato da entrevistada, a imposição de ações para uma pessoa que não tem capacidade de realizá-la foi representado como uma forma de violência.

“Uma coisa que não é dialogada né, é imposto, tanto pelo homem quanto pela mulher, pelos filhos mesmo... **sendo que a pessoa não tem capacidade de fazer aquilo,** de responder à

altura, sei lá... não tendo diálogo, não tendo um momento assim, pra conversar...sobre as dificuldades, sobre os problemas..." (M\_Casal 1)

A sutileza que envolve a definição desse significado sobre a violência na família chamou a atenção por considerar os aspectos emocionais sutis do mecanismo da violência. De acordo com a entrevistada, qualquer tipo de imposição ao outro, sem que haja condições de realizar, caracteriza-se como forma de violência.

Outra definição da violência familiar referiu-se à impotência dos pais diante da violência na comunidade (1.2.5) como um fator relevante que apresentou um impacto negativo nessas relações familiares. Abaixo o relato da entrevistada.

**“Por que tem família que cria seus filhos tão bem, e não sabem explicar o porquê que eles se envolveram com droga,** porque que eles cai... porque que que eles se envolveram com tráfico, porque que eles mataram, porque que eles roubaram... **Então, eu acho que depende muito do jeito que é criado, porque a criação já vem lá de trás, desde quando tu nasce, já vem de casa, só que se tu for perguntar pra grande maioria, eles não sabem o porquê que o filho caiu nas drogas, matou, roubou né.** Porque, quando é uma criança largada, tudo bem... ai, nasceu largada, não tinha quem impor limite. **Mas e agora, quando é uma criança que os pais tão ali, em cima, dão educação, daí não tem uma explicação lógica, o porquê que aquela criança foi... cresceu e virou o que virou né... caiu nas drogas, virou bandido...** Não tem explicação. Eu convivi assim, com pessoas que criaram seus filhos maravilhosamente, tinham tudo, e hoje eles... quando não tão presos já tão morto, quando não tão morto, já tão preso e os pais não conseguem explicar o porquê que eles tão assim, que eles viraram isso né. É bem complicado.”(M\_Casal 5)

Segundo o relato da participante, os pais não conseguem entender e nem explicar como os filhos foram vítimas da violência comunitária, sobretudo relacionada ao tráfico de drogas e assaltos. Atualmente, a crescente vitimização do jovem pela violência nas ruas e na comunidade vem se configurando como um cenário de intenso sofrimento sendo considerado como uma violência que afeta a família.

Na subcategoria 1.3 - sobre as “violências” no casal -apresentaram-se as narrativas das violências destacadas do cotidiano das famílias como um fenômeno relacional. A violência como uma escalada de ações (1.3.1) foi relatada por 3 (três) entrevistados como iniciadas por uma situação pequena e apresentando uma reação em cadeia até culminar em situações de violência.

**“Chamar a tua mulher de gorda, né, dizer assim: oh, você precisa de um regime né, ta gordinha. Já é meio que uma violência né. Pra ela né. Passar na rua e olhar uma mulher assim, acho que a pessoa, a companheira se sente mal. Daí vira uma reação em cadeia, daí ela acha ruim, vai chegar em casa, vai discutir né, muitas vezes não fala em público, aí chega em casa começa a discutir, mais é isso aí né, principalmente, não tem paciência com criança.** A criança faz uma besteirinha vai lá e dá umas palmadas, aí a criança começa a crescer meio revoltada e praticamente isso, não vejo outra forma não.” (H\_Casal 3)

“Mas eu acho que violência é sempre... eu acho que é igual também. Se a mulher, vamos supor, tem um pretexto para falar do homem, o homem também tem um pretexto para falar da mulher. Isso gera violência. é... no caso, assim, vamos supor, a mulher diz que o homem já traiu ela. Diz ‘ah! tu já me traiu!’, daí fica nesse... entendesse? Violência gera violência... daí, daqui a pouco um agride o outro, quando fica com ciúme, fica... né? (H\_Casal 2)

“Se for uma mulher super agitada... acho que vai brigar também, mano a mano, tipo, falou ela fala, rebate. Agora, se for uma mulher mais calma, vai escutar, de cabeça baixa. Acho que é isso.” (M\_Casal 2)

Nas narrativas dos entrevistados supracitados, observou-se que as interações descritas estão baseadas na comunicação de escalada simétrica (WATZLAWICK et al, 1973), sendo que o ápice dessa interação culminou em violência. Da mesma forma, pode-se constatar a causalidade recursiva na fala dos participantes ao evidenciar as relações de codependência e coconstrução do processo da violência.

Na mesma perspectiva, a falta de respeito e a falta de diálogo (1.3.2) foram identificadas como o limite para a agressão (1.3.3). De

acordo com os entrevistados, a falta de respeito e a falta de diálogo na relação conjugal foram características do processo interacional que levou a situações de violência.

“Entre casal, se **batendo**, não se respeitando, sabe ou xingamento essas coisas todas, isso pra mim é violência, né violência, não é só bater, também é como se fala né, ou xingando, tem que ter respeito com tudo e com todos, independente né. **Claro que tem umas pessoas que não dá pra respeitar, aí sim a gente trata mano a mano**, mas diferente disso a violência familiar pra mim é isso, é respeito, tem que ter né, senão não dá.” (M\_Casal 3)

“**Acho que quando acaba o respeito, às vezes, quando está discutindo. Eu e meu marido, às vezes, quando estamos discutindo tem limite né, às vezes quando passa desse limite, acaba o respeito aí já acaba sendo agressão.**” (M\_Casal 4)

“O que resume a violência, é bater, é bater um no outro, não ter o diálogo antes, de conversar, é não respeitar um ao outro, é...” (H\_Casal 2)

A influência da falta de respeito e da falta de diálogo, assim como, das comunicações pautadas em uma escalada de ações agressivas tem o significado do limite para a violência na relação conjugal.

Com base nesses resultados, apontam-se as interconexões entre os diferentes elementos presentes nas relações conjugais como um desencadeador da violência. Dessa forma, ressalta-se a leitura proposta por Morin (2003) ao considerar os elementos conectados de forma inclusiva (e/e) como um princípio inerente da complexidade dos fenômenos.

Da mesma forma, as evidências de Follingstad et al (1990) se confirmaram os achados desta pesquisa quando sugerem que o impacto da violência verbal e psicológica (1.3.2) no cotidiano das relações apresentaram aspectos tão devastadores quanto a violência física. Dos entrevistados, 6 (seis) pessoas elencaram os efeitos dessa violência como destrutivos e permanentes ao longo do tempo.

“**A violência verbal é uma das piores. Dar um tapa é fácil, sair... Tu esquece ou então revidou, tranquilo. Agora, aquilo que ficou dito e tu não pode responder, é pior ainda.** Aquilo corrói demais. Acho que a violência verbal é muito mais

agressiva do que a outra (física). Remói muito mais.” (M\_Casal 2)

“Digamos assim, se eu falasse uma coisa que te magoasse muito né, coisa que você não é, mas fala. **Tipo te chamar de vagabunda, né. Você sabe que não é, mas é uma violência, né. Pra mim, palavras são uma violência** né, porque eu sou, eu vou me irritar com isso, eu não sou, não fico por aí fazendo certas coisas, então vai me irritar com isso. Pra mim é uma violência. Né, que a pessoa tem que saber o que diz, tem que provar o que diz, não chegar por aí falando. Isso é, com certeza, violência.” (M\_Casal 3)

“**Agressão física é uma bem dolorosa, mas eu acho que... A verbal é bem, é bem difícil de esquecer também**”. (M\_Casal 1)

“**Até por ser mais sentimental, a psicológica acaba afetando mais né.** Eu vejo por mim, porque quando eu brigava com meus irmãos assim, brigava dava uns tapas um no outro, soco, passava duas horas, aí passava né, cicatriz cura. Agora palavra tu vai sempre ficar assim, pô ele pensa aquilo de mim, ele acha que eu sou assim, às vezes ficava estressado e num momento de raiva tu levanta a mão, dá um tapa, um soco no outro, depois passa né. Agora o psicológico assim tu vai ficar com o negócio na cabeça... Pô no caso... Ele me traiu ele sentiu prazer com outra pessoa ou ele me acha gorda, pô ele me acha feia, pô, não gosta de mim, pô não tá do meu lado, por mais que faz as pazes depois, vai sempre estar com aquele negócio na cabeça, sempre martelando. E aquilo acaba prejudicando a relação né... **O psicológico eu acho que é essa a diferença né... Que uma bateu levou, no outro dia faz as pazes, agora o psicológico pode até fazer as pazes mas sempre fica na cabeça...**” (H\_Casal 3)

É importante destacar a diferença de gênero utilizada por um dos homens que participaram desta pesquisa. De acordo com H\_Casal 3, a violência psicológica é mais destrutiva que a violência física, pois as marcas da violência corporal desapareceram e foi fácil de esquecer.

No entanto, a violência psicológica não desapareceu, pois o que foi dito fica na cabeça e apresentou mais efeito nas mulheres do que os

homens. De acordo com sua narrativa, os homens sofreram menos com a violência física e psicológica.

Ao longo das entrevistas, alguns comportamentos tanto dos homens quanto das mulheres também ilustraram essa diferença de gênero na percepção da violência. Quando se relatou a violência que o homem sofreu da mulher, os participantes independentes do sexo achavam graça, riam ou faziam algum tipo de piada.

Por outro lado, quando a violência relatada era perpetrada contra a mulher, esse cenário se modificava tornando o assunto sério. Essas narrativas ilustraram o que Santos & Moré (2011) discutiram sobre as características que devem ser esperadas de cada sexo, sobretudo aquelas baseadas nos estereótipos sociais, cuja pessoa tem que se encaixar para ser socialmente aceita.

Esse sistema de crenças reforça o posicionamento do homem como mais forte e provedor, com o dever resolver os conflitos, uma vez que a mulher aparece como fraca, doce, submissa e obediente.

Outra constatação relacionada ao impacto da violência psicológica apresentou-se apoiada nos dados obtidos por meio da escala utilizada para este estudo. Os resultados demonstraram que os homens perceberam menos a agressão psicológica, tanto aquela que exerceram quanto a que sofreram em relação à percepção da mulher.

Já as mulheres perceberam o dobro do número de ocorrência da agressão psicológica relatada pelos seus maridos, tanto em relação àquela que exerceram quanto à que sofreram.

Por sua vez, evidencia-se que os homens e as mulheres reconheceram a agressão psicológica como uma violência em suas relações conforme demonstrado anteriormente. Ocorre que a percepção do que é considerada uma violência psicológica difere entre os homens e as mulheres, sendo que os maridos apresentaram maior dificuldade de significarem os comportamentos considerados como agressão psicológica do que suas esposas.

A naturalização da violência (1.3.4) também foi evidenciada nas narrativas das participantes desta pesquisa.

**“A gente não, a gente discute, a gente briga, a gente joga as coisas mas a gente não parte pra cima. Homem não, homem vem pra cima, bate, da soco né, quebra a gente inteira, é bem diferente com certeza. A violência é bem maior deles do que a nossa né, a gente não é tão assim. Pra mim quando já não tem mais o**

**xingamento, não tem mais ofensas, aí quando já começa na violência dos tapas né, aí realmente já não tem mais jeito, porque a gente ainda perdoa a violência verbal, discussão, mas quando chega naquele... aí perdeu o respeito totalmente.”(M\_Casal 3)**

**“Bem, pra mim seria as agressões, principalmente as agressões. Porque eu acho que com palavras tu até agride mas tu não machuca. Pode machucar mas outras pessoas não vê. Mas com agressões, tanto tu machuca o corpo como tu... outras pessoas vê, como às vezes, é até... acontecem coisas piores como a gente tá acostumado a ver em televisão... escutar no rádio, ver em jornal, que mata que... né... várias outras coisas. Então pra mim seria... o pior mesmo, as agressões corporal. Porque as verbais tu sente, mas o teu espírito, às vezes releva, mas as agressões corporais... não tem como tu esquecê-las né, porque deixam marcas muito profundas.”(M\_Casal 5)**

O que se constatou na narrativa de M\_Casal3 foi que a violência exercida previamente à violência física foi relativizada e sua percepção minimizada na interação conjugal, ou seja, os xingamentos e o atirar objetos no outro não foi considerado como uma violência. A violência relatada pela participante foi a violência física, sobretudo, a perpetrado pelo homem, pois este “parte para cima” e bate e “da soco”.

Cabe destacar que as evidências anteriores do elemento de análise violência verbal e psicológica (1.3.2) demonstraram o reconhecimento dos aspectos nocivos da violência psicológica em relação à violência física. De outra forma, o elemento de análise da naturalização da violência (1.3.4) não constatou o reconhecimento da violência psicológica perpetrado na relação conjugal, comprovando por esses dois elementos de análises as contradições envolvidas no processo da violência. Ou seja, destacam-se nesses dois elementos de análises as diferenças de percepção relacionada às sutilezas da violência psicológica.

Outro significado da violência conjugal relaciona-se com a representação da violência da mídia (1.3.5). De acordo com a entrevistada, a violência perpetrada pela mulher veiculada pelos meios de comunicação foi reconhecida como mais violenta do que a do homem, conforme narrativa a seguir:

“O homem pode ter um pouco mais de força, se ele for te agredir, lógico que ele vai te machucar mais. Mas a mulher, também, quando ela quer, sabe ser mais violenta do que o homem.(...) a gente teve um exemplo aí... ainda esses tempos. Não faz muito tempo atrás, na televisão, naquela moça que matou aquele empresário né. **Sendo ele um homem, bem mais forte do que ela, ela conseguiu atirar nele, matá-lo e fez o que ela fez né.** Esquartejou, jogou, e ainda com a maior frieza do mundo. Então, **quando a mulher parte pro ataque mesmo, ela faz coisas que o homem não espera.Ela acaba matando, ela mata mesmo, ela machuca mesmo, coisa que às vezes eles só iriam bater.** E ela acaba levando pra um lado mais violento.” (M\_Casal 5)

Segundo a entrevistada, o significado das ações de violência conjugal foi referenciado por meio da televisão. O que se constatou foi que a violência que a mulher da televisão exerceu configurou-se em um novo conceito comportamental frente ao fenômeno da violência, diferentemente dos comportamentos esperados dos papéis estereotipados de gênero. Ressalta-se nesse elemento de análise o poder de transformação que os meios de comunicação detêm na formação dos significados sociais.

A subcategoria 1.4 -Diferenças do tipo de violência exercida pelo homem e pela mulher - demonstrou a diferença entre a violência exercida pelo homem e pela mulher no cotidiano da relação conjugal. De acordo com o relato de 3 (três) participantes, a violência que o homem exerce na relação conjugal apareceu como aquela em que o homem agride a mulher fisicamente (1.4.1).

“**E o homem, se tiver que bater, bate.**” (M\_Casal1)

“Porque o homem, **o homem é do tipo que bate, a força do homem é bem maior que a da mulher.**” (M\_Casal 3)

“O homem já é mais né... **o homem é mais agressivo né,** é mais ignorante né já quer bater.” (H\_Casal 1)

Na percepção de 2 (dois) entrevistados homens, a violência conjugal que o homem exerce na relação do casal foi descrita como forçar a mulher a fazer sexo (1.4.2). Abaixo o relato dos entrevistados.

**“Que a mulher não esteja a fim do homem, o homem vai forçar a mulher né, no sexo...”**

(H\_Casal 1)

“Vem briga, né, normais, traição, às vezes a pessoa não ta mais afim quer se separar daí não separa por medo, porque ameaça, as vezes até em uns... numa outra pesquisa tinha umas perguntas né que às vezes **o parceiro não ta afim de ter relações e o outro força, força a mulher, tem que ser, não ta mais gostando mas, mesmo assim força a relação, ‘ah to cansada hoje’, to nem aí, vou fazer e pronto né**, ficar machucando a pessoa, acho que esse tipo de violência familiar assim, de casal né, que eu vejo mais assim mais, acho que é desse tipo... traição, briga e essa... e esse... né assim...**sexo meio forçado né...** tinha também no outro coisa, no outro questionário também tinha né...”. (H\_Casal 3)

Cabe destacar na narrativa supracitada a lembrança do entrevistado da primeira etapa do projeto maior que avaliou comportamentos considerados violentos na relação conjugal. Enfatiza-se a constante transformação dos significados e a coconstrução do conhecimento, baseadas em espaços intersubjetivos (GRANDESSO, 2000), em que, neste caso, a figura do pesquisador apresentou-se como um facilitador do processo reflexivo do entrevistado.

Também, destaca-se nesse elemento de análise que nenhuma mulher referiu o sexo imposto na relação conjugal como um significado de violência. Infere-se que o não relato das mulheres relacionou-se com o apontado por Saffioti (2002) em que muitas mulheres casadas ou que têm um companheiro acham natural terem que fazer sexo sem vontade ou sob a coerção de seu parceiro, por considerarem uma de suas obrigações dentro de uma relação amorosa.

Outra violência identificada na relação conjugal foi a violência física que a mulher exerce (1.4.3). A violência física da mulher apresentou-se de forma diferente da violência física do homem. A mulher agride por meio de beliscões, tapas e mordidas sendo que o homem agride de forma mais agressiva.

**“A violência da mulher, ela gosta de bate boca, ou às vezes com raiva dá um tapa ou um beliscão... Às vezes te dão uma mordida, ou um beliscão sabe, ela não é que nem um homem, o homem é... O homem já quer bater forte, já quer essas coisas sabe.”**(H\_Casal 1)

A violência recíproca (1.4.4) também emergiu na relação conjugal dos participantes desta pesquisa, conforme as evidências de Archer (2000), Kwong et al (1999), Gray; Foshee, (1997), Malik et al, (1997), confirmando a bidirecionalidade da violência nas relações conjugais.

**“Como um homem pode agredir a mulher tanto física e verbalmente, a mulher pode fazer igual contra o homem.** A mulher poderia estar me xingando, agredindo, da mesma forma que eu poderia fazer com ela, ela poderia fazer comigo em proporções maiores ou não.” (H\_Casal 4)

Em termos de conclusão desta categoria, que pretendeu evidenciar os significados atribuídos às “violências” na perspectiva dos casais, destacam-se os seguintes aspectos: a construção do significado teve a influência da violência observada a) no contexto do trabalho e contexto religioso, b) na comunidade, c) na mídia e d) como “aceitável” nas relações familiares.

Diante desses cenários, cabe destacar que o significado das violências elencado pelos participantes desta pesquisa relacionou-se fortemente com a violência veiculada pelos meios de comunicação.

O que se constatou foi que ao longo das entrevistas, os participantes relataram o fenômeno da violência por meio daquilo que observou no outro, e ao mesmo tempo em que narravam essas cenas também se implicavam como protagonistas de atos que realizavam no seu cotidiano.

Ao focalizar o fenômeno nas relações familiares, constatou-se que o significado da violência ficou relacionado à violência psicológica, violência física e a violência contra a integridade física da criança no sentido de estar exposta a todos os tipos de violência. Ressalta-se que o temor da violência elencada contra a criança surgiu diretamente influenciado pela mídia cabendo lembrar que os casais estavam no estágio de vida com filhos pequenos.

Os resultados relacionados ao significado da violência conjugal foram a falta de respeito e a falta de diálogo como o limite para a violência física e psicológica. Observou-se que o reconhecimento da violência psicológica apareceu no mesmo patamar que o da violência física, demonstrando a superação do reconhecimento exclusivamente da agressão física nas relações conjugais.

Dessa forma, constatou-se que para esses entrevistados a visibilização da violência psicológica não esteve subordinada à presença de violência física nas relações conjugais.

O que se destaca nessa categoria é que o conceito da violência conjugal proposto pela mídia apareceu como fomentador daquilo que é significado sobre a violência entre os casais.

O papel dos meios de comunicação em relação ao fenômeno da violência surgiu como um importante sistema contextual ecológico (BRONFENBRENNER, 2002), que influenciou a formação de crenças, valores e comportamentos em relação à violência.

### 2.7.3.2 **Categoria 2** - Sustentação da violência na relação conjugal

Nessa categoria foi constatado o processo de retroalimentação da violência nas relações conjugais. Evidenciaram-se os motivos desencadeadores da violência entre os cônjuges e a percepção das consequências do ato em si e afetivo-emocionais relacionados ao fenômeno. Na subcategoria 2.1 -desencadeadores da violência - identificaram-se as situações que favoreceram a violência nas relações conjugais.

A falta de tempo do marido (2.1.1) e o marido não dar atenção para a criança e esposa (2.1.2) foi relatado por 3 (três) entrevistadas como o motivo das discussões entre o casal e o desencadeador das brigas.

“Eu acho que... isso pra mim já é um modo de eu ficar brava com ele, por **ele não dar atenção pras crianças é um modo da gente brigar também porque nunca tem tempo**, nunca tem tempo, nunca dá pra conversar, nunca dá né, ou não quer conversar, **aí chega uma hora que acaba explodindo**. Ou nas crianças ou na casa.” (M\_Casal 1)

“**Ele troca eu e o guri (filho) pelos irmãos**, vamos dizer, ele trabalha vinte e quatro horas e eu e o filho ficamos em casa. **Não suporte isso.**” (M\_Casal 2)

“Quando ele tá trabalhando, **ele fica trabalhando nos domingos, é bem difícil ele ficar em casa. Então, quando saímos, é eu e as crianças e ele vai pra outro canto...** entramos numa rotina mesmo né. Então, a rotina acaba levando à discussão.” (M\_Casal 5)

Na mesma perspectiva, a falta de dinheiro (2.1.3) e a falta de comunicação (2.1.4) também foram apontadas como desencadeadoras das brigas entre o casal.

“Mas no outro dia falta pão dentro de casa, acha ruim a gente ter que comprar, mas no final de semana ele tem que ter um churrasquinho. **Também é um motivo de briga. Dinheiro pro churrasco tem, mas pra comprar um pão não tem**” (M\_Casal 1)

“Quebrei o vidro esses dias (...) por que... chega uma hora que cansa de falar né. Eu mais... eu sou mais é grito né... grito. Por que eu não consigo... **senão conversa comigo quando eu quero conversar, chega uma hora que eu só grito.** Aí acha ruim que eu grito, aí eu [Risos]. Ahm, eu sou assim.” (M\_Casal 1)

“**Porque ele é uma pessoa que não conversa, tem que adivinhar,** então, se ele não conversa, ele tem que demonstrar, **se ele não conversa e não demonstra como é que eu vou saber, não tem como.** Eu falo isso pra ele, tens que conversar, tens que demonstrar, que **não adianta depois de acontecer e de a gente discutir, tu vir aqui e pedir desculpas, dizer que eu tenho razão e deu, a gente fazer as pazes.** Tu tem que demonstrar, demonstrando eu vou saber né, porque vai dando confiança e eu vou saber, tudo é assim não adianta.” (M\_Casal 3)

“Na verdade ele já chegou bravo mesmo, **nem quis ouvir o que eu pensaria, o que eu acharia...** né. Ele já chegou mesmo irritado mesmo, e foi despejando.” (M\_Casal 5)

De acordo com o relato das entrevistadas, a falta de tempo, a falta de atenção do marido, os problemas de ordem financeira e a falta de comunicação apresentaram-se como desencadeadores de interações conflituosas no relacionamento conjugal.

Esses problemas também foram apontados na pesquisa de Bolsoni-Silva e Martuno (2010) como os motivos que levaram os casais a procurarem terapia. O que se observa é que esses problemas são comuns a qualquer relação conjugal; no entanto, os participantes desta pesquisa utilizaram-se de comportamentos violentos no enfrentamento desses problemas.

Uma evidência levantada por Norgren; Souza, Kaslow; Hammerschmidt; Sharlin (2004) como um ponto chave nessa diferenciação entre os casais, que se utilizaram de estratégias positivas na resolução do conflito, daqueles que não apresentaram recursos para lidarem o conflito e assumiram interação agressiva, esteve relacionada com o nível de satisfação conjugal.

Esses achados foram comparados com o que foi apontado por Bossardi (2011), que estudou o engajamento paterno na relação com seu filho e evidenciou uma estreita relação entre a satisfação conjugal do homem com o seu engajamento paterno, ou seja, quanto mais satisfeito na relação conjugal mais o pai engajou-se na relação com seu filho.

Uma constatação desta pesquisa foi que os desencadeadores de violência apresentaram-se interconectados e influenciando-se mutuamente num processo crescente de retroalimentação e sustentação das relações permeadas pela violência.

Dessa maneira, o que se evidenciou foi que quanto mais falta de tempo e falta de atenção do cônjuge, mais violência foi constatada na relação conjugal. Por sua vez, com o surgimento da violência, pôde-se verificar a diminuição na satisfação conjugal, o que se supõe ter influenciado o engajamento paterno do cônjuge, comportamento este considerado como um desencadeador da violência conjugal.

A divergência na educação dos filhos (2.1.5) foi narrada por 2 (duas) entrevistadas como motivadora das brigas e discussões na relação do casal.

“ele foi buscar o guri na creche e daí chegou lá e tinha uma reclamação dele e tal... que ele tinha aprontado. **Daí, ele chegou em casa e resolveu descontar no mundo.** E agora eu não sei se ele achava que eu tinha culpa, ou se... ou se não... sei lá o porquê ele começou a discussão. **Só que ele ficou mais bravo ainda porque o guri, ele tem a mania de vim muito pra cima de mim... daí, então... ah, eu sou mãe! Eu não vou “ah, chega pra lá!” Eu pego, abraço, tal...** Daí ele: “É, por que tu fica passando a mão na cabeça desse guri, por que não sei o que, por isso que ele fica assim... blá, blá, blá... blá, blá, blá”. Aí, foi mais por isso né. Por um... eu digo, por uma bobagem. Por uma bobagem. Então, foi mais isso mesmo.”(M\_Casal 5)

“Às vezes com relação às crianças também, às vezes **um dá uma ordem e o outro diz - mas não**

**é bem assim - aí a gente fica sempre tentando achar um ponto certo pra educar.”** (M\_Casal 4)

Constata-se que as divergências nas atribuições do sistema parental configuraram-se como desencadeadoras de violência entre os cônjuges. Destaca-se a influência da dimensão processo (BRONFENBRENNER, 2004), por meio do desempenho de papéis e das atividades diárias, como um elemento que pode agregar desacordos entre os cônjuges, sobretudo quando os pais tendem a reproduzir rigidamente os modelos de educação norteados por padrões da sua família de origem.

Outro fator desencadeador de brigas que se destaca nesta pesquisa foi uso de drogas (2.1.6), conforme relato abaixo.

(o que você acha que gera a violência na sua relação conjugal?) “quando um ou outro faz alguma coisa errada. Sei lá, traição, álcool, drogas... [silêncio].” (H\_Casal 1)

“Mas agora ele trabalhando de noite, ele começou a usar droga de novo. (...) a outra vez que ele se envolveu com isso, foi uma das vezes que **a gente brigou que eu disse que eu não queria mais, por que ele passava o dia inteiro se drogando com os amigos.**” (M\_Casal 1)

Segundo o relato de M\_Casal 1 e H\_Casal 1, ambos identificaram que o uso de drogas foi desencadeador da violência na sua relação conjugal. Cabe destacar que, segundo a narrativa do casal, o desencadeador das brigas foi a utilização em excesso da droga e não os efeitos da mudança comportamental do cônjuge. Esse achado confirma os dados de Krug et al (2002) sobre a utilização de álcool e outras drogas serem consideradas um fator de risco para violência conjugal.

Na mesma perspectiva, a traição, o ciúmes e a desconfiança (2.1.7) foram relatadas por 4 (quatro) entrevistados como a causa das brigas e a violência entre o casal.

“**Traição** eu acho que também é um modo de... de começo de uma violência.” (M\_Casal 1)

“**Ciúmes.** Ah, ela tem ciúmes de qualquer coisa. Assim, quinze minutos não chegar do meu trabalho, ela fica ligando ou qualquer coisa sabe...”. (H\_Casal 1)

“Fui tomar um café, e aí as minhas amigas estavam com os meus parentes ali no Mercado Público. Daí a gente sentou ali, ficamos vinte minutos e subimos. Aí eu comentei com ele, encontrei com a minha amiga lá em cima. Ele

falou “lá só fica puta, não sei o que, não sei o que...”. **Então, assim, tem coisas que ele encrenca por nada. Fica questionando, perguntando vinte e quatro mil vezes à mesma coisa.**”(M\_Casal 2)

“Ah, vem desde quando a gente tava namorando essa desconfiança, porque quando ele tava namorando comigo, ele tava namorando com outra, certo. Várias vezes eu peguei mensagem dele quando a gente tava namorando, depois que a gente casou não. Mas aí várias vezes eu peguei mensagem no celular dele então eu disse, se você não tem nada a temer, então deixa teu celular livre né, porque eu vou continuar com aquela desconfiança.” (M\_Casal 3)

De acordo com a narrativa da entrevistada M\_Casal 2, o ciúme e a desconfiança excessiva que o marido apresentou foram fatores que geraram intenso sofrimento e privação de sair de casa com as amigas. Mesmo quando estava em seu horário de trabalho o marido desconfiava que ela o estivesse traindo. A entrevistada narrou esse episódio chorando e suas palavras eram carregadas de sofrimento ao relatar esse tipo de esse tipo de interação no seu casamento.

Observa-se que o ciúme excessivo e a desconfiança da traição apresentaram-se como comportamentos desencadeadores de violência psicológica, caracterizado por um comportamento possessivo e controlador do marido em relação à esposa. Dessa forma, ressalta-se para o reconhecimento dos efeitos nocivos que a violência psicológica pode ocasionar.

Outro desencadeador da violência constatado nesta pesquisa foi a cobrança dos afazeres domésticos (2.1.8) e a mulher trabalhar fora de casa (2.1.9). Abaixo o relato dos participantes sobre o papel da mulher na família.

“A gente já discuti porque **eu queria trabalhar e ele não queria deixar**. Por que até... por causa da menina né. Que a gente não tem com quem deixar ela meio período. Então essa foi uma situação bem crítica, por que... daí a gente acabou discutindo, por que eu queria ir... ele não queria deixar... daí a gente entrou numa discussão por isso, por causa que eu achei que ele poderia, como ele trabalha por conta, ele teria mais... o horário dele mais livre pra poder ficar com ela meio período, pra mim também poder trabalhar, pra mim poder

sair de casa, fazer outras coisas, ganhar meu próprio dinheiro que não... depender de homem é o “oh”. **Então, a gente discutiu muito sobre isso.**”(M\_Casal 5)

“Às vezes eu chego e ele já tá em casa sabe... Às vezes eu até penso em deixar de trabalhar, pra poder ficar em casa, fazer as coisas... porque eu trabalho fora faz um ano e dois, três meses só. **Antes eu ficava em casa. Aí sim ele podia cobrar tudo que ele cobrava, eu acho né.** Ficar o dia inteiro dentro de casa, aí faz alguma coisa né. **Agora, como eu trabalho até, às vezes, oito, nove horas, não acho justo fazer cobrança, porque aí tem que ser cobrado dos dois!**” (M\_Casal 2)

“Cheguei em casa e não tinha café, não tinha nada assim, pronto ali... que sustentasse, uma comida boa, um jantar, um café, aí me revoltei. **Me senti, no caso, isolado né. Estava ela e o meu filho lá, e eu cheguei em casa, sozinho, sem café, sem nada.** Aí eu chamei ela e disse oh... não tem um café para mim. Ela disse que não ia fazer. Foi onde eu briguei com ela, joguei tudo no chão. Disse ah... a geladeira cheia, tudo cheio e não tem um café para eu tomar? Eu joguei tudo no chão, joguei tudo fora. Se tu não quer fazer comida, então vou jogar fora. Peguei e joguei fora.” (H\_Casal 2)

Observa-se que os cônjuges M\_Casal 2 e H\_Casal 2 apresentaram pontos de vista diferentes em relação ao papel da mulher na família. De acordo com a participante M\_Casal 2, a mulher e o homem têm responsabilidades comuns perante os afazeres domésticos, pois os dois trabalham fora e sustentam a família. Por outro lado, o participante H\_Casal 2 acredita que a mulher deve servi-lo, preparando suas refeições, pois este se considera o responsável em prover a casa.

Esses resultados traduzem o que Neto et al (2011) e Jablonski (2007) constataram sobre aos padrões e valores tradicionais estarem conjuntamente presentes com os padrões e valores contemporâneos nas interações conjugais.

Os valores tradicionais foram narrados, segundo o entrevistado H\_Casal 2, por meio do posicionamento de que a mulher é responsável pelos afazeres de casa e pelo cuidado do homem, ao passo que o homem tem a responsabilidade de trabalhar e manter o sustento da casa. Os

valores contemporâneos foram narrados pela esposa que considera a igualdade dos direitos e dos deveres entre os sexos.

É interessante destacar na narrativa da participante M\_Casal 2, a dúvida sobre o direito de o marido cobrar de maneira agressiva os afazeres domésticos, caso ela não estivesse trabalhando.

Essa compreensão da situação vai ao encontro do que Pondaag (2009) afirmou sobre a sutileza envolvida nas ações relacionadas à violência psicológica. Essa violência, na maioria das vezes, deixa de ser vista pelas pessoas ao redor, fazendo, inclusive, com que as próprias vítimas duvidem de que essa dinâmica se constitua numa violência.

Por outro lado, também cabe mencionar que na percepção do participante H\_Casal 2 este se sentiu isolado e negligenciado com a falta de cuidado da esposa. Dessa forma, o participante considerou-se como vítima da situação, agindo por meio de comportamento violento em relação à esposa.

Com base no cenário revelado pelos participantes sobre o seu cotidiano relacional, observa-se a complexidade de elementos envolvidos no fenômeno da violência. Assim, destaca-se o que foi apontado por Santos e Moré (2011) sobre o posicionamento de a violência não ser concebida como uma construção individual, mas, sim como uma trama relacional na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente.

Da mesma forma, a não aceitação da intervenção da companheira (2.1.10) e a influência dos amigos (2.1.11) também foram relatados como desencadeadores de brigas na relação do casal. Abaixo, o relato dos entrevistados.

**“Ah, eu fazia muita coisa errada e ela tentava corrigir e eu não aceitava...Daí chega a acontecer (agressão física) sabe, aí eu não aceitava né.”** (H\_Casal 1)

“É que lá é muito, é muito difícil o serviço lá sabe... Não é que não trabalhava, eu tinha a oficina mas não era que nem aqui sabe, abria a hora que quer.. **E a má influência era isso daí, chegava a muitas discussão né...**” (H\_Casal 1)

“Às vezes quando ele tá com os amigos dele, ele fica diferente né. Ah tipo, ele tem um amigo que eu não gosto, ele sabe que eu não gosto dele, sabe que a gente não se bica, aí mesmo assim ele quer conversar com esse amigo, aquela coisa toda, o amigo ta devendo pra ele, não faz questão de querer pagar e mesmo assim

ele continua falando com o amigo, ele diz que o amigo é um máximo. Eu não acho que esse teu amigo seja um máximo. E eu falei isso pra ele, e ele quer que eu seja amiga dele, que eu fale... e eu disse não pede isso pra mim porque não vai acontecer. **Aí ele não gosta dessa atitude, entendeu, aí a gente acaba discutindo, por causa disso.**” (M\_Casal 3)

Segundo a narrativa da entrevistada, sua preocupação principal foi que os filhos tivessem problemas de relacionamento porque vivenciaram situações de violência entre o casal desde que estavam dentro da sua barriga. A preocupação desta entrevistada se confirma de acordo com os achados de Maldonado e Willians (2005), Braz et al, 2005, e Reichenheim, Dias e Moraes (2006) sobre o impacto negativo no desenvolvimento de crianças que sofreram violência.

Além do risco para o desenvolvimento das crianças, destacam-se também as conexões entre os diferentes elementos, que se configuraram por meio de uma espiral crescente de retroalimentação presente no processo da violência.

Já foi demonstrado nesta pesquisa que a falta de atenção paterna em relação ao filho apresentou-se como um desencadeador de violência na relação conjugal. Ocorre que quanto mais brigas e comportamentos agressivos na relação conjugal, mais o pai poderá apresentar um comportamento de distanciamento em relação ao filho.

Portanto, quanto mais intenso for a violência conjugal, menos o pai investirá no filho e mais violência será desencadeada nas relações conjugais, causando prejuízos para o desenvolvimento infantil.

Sob essa ótica, tornam-se evidentes outras repercussões do ato da violência constatada na fala dos participantes como a perda de confiança (2.2.2) no cônjuge e o desgaste da relação conjugal (2.2.3).

“A consequência é que ele vai perder a minha confiança é isso, ele vai perder a minha confiança, dos dois lados, vai perder minha confiança.”

(M\_Casal 3)

“A nossa relação já tá bem abalada por causa desses momentos de... né, de controvérsias assim. Da gente não... não bater, às vezes, de opinião, então, já estamos bem abalados. Então, eu não sei mais até quando pode durar, ou se hoje pode acabar. Então, assim, a gente tá bem balançado mesmo. Eu acho que é... eu acho que é mais isso mesmo.” (M\_Casal 5)

Considerando as narrativas das entrevistadas, verificou-se que as repercussões do ato da violência foram consideradas como negativas tanto para a pessoa quanto para a relação conjugal.

Por outro lado, o participante abaixo elencou a consequência da violência como facilitadora da melhora na relação (2.2.4). De acordo com a percepção desse participante, a relação conjugal melhorou após a violência psicológica, pois a companheira cedeu às suas exigências.

“Daí, agora, eu chego em casa e sempre oferece uma coisa agora.... De lá para cá ela melhorou. Eu tive que brigar com ela assim, na parte psicológica, para ela, no caso, sentir na pele o que eu estava dizendo e fazer as coisas. As palavras que eu direcionei a ela, que eu não queria mais ela na mãe dela né, assim que eu chegasse em casa... Daí ela melhorou.” (H\_Casal 2)

Nota-se que a percepção do entrevistado H\_Casal 2 sobre a situação de violência mostrou-se calcada nos valores machistas e patriarcais presentes na sociedade, ao passo que, a violência foi considerada como aceitável e justificável por meio de um recurso para a resolução do problema conjugal.

Por sua vez, essas evidências corroboram o posicionamento de Krug et al(2002), quanto à determinação cultural dos atos violentos, que não têm o significado de agressão intencional contra o outro por serem compreendidos como práticas normais de mostrar à mulher o seu papel na família.

Na subcategoria 2.3 -repercussões afetivo-emocionais -apresentaram-se as consequências afetivo-emocionais decorrentes do processo da violência no cotidiano da relação conjugal. O isolamento social (2.3.1) surgiu como uma consequência afetivo- emocional das situações de violência vivenciadas.

“Ah, tu não vai levar as crianças na creche, tu não vai sair daqui de casa”, tipo... não querendo que eu me relacionasse com mais ninguém. E aí... eu... tá tudo bem. Aí chegou um dia... “não, tu não vai!”, pegou... me chutou na perna, que eu não conseguia caminhar, aí tá... não vou. Aí no outro dia de manhã, ele: “Não, tu não vai!” e ficou dormindo a manhã inteira.”(M\_Casal 1)

“Eu acho que gera um desconforto horrível, por que da próxima vez eu já falo assim: “Não vou. Pra não me estressar, já não vou, daí já nem vale a pena ir. Eu considero isso como uma violência psicológica.”. Acho que ele acha que eu tenho que

ficar presa. [Silêncio]. Até eu ir na minha mãe ele briga, às vezes...” (M\_Casal 2)

Neste estudo, o isolamento social surgiu como uma consequência afetivo- emocional, presente nas relações que envolveram a violência. Esse dado vai ao encontro de outros estudos como os de Santos e Moré (2011), Pondaag (2009), Cantera (2007) no qual o isolamento social apareceu como um facilitador para a continuidade da agressão, assim como uma consequência da violência conjugal.

Outra repercussão constatada neste estudo foi o medo (2.3.2) da violência que o marido poderia perpetrar em relação à própria participante e aos seus filhos. Abaixo, a narrativa.

“Sei lá... ameaça. Por exemplo, eu tenho medo de separar dele por que eu não sei o que ele vai fazer amanhã comigo ou com os meus filhos. Aí, onde que eu tenho medo! O dia que eu não discutir mais, não sei o que ele... pode ser que ele faça... eu vejo tanta mulher morrendo aí, tá trabalhando, que o homem não quis... que a mulher não quis nada com ele, e eles vão lá e matam a mulher.” (M\_Casal 1)

Com base no relato da entrevistada, constata-se que o medo da sua morte pelo marido surgiu como consequência da violência na sua relação conjugal. Enfatiza-se que os aspectos relacionados às repercussões da agressão influenciam diretamente as características pessoais da pessoa que sofre a violência, como a autoestima e a autonomia, o que, por sua vez, interfere na tomada de decisão no enfrentamento dessa situação.

Outra consequência evidenciada nesta pesquisa sobre o processo da violência foi a humilhação (2.3.3). A entrevistada narrou a falta de empatia das outras pessoas que assistiram à violência e não interferiram em sua ajuda.

“É... foi humilhante ele ter me batido e ninguém ter me socorrido. Por que tinha um monte de gente que viu o acontecido e não foi lá pra me socorrer. E eu acho que isso daí... eu acho que tem muita mulher que apanha por que não tem... e não fala ou sei lá, tem medo de qualquer coisa por que não tem uma pessoa pra tá do lado ali pra... mesmo que seja vizinha, eu acho que... se eu ver isso, eu não vou deixar. Se eu ver isso, eu me meto.”(M\_Casal 1)

Percebe-se, alicerçada nessa narrativa, que, embora a violência conjugal estivesse visível para a vizinhança, não apresentou nenhuma ressonância nesse sistema. Neste caso, ressalta-se o significado da violência como um fenômeno privado, o qual diz respeito somente às pessoas envolvidas na situação de agressão, sendo que a interferência de outros sistemas externos apresenta-se como não permitida. Dessa forma, o comportamento da vizinhança em relação à cena de violência revelou a regra compartilhada socialmente sobre a violência conjugal de que em briga de marido e mulher ninguém deve se meter.

Da mesma forma, sentimentos como culpa, arrependimento, tristeza, mágoa e impotência (2.3.4) surgiram como repercussões afetivo-emocionais das situações de agressões conforme relato abaixo.

“Ah, ficou mais é culpa né, essas coisas, que é uma coisa que a gente não esquece né, vai ficar sempre na... aí você tenta redimir né, não fazer mais né tristeza, arrependimento né, as coisas erradas que a gente faz né, a gente tenta melhorar né, to tentando... é isso. O que fica mais mesmo é tristeza e as coisas ruins que eu fiz né, ignorância...” (H\_Casal 1)

De acordo com a narrativa do entrevistado H\_Casal 1, depois de perpetrar a violência física contra a esposa, este referiu-se a sentimentos de culpa, tristeza e arrependimento como consequência da violência exercida.

De outra forma, a participante M\_Casal 5 relatou sentimentos de mágoa e impotência, resultantes da violência psicológica sofrida pelo cônjuge, demonstrando as repercussões emocionais envolvidas no processo da violência conjugal, conforme o relato abaixo.

“Fica o sentimento da mágoa. De tu... um sentimento de impotência, de... sei lá... de... é impotência mesmo, de tu não ter conseguido realizar aquilo que tu queria na verdade ter feito. Então fica muito a mágoa, a impotência, esses sentimentos tudo misturados.” (M\_Casal 5)

Considerando o exposto nesta categoria, constatou-se que os desencadeadores da violência atuaram de forma interconectada e se sustentaram por meio de elementos que convergiram e se afetaram mutuamente, ou seja, as consequências de um tipo de violência foram responsáveis por desencadear outras formas de violências, configurando-se em um processo complexo de recursividade do fenômeno da violência.

Também se confirmou a determinação cultural como um balizador transversal na sustentação do processo da violência. De acordo com os resultados desta pesquisa, observou-se que as crenças culturais machistas e patriarcais estão fortemente presentes nas relações conjugais atuais, juntamente com os valores contemporâneos sobre o papel da mulher na relação conjugal.

### 2.7.3.3 Categoria 3 - Enfrentamento da violência na relação conjugal

Na categoria 3 - enfrentamento da violência na relação conjugal - elencaram-se as estratégias utilizadas pelos cônjuges para resolver a situação da violência, como também, outras estratégias identificadas pelos casais como possíveis na resolução da violência. Na subcategoria 3.1 -enfrentamento da violência como algo externo ao casal -apresentaram-se estratégias que dependeram da intervenção de um terceiro elemento no enfrentamento da situação.

A maneira encontrada por uma participante de enfrentar a violência física na sua relação conjugal foi por meio da lei (3.1.1). Abaixo, a percepção de ambos os cônjuges sobre essa forma de enfrentamento da violência.

“Aí, denunciei ele de novo. Aí eles marcaram uma audiência na hora, na juíza... a juíza fez ele assinar lá, tipo um compromisso, que se acontecesse qualquer coisa, e ele me agredir de novo, ele ia preso, na cadeia. Só sob fiança que ele poderia sair. E ele: “Não, tá, tá.” (M\_Casal 1)

“Lá (Rio Grande do Sul )era muito ruim, não gosto também nem de lembrar (...) Ela tentava corrigir e eu não aceitava né... Hoje ela briga comigo eu aceito né, tem que aceitar (caso foi levado para a justiça). Depois que a gente veio pra cá a gente veio pra mudar né, pra tentar o melhor né.” (H\_Casal 1)

Cabe destacar que a intervenção do judiciário nesse caso que envolveu violência física grave teve uma repercussão positiva, pois foi reconhecido como um atendimento rápido e eficaz na resolução do problema. Assim, constatou-se que o acesso rápido e a resolutividade do caso configurou-se como uma forma de garantia de proteção para a mulher frente à violência perpetrada pelo agressor.

Indo ao encontro desse achado, o agressor entendeu que, caso não cessasse as agressões físicas, seria punido por meio de reclusão. Assim, os efeitos dessa forma de enfrentamento tiveram ressonância na

diminuição da violência física; no entanto, constatou-se, de acordo com a narrativa do casal ao longo da pesquisa, que a violência psicológica ainda continuou na interação relacional.

Cabe ressaltar o apontado por Moré e Cantera (2010) e Costa et al (2007) que, quando uma família que estabelece relações de violência apresenta-se tutelada ao judiciário, o papel desta instituição não pode ser de controle policial, mas de garantia dos direitos humanos a todos os integrantes do sistema familiar, a fim de gerar um contexto de reconhecimento e ajuda para essas famílias.

A inclusão de uma terceira pessoa na resolução da violência (3.1.2) foi elencada pela participante supracitada como uma forma que poderia resolver as brigas e discussões que existem atualmente na relação conjugal.

“Se tiver diálogo entre ambas as partes, eu acho que (é possível mudar)... o problema é que teria que ter uma terceira pessoa pra poder... por que se ficar só nós dois, a gente sempre vai discutir, a gente nunca vai ter diálogo. Tem que ter uma terceira pessoa pra interferir, pra poder entender.”(M\_Casal 1)

Esse achado aponta para a importância do acompanhamento dos casais que procuraram algum serviço de atenção à violência, pois, mesmo com a cessação da violência física, os cônjuges ainda tiveram que lidar com a dinâmica relacional da violência.

De acordo com a participante, um acompanhamento por meio de um terceiro elemento poderia facilitar a comunicação e a utilização de estratégias de prevenção e manejo das situações que envolvem intenso sofrimento.

Dessa forma, os serviços de atenção aos casais que utilizam estratégias agressivas na resolução dos conflitos, de acordo com o apontado por Schmidt, Crepaldi e Schneider (2011), devem modificar suas características na maneira de lidar com o fenômeno da violência, pois, na maioria das vezes, tendem a tratar essas situações de forma linear, descontextualizada e fragmentada, uma vez que não consideram o conjunto das relações interpessoais e outros membros da família.

Assim, defende-se o exposto por Schmidt et al (2011) e Moré e Cantera (2010) sobre o fato de o atendimento realizado a essas famílias ter uma conotação de atenção integral aos membros, preferencialmente por meio da intervenção interdisciplinar e desempenhada de maneira interconectada entre instituições.

Na subcategoria 3.2 - enfrentamento da violência como um posicionamento do casal - identificaram-se as estratégias utilizadas pelo próprio casal na resolução da situação de violência.

O enfrentamento e a modificação da situação de violência, segundo as participantes deste estudo devem acontecer por meio do outro cônjuge (3.2.1). Abaixo, as narrativas que demonstram essa dinâmica.

“(modificar as ações consideradas violência) Ah, não sei. Tem que vir dele. [Silêncio]. É só ele que sabe se dá pra modificar ou não, né”. (M\_Casal 2)  
 “Ele me passando mais segurança e confiança, se ele não me passar, eu não vou ter segurança. Se ele não me provar né, eu não vou ter, por mais que eu esteja enganada, mas ele tem que me provar, por mais que ele não tenha nada, mas ele tem que me provar, é a minha segurança. É uma coisa pessoal minha, então, ele tem que provar, pra eu poder também, né, dar essa liberdade pra ele, senão não tem como.” (M\_Casal 3)

De acordo com o relato supracitado, as companheiras conferem a responsabilidade pelo mau funcionamento das relações conjugais ao parceiro, o que, por sua vez, demonstra que o posicionamento para a tomada de mudança depende do outro cônjuge e não necessariamente da sua própria atitude no enfrentamento do problema das situações, que geram violência na relação conjugal.

Esse achado demonstra a falta de compreensão por parte de algumas participantes do seu papel na sustentação do processo da violência, pois, ao esperarem que o outro mude as atitudes consideradas geradoras de sofrimento, estas contribuem para que as agressões permanecessem, assumindo um posicionamento passivo diante da situação.

Da mesma forma, na perspectiva de uma entrevistada, o problema não tem perspectiva de ser resolvido (3.2.2), pois, apesar das conversas, não existe o processo reflexivo por parte do cônjuge na tomada de mudança da situação de violência.

“E você consegue conversar? Tem espaço pra diálogo? Ah! Não adianta. Sempre a mesma merda. A gente conversa, conversa, conversa... no dia seguinte a mesma coisa acontece. Então assim, oh, ontem fiquei em casa, lavei tudo, limpei tudo... aí ele chegou. O banheiro já ficou apavorado, tudo já ficou meio... já estragado, aí eu falei assim

“pô... pelo menos dá um jeito, não sei o que...”. Aí eu que sou chata, eu que sou a xarope. Fiz comida, limpei as coisas, ele não foi capaz de lavar uma louça ou secar, sabe... acho que os dois trabalham, ao dois tão cansados. A gente fala, aí é tudo tranquilo. Aí depois de novo e de novo. A gente nunca resolve sabe. Sempre tem um negócio ainda, que fica. Nunca é resolvido. Se tiver que resolver esse problema, olha, já cansei de falar. Se eu pensar em trair ou deixar dele, não. Eu não vou fazer sacanagem porque são dez anos. Eu pretendo primeiro terminar, porque eu acho que fazer sujeira não é legal.” (M\_Casal 2)

De outra forma, comunicação, diálogo e respeito como um posicionamento de ambos os cônjuges (3.2.3) foi mostrado como um enfrentamento positivo diante da situação provocadora de violência.

“Depois a gente voltou e acertou assim, tudo o que agente tinha que estava magoando um ao outro que a gente estava fazendo. E acabou que a gente conversou e resolveu tudo aquilo melhorando um pouco a situação.” (M\_Casal 1)

“Eu acho que respeitar um ao outro, ter calma e paciência, às vezes ficar quieto pra não ter discussão, às vezes é melhor sair dar uma esfriada na cabeça, acho que é isso, acho que conversar, conversar é tudo, se você não conversar com a pessoa que está ali do seu lado todos os dias acaba virando aquela bola que tu nunca consegue resolver aquilo que passou há muito tempo. Às pessoas vão deixando, vão deixando explodem e não resolvem nada. Por isso eu acho que a conversa é o principal.” (M\_Casal 4)

O posicionamento de ambos os cônjuges na resolução do conflito, por meio da conversa, do diálogo e do respeito mútuo caracterizou-se como uma forma bem sucedida no enfrentamento das situações geradoras de sofrimento na relação do casal.

Esses achados apontam o que Gottman (1998) constatou a respeito dos casais felizes, que tendem a se engajar em interações mais construtivas, com reciprocidade positiva e capacidade de entendimento e respeito mútuo, enquanto que nos relacionamentos infelizes os casais parecem envolver-se em longas cadeias de reciprocidade negativa, predominando as interações conflituosas, comportamentos agressivos e o retraimento do casal.

Na subcategoria 3.3 -Estratégias utilizadas para evitar a violência - demonstraram-se estratégias utilizadas pelo casal para lidar com o conflito e evitar chegar à situação da violência. Dessa maneira, estratégias como identificar o início da escalada (3.3.1) e ter controle para não agredir fisicamente (3.3.2) foram reconhecidos como formas de lidar com o início da violência.

“Hoje se eu já estou me estressando demais ele já ameniza. E é a mesma coisa que eu disse pra ele né, se eu vejo que eu to estressando ele demais, eu já amenizo, então beleza, vamos né, entrar em um acordo. Só assim pra gente poder se entender e conviver junto.” (M\_Casal 3)

“Não porque daí, depois desse dia (violência física da mulher contra o marido), eu me controlei mais claro, né, a gente passa, a gente briga, a gente discute, mas eu me controlei mais, porque normalmente sou eu quem avanço né, então eu passei a me controlar mais. Aí nossas brigas é aquela coisa, eu falo beleza, mas avançar, não avanço mais, só na discussão.” (M\_Casal 3)

As consequências da violência física ocorrida na relação do casal provocaram uma mudança de comportamento na entrevistada M\_Casal 3, que passou a identificar o início da escalada agressiva, assim como, a consciência do próprio controle como estratégias efetivas para não se chegar à violência física.

Por conseguinte, essas estratégias foram caracterizadas como um recurso efetivo para a prevenção da situação de violência física; no entanto, essas estratégias não tiveram ressonância quanto à violência psicológica.

Da mesma forma, o abandono da discussão (3.3.5) foi elencado por um entrevistado como a forma que utilizou para evitar a violência na relação.

“Pelo menos é o que eu sei entre os meus amigos, que são casados assim que às vezes, pra não ficar com raiva, pra não discutir com a mulher, pega e sai vai em algum lugar, sabe, pra não acontecer agressão essas coisa, então é o que eu sei né... Como é como aqui em casa é também.” (H\_Casal 1)

Visualizou-se que a estratégia de abandono da discussão surgiu como uma estratégia para evitar a violência física nas brigas entre o casal. Da mesma maneira que os elementos analisados anteriormente, esse mecanismo de lidar com o processo da violência pode apresentar-se

efetivo na prevenção da violência física; no entanto, não apresentou impacto na resolução de violências sutis como o abuso psicológico.

Outra forma encontrada pelos participantes para evitar a violência foi ceder à vontade do outro (3.3.3). Abaixo a narrativa.

“Mas, a gente resolveu mesmo. "Eu não gosto disso que você está fazendo" aí da mesma forma ele falando para mim a gente se acertou né. Tem que ceder um pouquinho. Eu acho que ele acabou cedendo mais do que eu.” (M\_Casal 4)

“Daí quem teve que ceder fui eu né. Tive que, pra acabar com a confusão, acabo concordando com ele pra... pra terminar de vez com o assunto mesmo. Eu acabo, muitas vezes, cedendo, fazendo a vontade dele, pra não ver mais discussão, pra não ver mais brigas.”(M\_Casal 5)

O comportamento de ceder à vontade do outro apareceu nas narrativas como a forma escolhida entre os casais para evitar as brigas, sendo que a percepção desse comportamento diferiu entre as entrevistadas. De acordo com a narrativa de M\_Casal 4, o posicionamento de ceder à vontade do outro foi referido como uma atitude de ambos os cônjuges na avaliação do que provocou a insatisfação a cada um dos parceiros.

Por outro lado, a entrevistada M\_Casal 5, referiu a atitude de ceder à vontade do esposo exclusivamente como um posicionamento seu para evitar as discussões, ou seja, não houve uma atitude de ambos os cônjuges na resolução do conflito, e sim um posicionamento rígido da entrevista em ceder às exigências do marido.

Outra forma evidenciada para evitar a situação de violência foi expor os pensamentos e sentimentos (3.3.4). As entrevistadas reconheceram em sua relação conjugal que o mecanismo de expor os pensamentos e sentimentos sobre a situação que produz sofrimento foi uma estratégia resolutiva para o enfrentamento do problema na relação conjugal.

“Então a gente conversa, ele propõe as coisas dele, diz o que acha de errado ‘olha eu achei errado por causa disso, disso e daquilo que eu fiz’ Para e pensa, olha só o que tu fez.” (M\_Casal 3)

“Mas onde eu acho que melhorou foi que a gente falou sobre essas pequenas coisas que não estavam dando mais certo e a gente acabou aceitando. Acho que mais ou menos por aí.” (M\_Casal 4)

Em termos de conclusão dessa categoria, visualizaram-se as estratégias utilizadas pelos participantes no enfrentamento das situações geradoras de violência. Observou-se que os recursos externos como judiciário e a garantia da lei foram utilizados como uma forma bem sucedida no enfrentamento da violência física grave entre o casal, mas não teve impacto na diminuição da violência psicológica na relação conjugal.

Observou-se, também, que, quando a responsabilização para a mudança da situação geradora de sofrimento for elencada como responsabilidade exclusivamente de somente um dos cônjuges, o processo da violência tende a se perpetuar na relação do casal. Por outro lado, quando o casal se implica mutuamente na resolução do problema por meio do diálogo e do respeito, esse posicionamento tende a se caracterizar como uma forma bem sucedida no enfrentamento do conflito.

Portanto, constatou-se que a maior parte dos mecanismos adotados pelos participantes como estratégia de enfrentamento da situação de violência, como identificar o início da escalada de agressão, ter controle para não agredir e o abandono da discussão foram bem sucedidos na prevenção da violência física; no entanto, esse resultado não foi efetivo em relação à violência psicológica.

#### 2.7.3.4 **Categoria 4** - Redes significativas de apoio

Essa categoria definiu o conjunto de relações consideradas significativas pelos entrevistados desta pesquisa no enfrentamento da situação da violência na sua relação conjugal. Evidenciaram-se, também, as características presentes em algumas relações que provocaram o temor dos entrevistados em compartilhar suas experiências.

Na categoria 4.1 -pessoas de referência -identificaram-se quem são as pessoas reconhecidas como referência e apoio para o enfrentamento da violência. A comunidade religiosa (4.1.1) surgiu como um apoio no enfrentamento da violência de acordo com a narrativa da entrevista.

“Eu comecei a ir na igreja, conversava todo dia com... orava todo dia, aí Deus me respondia, todo dia que eu ia na igreja tinha uma questão, e eu ia lá, das formas né, do pastor, ele falava alguma palavra que me respondia a minha questão né. Daí um dia eu disse, perguntei pra Deus: “É pra mim ficar com ele? É pra mim ir

com ele pra Florianópolis pra tentar mais um vez?” Deus me respondeu. Passou na hora, uma propaganda de Florianópolis na televisão. E por mim, eu enxerguei como uma resposta né. Por que, lá no Rio Grande do Sul dar uma propaganda de Florianópolis na televisão, é uma coisa meio né... difícil de acontecer.” (M\_Casal 1)

É interessante notar que a entrevistada (M\_Casal 1) sofria violência física pelo marido e seu caso também estava sendo acompanhado pela justiça. A dúvida da entrevistada, naquele momento, era se continuaria ou não em sua relação conjugal, pois, como o seu caso estava sendo acompanhado na estância jurídica, a possibilidade de não continuar na relação apresentava-se como uma escolha real.

Verifica-se na narrativa supracitada a complexidade das relações que envolvem violência, ao passo que a dúvida e a ambivalência em permanecer na relação conjugal foram interpretadas como uma resposta de Deus ao ver sua pergunta respondida na propaganda da televisão.

Essa situação corrobora com o que foi apontado por Walsh (1995), que considera a religiosidade como um fator de proteção às situações que envolvem elevado risco ao desenvolvimento humano.

Observa-se que, em muitos casos, por meio da fé, as pessoas desenvolvem valores morais e espirituais que proporcionam sentimentos de coragem para lidar com experiências de sofrimento.

No entanto, problematiza-se esse posicionamento frente às situações de violência, pois, ao guiar-se somente pela religiosidade sem ter outras redes efetivas de apoio, pode-se assumir um comportamento de passividade frente aos sinais interpretados como divinos e de conformismo quanto ao caráter da inevitabilidade da situação de violência.

Outro ponto considerado de apoio no enfrentamento da situação de violência conjugal nesta pesquisa foram as amigas (4.1.2). De acordo com o relato da entrevistada, a amiga foi a primeira pessoa a quem recorreu depois do episódio em que agrediu fisicamente o marido.

“Procurei uma amiga, eu liguei pra ela na mesma hora. Ah, ela disse que eu fiz errado, que eu não deveria ter me excedido né, que era pra ter esperado, se acalmar, aquela coisa toda, devia ter vindo pra casa, aquela coisa toda, mas aí eu não fiz nada disso, mas aí também já era tarde demais, mas ela só me aconselhou que eu poderia ter feito isso, entendeu, isso aí.” (M\_Casal 3)

Observa-se no relato da entrevistada que, quando procurou a rede considerada significativa e descreveu a situação de violência realizada contra o marido, a amiga disse somente o que ela poderia ter feito e nada fez diante da situação de conflito. O que se constatou foi a dificuldade da rede significativa de apoio em lidar com a situação de violência, sobretudo quando a pessoa que pediu ajuda foi aquela que perpetrou a violência.

Outra rede significativa de apoio elencada pelos participantes como efetiva nas situações de violência foram as figuras maternas (4.1.3). As participantes reconheceram como pessoas significativas que as ajudaram: a mãe e a sogra.

“A primeira pessoa que eu consigo pensar é na minha mãe. Coitada! Porque sempre quando eu to muito estressada, muito... muito assim... furiosa, ai, eu pego, saio daqui, eu vou pra casa dela, daí a gente conversa.”(M\_Casal 5)

“Penso na minha sogra (risos ). A gente conversa, ela acaba conversando com ele também, mas não é porque é filho dela que ela vai ficar puxando saco dele. Ela é a mais correta.”(M\_Casal 4)

Nas narrativas supramencionadas, as figuras maternas foram consideradas como um recurso significativo de apoio para lidar com a situação de violência conjugal. A ajuda reconhecida pelas entrevistas foi que a mãe e a sogra disponibilizaram-se em escutá-las e conversaram sobre a situação que provocou o sofrimento.

Na categoria 4.2 - funções desempenhadas pela rede - evidenciaram-se quais as funções que a rede significativa de apoio apresentou no enfrentamento da violência. O apoio emocional (4.2.1) e a função de guia cognitiva (4.2.2) surgiram como características importantes desempenhadas pela rede de apoio.

“Me ouvindo. Não há melhor ajuda do que essa né? Ouvir. Eu acabo desabafando, soltando tudo que eu deixei de falar, que eu não falei... falocm ela né. Aí acaba meio que... que ela (mãe) sendo um apoio pra mim... Então ela é meu porto seguro.” (M\_Casal 5)

“Conversando, ela conversa comigo aí às vezes diz ‘fizesse errado, não é bem isso’ ou então ela fala com ele, conversa com ele. Ela me ajuda”.

(M\_Casal 4)

As participantes deste estudo consideraram a função de apoio e a segurança emocional desempenhada pelas pessoas significativas como um recurso no enfrentamento da situação de conflito.

O acolhimento e a confiança de poder desabafar em um ambiente seguro foram considerados por meio da metáfora de um porto, seguro segundo a participante M\_Casal 5. Tal posicionamento da rede significativa de apoio proporcionou o sentimento de bem-estar, assim como o papel de guia cognitivo orientando na resolução das situações de violência na relação conjugal.

O cuidando das crianças (4.2.2) também foi narrado pelas participantes como uma função desempenhada pela rede significativa de apoio.

“Ah, a minha mãe. Pra poder cuidar das crianças.”(M\_Casal 1)

“Ela me ajuda muito com as crianças também... quando eu preciso.”(M\_Casal 5)

Na subcategoria 4.3 -Temor de compartilhar a experiência com a rede significativa de apoio -apresentaram-se os motivos que levaram os cônjuges a não procurarem ajuda após vivenciarem situações que envolveram agressões na relação conjugal. O temor de fofoca (4.3.1) foi apontado como um empecilho na busca de apoio para lidar com a situação de conflito. Abaixo o relato da participante.

“Por que eu acho que é uma coisa minha né. Ficar falando pra quê? Daqui a pouco sai fofoca, alguma coisa assim. Sempre tem né. Então, prefiro ficar quieta, na minha. É difícil eu falar isso, que eu não falo com ninguém.”(M\_Casal 2)

É importante destacar o sentido que a participante atribuiu às consequências da violência como restritas ao espaço privado familiar. Dessa forma, o conceito de apoio da participante relacionou-se com a exposição e a fofoca, pois, de acordo com a sua percepção, qualquer pessoa a quem recorresse falaria para outros sobre a situação de violência que vivenciou na sua relação conjugal.

Sendo assim, infere-se que as famílias que vivem situações de violência tendem ao isolamento, seja por iniciativa própria, pelo sentimento de vergonha que a situação gera, seja pelo preconceito de outros em relação à problemática. Por sua vez, ao não reconhecer nenhuma rede significativa de apoio como confiável, a entrevistada coloca-se em uma posição vulnerável, contribuindo para que as agressões continuem na relação conjugal.

Outro motivo que levou os participantes a não procurarem a rede significativa de apoio foi porque consideraram que poderiam resolver sozinha(o)s (4.3.2) as situações que envolveram violência na relação conjugal.

“Normalmente assim, na hora, no dia, não, não ligo pra ninguém, não converso com ninguém, eu paro, penso e analiso.”(M\_Casal 3)

A ambivalência em relação à reação do outro (4.3.3) foi narrada pelo participante abaixo como dificultadora na busca de apoio para lidar com a violência na relação conjugal.

“Não porque... Não é que eu nunca tenha pensado, mas a amizade que eu tinha lá não era. Não era assim sabe, não tinha essa de ajudar a gente assim sabe.”(H\_Casal 1)

Evidencia-se nessa narrativa a ambivalência em procurar a ajuda do outro por não acreditar que seja possível esse tipo de interação. O participante supracitado H\_Casal 1 exercia violência física na sua relação conjugal e observou-se, novamente, a dificuldade daqueles que praticam violência de terem acesso a redes significativas de apoio significativas que pudessem auxiliá-los na situação de violência.

Em termos de conclusão desta categoria, destaca-se a percepção dos participantes sobre os recursos de apoio significativos no enfrentamento da violência identificado no nível contextual do mesmo sistema (BRONFENBRENNER, 2002).

Constatou-se que a comunidade religiosa e os amigos foram considerados como pessoas de referência para o enfrentamento da violência, enquanto que o apoio dado pelas figuras maternas foi reconhecido por meio da disponibilidade de escuta e da conversa sobre a violência conjugal. Por outro lado, constatou-se que o temor da fofoca, a crença na resolução da situação sozinho (a) e a ambivalência em relação à reação do outro foram motivos que impediram os participantes de buscarem auxílio em redes significativas de apoio.

#### 2.7.3.5 **Categoria 5** - Da intergeracionalidade à transgeracionalidade do processo da violência.

Na categoria 5 -da intergeracionalidade à transgeracionalidade do processo da violência -congregaram-se as vivências apontadas pelo casal a respeito da violência na família de origem, assim como as crenças que justificaram a perpetuação da violência.

Na subcategoria 5.1 - Visualizando a violência sofrida na família de origem - descreveram-se as situações de violência vivenciadas por cada cônjuge em sua família de origem. A violência da mãe que agrediu o filho(a) (5.1.1), assim como a violência do pai que agrediu filho(a) (5.1.2) foram relatados como uma situação vivida na infância e adolescência pelos participantes abaixo.

“É que a minha mãe... ela... não sei se quando criança mas a minha mãe... depois que tinha já uns oito anos... ela batia muito na gente, batia mesmo. Tanto é que ela fez anos de tratamento psicológico, ia lá no Hospital da Faculdade fazia tratamento com psicólogo, psiquiatra. O meu pai nunca me levantou um dedo, minha mãe batia sempre, tanto é que uma vez a minha mãe enfiou a faca no meu pescoço e foi o meu pai que baixou a mão dela.”(M\_Casal 1)

“Muitas vezes minha mãe não deixava a gente ir pro colégio porque a gente tava com cabeça, pescoço, o corpo todo marcado sabe, então minha mãe não deixava ir pro colégio. Meu pai mesmo foi uma pessoa que nunca soube me botar de castigo... Era sempre a base da porrada mesmo... Meu pai se tivesse um ferro ou uma corrente um troço ele dava por cima de mim e do meu irmão, o que tivesse ao alcance das mãos dele, sabe... Muitas vezes era minha mãe que se metia no meio né pra não deixar. Meu pai sempre foi ruim. O que mais marcou: ‘o jeito que meu pai batia, assim sabe, aquilo ali marcava, marca até hoje, eu lembro de todas, era estranho’”. (H\_Casal 1)

Os participantes M\_Casal 1 e H\_Casal 1 que narraram as cenas de violência física grave, vivenciadas na infância, atualmente, são casados e utilizaram de estratégias de violência física na sua relação conjugal. Sendo assim, esses resultados coadunam-se com os achados de Cui et al (2010) ao evidenciarem que as pessoas que foram expostas aos níveis graves de violência na família de origem tendem a repetir esse processo interacional em sua relação conjugal.

Cabe destacar que, quando os participantes relataram a interferência do outro cuidador nas cenas de violência, não se constatou um posicionamento de proteção efetivo contra a agressão perpetrada ao filho.

Indo ao encontro desse achado, verifica-se que os resultados de Harris e Dersch (2001) não foram consistentes nesta pesquisa, pois os

participantes perpetuaram o comportamento violento na sua relação conjugal e não fizeram referência a uma figura significativa que pudesse apresentar-se como um fator de proteção, interferindo quanto ao posicionamento de não perpetuação dos comportamentos abusivos.

Nesse sentido, também verificou-se como outra participante se protegeu dos abusos do pai. Abaixo a narrativa.

“A gente se trancava no quarto, eu, minha mãe e minhas irmãs, e deixava ele sozinho na casa. Pra evitar qualquer coisa sabe? Pra... até dele ficar dormindo com a gente, por que daí ele é chato né. Daí vem tudo em excesso né... carinho em excesso, euforia em excesso. Aí ele é muito chato daí.”(M\_Casal 2)

Observa-se no relato que a participante, a mãe e suas irmãs se protegiam trancando-se no quarto quando o pai chegava em casa alcoolizado, evitando assim, qualquer tentativa de violência ou abuso contra as mulheres da família.

Outra violência constatada na família de origem dos participantes desta pesquisa foi o pai que agrediu a mãe (5.1.3).

“Eles discutiam bastante (pai e mãe). Meu pai nunca bateu na minha mãe, mas foi sempre discussão, diálogo assim, xingamento essas coisa. Que eu me lembro é deles discutindo, a minha mãe chorando, dizendo que vai se matar.” (H\_Casal 1)

“Meu pai já chegou a agredir minha mãe. Uma ou duas situações só, que eu me lembro. Mas depois daquilo a gente já começou a crescer e, se ele levantasse a mão pra minha mãe, nós pegávamos ele assim.” (M\_Casal 2)

“Uma vez a agressão não foi na minha mãe, foi em casa, que ele arrancou, de tão bêbado que ele tava, arrancou os ventiladores tudo com a mão, das paredes. A outra é que ele tentou, mesmo assim, ele agrediu a mãe, que ele enforcou. Mas a gente já tinha... eu já tinha os meus doze, a minha irmã já tinha uns quinze. Mas daí, nós pulamos em cima dele pra proteger a mãe né.” (M\_Casal 2)

As narrativas supracitadas vão ao encontro das evidências de Kwong et al (2003) sobre a influência do processo da violência naquelas pessoas que vivenciaram ou testemunharam a violência na família de origem. Constatou-se que os entrevistados que relataram ter

testemunhado a violência na família de origem também se envolveram em relacionamentos conjugais que apresentaram violência.

Na subcategoria -5.2 Resolução da violência na família de origem - identificou-se como cada cônjuge percebeu como seus pais resolviam as situações de brigas e discussões que envolveram agressões. As participantes perceberam que por meio da conversa (5.2.1) se resolviam os problemas na relação conjugal.

“Olha, eu acho que eles resolviam conversando né, porque raramente a gente via eles discutindo ou brigando. Então, o único pensamento que eu posso vir na cabeça é que eles resolviam conversando, entrando em acordo. Porque, já que a gente não via outros atritos, então, provavelmente isso que ajudava eles a tomar algumas decisões né.”(M\_Casal 5)

“Hoje em dia eles conversam mais. Mas antigamente não.” (M\_Casal 4)

De acordo com a participante M\_Casal 5, a resolução da violência por meio da conversa foi uma estratégia inferida por ela de como seus pais resolviam os desacordos, pois essa situação não acontecia na frente dos filhos. Nessa mesma perspectiva, também se verificou que uma das estratégias utilizadas pela família de origem dos participantes foi esconder as brigas e discussões dos filhos (5.2.2)

“Sempre escondiam. Eles faziam de tudo pra não perceber nada né, pra gente não saber (...) a gente sempre né, analisava, pensava e deixava quieto, pra nós mesmos. Ah, a gente sempre achava assim né, se a mãe não quis contar, se ele não quis contar, é o jeito né da gente não expor que né, que ta passando, né. Acha que a gente não ta preparado pra certas coisas né, então a gente sempre respeitava o jeito que eles educavam a gente né. A gente não se metia, a gente obedecia, não procurava saber, não ficava discutindo essas coisas.”(M\_Casal 3)

“Então, tinha coisas que talvez acontecesse que a gente não ficou sabendo né. E nunca vai saber por que, a gente não vai chegar pra eles e perguntar. Então, muitas coisas a gente... a gente acaba nem sabendo mesmo, eu acho. Acho que foi bom por causa que a gente nunca presenciou nenhuma violência né. Nenhum tipo de violência, nenhuma agressão.”(M\_Casal 5)

Segundo a percepção das entrevistadas, não ter experienciado cenas de violência entre seus pais foi uma situação elencada como positiva. Destaca-se que mesmo essas participantes que não foram expostas e nem testemunharam a violência na sua família de origem apresentavam uma dinâmica relacional que se utilizava de violência.

Nesse caso, para o entendimento do processo da violência faz-se necessário ampliar a visão e contextualizar a situação num nível ecológico mais amplo, considerando as inter-relações do macro e exossistema (BRONFENBRENNER, 2002).

Dessa forma, pode-se inferir que um dos achados dessa pesquisa foi que a influência do sistema cultural, considerado por meio das crenças e ideologias machistas e patriarcais que sustentam a violência conjugal, surgiu como transversal aos resultados deste estudo, apresentando-se como um pano de fundo nas relações conjugais.

Outra evidência relacionada à transmissão intergeracional foi a constatação do que os participantes fazem de diferente da família de origem (5.2.3) sobre a situação de violência vivenciada na sua infância. Abaixo, as narrativas dos participantes.

“Eu to tentando (fazer diferente dos meus pais) tanto é que eu não... eu só bato se eu tiver que bater mesmo, só bato quando... eu pedi, eu já expliquei, eu já disse que não é pra fazer... aí, não adiantou, aí eu bato, por que se não eu não bato. Tanto é que eles não me respeitam. O meu guri, ele fica quieto, a minha menina incomoda ele. Ele vai segurando assim, mas chega uma hora que ele... dá com vontade. E é onde que, às vezes, eu tenho que bater nele porque não era pra ter batido nela, mas..” (M\_Casal 1)

“O que eu faço de diferente? ah faço, tento fazer muita coisa de diferente, tento, tem final de semana que eu saio com eles, tem outros que não né, porque as vezes eu fico pra mexer numa moto em casa ou to dormindo sabe, mas eu tento sair com eles sabe.. Tento assim no colégio, eu não faço os temas porque eu não tenho tempo pra estar com eles, mas explico muita coisa pra eles do colégio, que tem que fazer, as atitudes dele, agora tá ficando muito agressivo no colégio também, não quer fazer os temas, eu tento fazer, eu tento fazer muita coisa, tento dar as coisas pra eles os brinquedos, as coisas que eu nunca ganhei do meu pai, coisas nesse sentido. Pego ele pra sair de

moto assim quando eu vou num jogo de futebol ou vou comprar alguma peça sabe.” (H\_Casal 1)

“Minha mãe não deixa faltar nada pro meu pai. Passa roupa e faz comida e blá, blá, blá. Então, assim... ela vê que as filhas têm que fazer isso pro marido. Aí eu acho errado. O mundo hoje já tá tão avançado, que hoje em dia todo mundo é igual. Quer passar uma roupa vai lá e passa, quer fazer uma comida, vai lá e faz. Então assim, eu não trago isso deles, eu trago isso mesmo de mim. Não é preguiça, não é nada não, só que os dois trabalham, os dois também têm que fazer afazeres em casa. Não tem por que não. E meu pai e minha mãe já acham que tá errado, que tem que fazer comida, que tem que fazer isso, fazer aquilo. Se eu posso, por que ele não pode, entendeu? Agora, se eu fosse uma mulher do lar tudo bem. Mas ele... ele me sustenta, mas eu também sustento a gente. Vem dinheiro daqui, vem dinheiro dali. Assim, disse eu não trago deles.” (M\_Casal 2)

“Ah, meu pai resolvia tudo sozinho. Minha mãe não dava muita opinião não. Não sei se era por educação de antigamente né. Diferente de hoje assim que, discutem plano assim, o pai nunca né... se ele quisesse comprar um carro ele simplesmente aparecia do nada com o carro. Minha mãe não falava nada ela só gostava e pronto. Agora, hoje né, quando eu fui comprar a moto eu falei: ‘Oh, esposa, eu tô a fim de comprar uma moto, o que tu acha? Né, vamos financiar uma?’ E ela assim: ‘ah, não sei vamos ver quanto é que vai dar... quanto é que vai dar a prestação, né, fazer um orçamento coisa e tal.’ Agora com meu pai e com a minha mãe não era assim.”(H\_Casal 3)

Em relação à educação dos filhos, os participantes elencaram como comportamentos que fazem, atualmente, diferente de seus pais: não bater ou bater menos que seus pais batiam e estar mais participativo da rotina com a criança. Quanto à relação conjugal, os participantes relataram fazer diferente: a divisão dos afazeres domésticos entre os cônjuges e o compartilhamento de decisões.

Destaca-se na fala da participante M\_Casal 1, quando referiu tentar bater menos nos filhos, a dificuldade em não repetir o comportamento de perpetrar a violência como foi vivenciada na sua

família de origem. No entanto, constatou-se que a participante elencou o comportamento de bater no filho como a única alternativa para lidar com a agressividade do filho, ou seja, apesar dos avanços em se conter para não agredir, a participante continuou repetindo a violência e não apresentou um insight dos efeitos nocivos que a violência pode causar mesmo tendo vivenciado e sentido esse sofrimento.

Nessa mesma perspectiva, ressalta-se a fala de M\_Casal 2 ao não concordar com as crenças culturais e sociais transmitidas transgeracionalmente sobre o papel de submissão da mulher. É interessante notar que, apesar do posicionamento diferenciado em relação a essas crenças da sua família de origem, sua escolha conjugal não foi diferente do modelo familiar ao qual tentava não reproduzir.

Nesse sentido, esse achado contextualiza o que Bowen (1998) definiu como o processo de projeção familiar, no qual a escolha do cônjuge caracterizou-se como a repetição do mesmo nível de relação da família de origem.

A repetição do processo da violência pode estar relacionada à escolha do cônjuge, o qual se associa à reprodução do modelo relacional sustentado na família de origem. Do mesmo modo, também se infere que aspectos relacionados à lealdade familiar (BOSZORMENYI-NAGY e SPARK, 2003) estejam presentes na repetição do modelo de resolução de conflito vivenciado na família de origem.

Na subcategoria 5.3 -crenças familiares que justificam a violência - evidenciaram-se as crenças transmitidas intergeracionalmente que justificaram a utilização da violência nas relações conjugais.

O motivo elencado pela entrevistada para justificar a violência sofrida na sua família de origem foi por causa de sua mãe sempre estar sobrecarregada e já ter sofrido violência (5.3.1). Abaixo a narrativa da entrevistada.

“Só que é como eu digo, a minha mãe, desde os nove anos de idade, ela cuidava da casa... da família dela. Que ela perdeu a mãe dela com nove anos. E aí, acho que, nisso, o pai era bêbado... o pai dela. Os irmãos eram alcoólatras também. Perdeu os irmãos dela, só tem agora dois, um é alcoólatra assumido, o outro eu não sei.” (M\_Casal 1)

“Meu pai era de conversar, se tinha alguma coisa ele sentava e conversava. Ela não... não sei se por que era sobrecarregada, que ela tinha que

cuidar... minha mãe cuidava da vó, da mãe dele, até a vó morrer. Cuidou da irmã dele, até ela morrer, cuidou de um outro senhor que era quase irmão, até morrer. Meu outro tio, os irmãos da família do meu pai, no caso, até morrer. Então, acho que... com três crianças né todo o tempo. E o meu pai trabalhava de dia e de noite pra poder dar o que comer, e pra poder dar as coisas pra mãe também.” (M\_Casal 1)

De acordo com o relato da entrevistada, observa-se que as ações de violência perpetrada pela sua mãe à própria participante foram minimizadas e justificadas pela história de vida.

O fato de a mãe assumir responsabilidades muito cedo, como também, estar exposta à violência dos pais e irmãos fez com que as agressões fossem naturalizadas e aceitas como um comportamento esperado diante da situação difícil de vida.

Outro motivo relatado para justificar a violência foi por causa da bebida (5.3.2). Segundo o relato da participante, o pai assumia um comportamento agressivo somente quando bebia, sendo que a causa da violência era a bebida. Abaixo o relato.

“Então assim, não é por que é dele ser agressivo... talvez ele chegou bêbado e a minha mãe não gostava, por que minha mãe é crente, imagina. Falava uma coisa que ele não gostava, daí, como tá mais fácil de agressão... Uma pessoa bêbada, com certeza, vai estar mais fraca mentalmente do que qualquer outra sã, né. Aí agride, mas bem fato isolado. Meu pai é bem... uma pessoa muito tranquila. Acontecia por causa da bebida, a bebida vem a alterar os nervos, mas o resto era resto.” (M\_Casal 2)

Observa-se que a responsabilidade pelos atos agressivos do pai era transferida para a bebida, pois o álcool deixava a pessoa mentalmente fraca comparada a uma pessoa sã.

Ao longo da entrevista, ao relatar as situações de violência do pai, a participante, muitas vezes, falava em um tom de comédia, achando graça no relato. Descreveu que, no outro dia à situação de violência, todos riam ao lembrarem-se do que aconteceu e, logo depois, esqueciam o fato. Dessa forma, constatou-se um posicionamento protetivo em relação às ações agressivas do pai sendo que tudo que acontecia tinha o significado de um fato externo à vontade dele.

Indo ao encontro do apontado, essa situação corrobora os achados de Moré e Cantera (2010) ao evidenciar que o silêncio coconstruído entre os integrantes da família sustenta a violência familiar. Assim, o não posicionamento dos integrantes da família como uma violência permitiu a continuidade do processo da violência na relação familiar.

Da mesma forma, outra justificativa para a perpetração da violência foi por causa do hipotireoidismo (5.3.3). Observa-se a interpretação realizada pela participante da fala do médico sobre o diagnóstico da doença. Abaixo segue a narrativa.

“O médico fez um exame lá, de hipotireoidismo, e descobriu que ela (mãe) tinha hipotireoidismo. E aí onde que os médicos disse: “Então é isso. Por que tu tinha essas alterações no teu organismo. De bater muito na gente.” (M\_Casal 1)

Verificou-se novamente que a responsabilidade das ações da violência foi colocada externamente à vontade da pessoa que perpetrou a violência, e, ainda, essas ações foram justificadas e aceitas como algo inevitável.

Considerando o nível contextual do microsistema (BRONFENBRENNER, 2002), nota-se a complexidade envolvida nas relações familiares, pois mesmo no processo da violência, que envolve situações de sofrimento, os vínculos que ligam as pessoas da família apresentaram-se intensos e permeados pela lealdade familiar. Por sua vez, com base nesse achado de pesquisa, evidenciou-se um dos paradoxos que permeiam os vínculos humanos, sobretudo aqueles que envolvem o processo da violência.

Outra justificativa identificada na sustentação da violência foi a crença de que se casar é para o resto da vida (5.3.4).

“Eu sou muito das antigas ainda. Eu acho que quando a gente casa uma vez, a gente tem que ficar pro resto da vida. Então, assim, ele acha que eu to mentindo, acha que... entendeu. Eu casei com ele, eu não namorei. Ele foi o meu primeiro namoradinho.” (M\_Casal 2) “A minha mãe, tipo, ela não é apoio, ela acha que tem que ficar como tá entendeu? Separação não seria bom. Não é um apoio, eu acho que a minha mãe não seria um bom apoio.” (M\_Casal 2) “Porque meu pai ele era da colônia então era daquele tipo de gente que não podia se separar, depois que casava.” (H\_Casal 1)

De acordo com o relato dos entrevistados, a crença de que “quando se casa é para sempre” foi valorizada e defendida pela família de origem. Coaduna-se com o apontado por Ravazzola (2005) de que o valor familiar de manter a família unida a todo custo sustenta a violência na relação conjugal, pois, independente de qualquer ato dos cônjuges, a família continuará junta. Esse valor familiar também mantém o pressuposto de que as questões familiares, sobretudo as relacionadas à violência, são assuntos privados, devendo permanecer dentro do sistema familiar.

Esses achados também foram apontados nos estudos de Santos e Moré (2011) e Narvaz e Koller (2004) sobre a crença das mulheres da importância de manter a unidade familiar, uma vez que o modelo a ser alcançado continua sendo o da família nuclear e burguesa.

Outra influência, que reflete a aceitação da violência conjugal, está ligada à questão religiosa de que o casamento deve durar para sempre, e que as pessoas devem perseverar, ainda que sofram para que mantenham o vínculo conjugal.

Outro motivo que justificou a permanência na relação conjugal foi por que ele me dá uma vida boa (5.3.5). Segundo a participante, o fato de o marido desconfiar que ela o estivesse traindo, apresentando um comportamento agressivo, justificou-se, pois este sempre lhe deu uma boa vida. Abaixo o relato.

“Eu prefiro mesmo ser só dele do que passar por vários... sabe? Assim, eu tenho orgulho disso. Nem vontade, nem curiosidade. Não tenho vontade de nada. Porque ele me dá, ele sempre deu uma vida boa pra mim sabe... nunca faltou nada, nunca... Então assim, já falei muitas vezes isso pra ele, mas acho que entra por um ouvido e sai por outro. Acho que ele não acredita. É sempre na mesma tecla, sempre na mesma tecla, sempre na mesma tecla.”(M\_Casal 2)

Outro fato relacionado à perpetuação da violência foi a repetição do modelo vivenciado na família de origem. O participante relatou que acaba fazendo a mesma coisa (5.3.6) que o pai fazia na sua família de origem.

“Tanto que eu e meu irmão tinha que ajudar minha mãe... minha mãe fazia pão caseiro né, nós tinha que vender nas portas em casa, ajudar que as vezes ele gastava o dinheiro do mês todinho em jogo ou festa, aí nós ia... se... ficava com isso na cabeça né, vendo aquelas atitudes e o pior é que

depois a gente acaba fazendo as mesmas coisas até.”(H\_Casal 1)

“Ah, sei lá, não sei te explicar, às vezes, um pouco de coisa que eu fiz foi mais por causa dele (pai), assim das atitudes assim, que não que eu queira fazer sabe, mas...”(H\_Casal 1)

“Eu não aceitava era muito ignorante não aceitava muito ajuda de ninguém. É porque eu sempre fui assim, por causa do meu pai, meu pai sempre foi ignorante.” (H\_Casal 1)

De acordo com a narrativa do participante, suas ações agressivas foram remetidas ao comportamento abusivo de seu pai. É interessante destacar na fala do participante o significado sobre seu próprio comportamento violento como uma atitude que não queria fazer, mas reproduziu como algo inevitável, já que seu pai era violento, só lhe restando agir da mesma forma. Tendo em vista o apontado, segue abaixo a narrativa da esposa sobre a sua percepção em relação ao marido.

“Hoje em dia, se eu maltratar ele, assim, não tratar ele bem, dando carinho, dando atenção, ele me trata bem. Agora, o momento que eu quero dar carinho, dar atenção, tratar ele bem, aí ele me trata mal. E eu não quero viver a minha vida toda tendo que tratar mal alguém pra ser retribuído de uma forma melhor né.”(M\_Casal 1)

Observa-se que o modelo relacional do participante H\_Casal 1 foi gerado em uma família abusiva, cujas interações eram calcadas na violência, sem demonstrações de afeto. Segundo o relato da sua esposa, o participante não reconhece o carinho, a atenção e o tratar bem como uma forma interacional significativa, utilizando-se de comportamentos agressivos para o retorno relacional do processo da violência.

Na subcategoria 5.4 -Estereótipos de gênero -demonstraram-se como os estereótipos de gêneros estão presentes nas narrativas do casal. O ditado popular em briga de marido e mulher ninguém mete a colher (5.2.1) apareceu nas narrativas das participantes.

“Um dia a gente tinha combinado de estar os dois em casa. Só que chegou era onze e meia, ele não tava. Aí eu fiquei braba né. Só que eu já tava cansada de ficar discutindo, discutindo. Pra mim chega, eu disse assim: “Hoje chega. Eu vou embora pra casa da minha mãe, não quero discutir” Aí eu fui pra parada do ônibus. Aí, onde ele começou a me agredir. Bateu na cabeça, chutou a cabeça, pegou pelos cabelos, me chutou

por tudo..e eu não fiquei com um arranhão... [Risos]. Me agarrou os cabelos e foi me carregando até em casa pelos cabelos. Aí eu pedi ajuda assim, pras pessoas que estavam na rua, e não, “ninguém mete a colher, não sei o que...”, os caras falando.” (M\_Casal 1)

“Olha, na verdade ela (mãe) não dá nenhum tipo de opinião. Ela fica neutra né... ela fica neutra, até pra não se envolver... assim, não se meter... porque depois, que nem ela diz... que não adianta ninguém de fora se meter né... em briga de marido e mulher, porque depois acaba, quem se meteu saindo por ruim. Então ela me... o único jeito que ela me ajuda mesmo, é me ouvindo bastante, talvez me aconselhando, me dando uns conselhos que nem teriam passado pela cabeça antes, né... por estar tão, com os nervos à flor da pele, a gente não pensa direito então... mais nisso mesmo, nessa situação.”(M\_Casal 5)

De acordo com a narrativa, M\_Casal 1, ao sofrer violência física perpetrada pelo marido na frente da sua casa e da vizinhança, ninguém a interrompeu por considerarem que em briga de marido e mulher ninguém deve se meter.

Essa mesma lógica é constatada no relato da participante M\_Casal 5, que verbalizou o posicionamento de que em briga de marido e mulher ninguém se mete, porque depois que o casal se resolve e ambos ficam bem, a pessoa de fora aparece como uma figura ruim ao casal.

Essas narrativas contextualizam os resultados de Cantera e Gamero (2007), que evidenciaram um alto nível de ancoragem social relacionado aos estereótipos de gêneros e da violência de gênero.

No caso relatado, observa-se o significado social da violência como um fenômeno privado, naturalizado nas relações conjugais e que as redes próximas não devem intervir na interrupção das agressões.

A mulher como “dona da casa” (5.2.3) apareceu como uma construção social da função do papel da mulher na relação conjugal. A violência conjugal aconteceu quando a mulher se recusou a assumir as responsabilidades da casa ou tentou dividi-las com o parceiro. Abaixo o relato das narrativas que contextualizam esse estereótipo social presente nas relações conjugais.

“Na verdade eu não busco assim, o que ele (pai) fazia. Na verdade eu nem penso nisso, mas a respeito da conversa que ele (pai) tinha com ela

(madrasta)..é a mesma coisa que eu, assim. Ele falava para ela chegar cedo, ele falava antes entende, antes de brigar, era bem... bem legal assim. Ele conversava com ela “oh, chega cedo”, e ela nunca escutando. Aí foi uma hora que ele (pai) disse “ah, não preciso mais dela e tal”, e foi onde ela foi embora.” (H\_Casal 2)

“Eu acho que tem gente que não faz (afazeres domésticos) porque a mãe nunca deixou fazer. Por que é uma obrigação (afazeres domésticos) que tem que ser feita pra ele (marido) e tem que ser o melhor, e pra mim já não precisa ser o melhor, o suficiente pra ter um prato limpo, uma panela limpa pra poder fazer a comida, uma roupa limpa pra se vestir e deu. Agora deixar o troço tudo limpinho e arrumadinho que nem a mãe dele fazia... ah, eu não sou assim. E aí eu não sou ela, pra ser cobrada do jeito que a mãe dele faz.”(M\_Casal 1)

“Por que eu cheguei não tinha nada pronto e eu tinha feito compra. Então, não tinha faltado nada. E mesmo assim ela não ter feito nada para mim. Então eu fiquei revoltado. Ela estava lá, não podia chegar em casa, enquanto eu tomava um banho ela já ter preparado um café. Não precisava eu estar indo lá chamar ela, entendesse?”. (H\_Casal 2)

De acordo com as narrativas, a função da mulher na família está relacionada ao cuidado da casa, do marido e dos filhos. Quando este papel não for cumprido pela esposa, esta é descartada pelo marido, ou as cobranças serão exigidas por meio da violência. Dessa maneira, constatam-se fortemente as influências da transmissão transgeracional por meio das heranças culturais relacionadas ao machismo e ao patriarcado sobre o papel da mulher nas famílias.

Na subcategoria 5.5 - Metáforas relacionadas à violência - apresentaram-se as metáforas sustentadas culturalmente que naturalizaram a violência na relação conjugal.

O homem sem paciência (5.5.1) surgiu como um comportamento que justifica as discussões e a violência na relação conjugal.

“O homem que é mais estressado não fala, fala aquilo e se a mulher continua falando, vai lá e soqueia né. E às vezes a mulher vai conversando, a mulher provoca, a mulher provoca muito né, a mulher tem aquele dom de provocar,

então, se o homem não tiver aquela paciência, realmente ele vai e parte pra cima.” (M\_Casal 3)  
 “É que o homem... Depende... Eu no meu caso eu não tenho muito paciência assim pra estar conversando, é mais é discussão né, não tenho muita paciência não.” (H\_Casal 1)

Da mesma forma, o posicionamento da mulher surgiu como a que discute mais que o homem (5.5.2) e como a mais vingativa (5.5.3). Abaixo relato.

“A mulher discute muito mais... Muito mais que o homem. Tem muitos homens que não tem paciência né.” (H\_Casal 1)

“Porque a gente (mulher) discute, né, a gente diz, a gente fala, a gente tenta colocar na cabeça do homem aquilo né, e o homem não né, o homem é aquilo e deu, não responde, não critica, é aquilo que ele falou e pronto, eles não discutem, não perdem tempo falando entendeu? A gente não, a gente já perde tempo falando, discutindo e vai.” (M\_Casal 3)

“Mulher, às vezes, é mais vingativa do que homem. Mas eu já escutei várias meninas falando que botam coisa na bebida, e blá, blá, blá..., blá, blá, blá. Então, eu acho que a mulher é muito mais vingativa do que homem.” (M\_Casal 2)

Nesse sentido, o limite para a violência conjugal apareceu quando as mulheres se posicionaram na relação de forma a discutirem o problema, e os homens, sem paciência, acabaram utilizando a agressão diante da situação.

Outra metáfora utilizada pelo entrevistado deste estudo foi que a violência se relacionou com a questão do sangue do meu sangue (5.5.4), ou seja, o comportamento violento está no sangue da família. Abaixo, a narrativa.

“O sangue, o sangue do meu pai é muito forte, a família da parte dele assim é muito agressiva, ao contrário da família da minha mãe sabe, da família da minha mãe é tudo calmo sabe, são, até hoje nunca vi falar de mal assim... agora da família do meu pai.” (H\_Casal 1)

“A família do meu pai era muito, muito agressiva, eles eram muito malvado. Ah eles eram muito ignorantes assim sabe, um pouco eu puxei a eles né.” (H\_Casal 1)

Neste caso, a repetição dos atos abusivos foi justificada pela violência estar no sangue da família. Esse posicionamento surge como um padrão que deve ser perpetuado por gerações por meio de uma aceitação passiva e incontestável sobre o processo da violência.

A metáfora João da Penha (5.5.5) surgiu como uma contraposição relacionada à Lei Maria da Penha, que, segundo o participante, as mulheres têm direitos diferentes dos homens em relação ao enfrentamento da violência.

“Já começa pelos direitos né, não sei se ainda inventaram o João da Penha.”(H\_Casal 3)

Nesta categoria foram apresentados os aspectos intergeracionais e transgeracionais envolvidos no processo da violência. Os aspectos intergeracionais foram visualizados por intermédio dos comportamentos agressivos que os participantes do estudo vivenciaram como violência na sua família de origem.

O que se evidenciou nesta pesquisa foi que a presença de violência física grave perpetrada contra os entrevistados na sua infância pode ser correlacionada com a utilização do mesmo modelo de resolução de conflito na sua relação conjugal.

Da mesma forma, os entrevistados que testemunharam a violência na família de origem, sobretudo contra a sua mãe, também apresentaram violência na sua relação conjugal. Nesse sentido, essas constatações corroboram a influência das relações intergeracionais na perpetuação do processo da violência.

Também, verificou-se que os participantes, que relataram não estarem expostos à violência na sua família de origem, narraram violência na sua relação conjugal. Por sua vez, pode-se entender que, por meio da negação da violência na família de origem, como observado nos resultados já demonstrados nesta pesquisa, os participantes podem não ter considerado as experiências de violência, a fim de sustentar uma idealização da família de origem.

Pode-se inferir que a influência da transmissão transgeracional por meio dos legados culturais machistas e patriarcais pode sustentar o modelo na resolução conjugal por meio da violência.

Quando analisado o que os participantes se propuseram a fazer diferente do que seus pais faziam, constataram-se aspectos relacionados à menor violência na educação dos filhos, assim como, às questões de igualdade entre os gêneros, relacionadas aos direitos e afazeres domésticos.

O que se constatou foi que, apesar dos esforços para se diferenciarem dos modelos da família de origem, os participantes

reproduziram a violência na educação das crianças, como também, a escolha do cônjuge influenciou na reprodução dos valores tradicionais machistas na relação conjugal.

Da mesma forma, as crenças familiares foram utilizadas como justificativas para o comportamento de perpetrar a violência. Os atos agressivos, sobretudo aqueles cometidos pelo pai e mãe foram relacionados a um fator externo, isto é, a violência foi atribuída à influência da bebida ou à doença, não sendo reconhecida como responsabilidade do agressor.

Por sua vez, ressaltam-se a intensidade do vínculo e a lealdade aos valores familiares como mecanismos que podem influenciar na justificativa da violência, sustentando o silêncio coconstruído entre os integrantes da família.

### 3. Considerações Finais

O posicionamento epistemológico da complexidade pressupõe a contextualização dos diversos elementos que compõem o objeto de estudo, de forma a permitir conhecer a trama de relações existentes e as conexões estabelecidas entre esses elementos.

Dessa forma, a complexidade envolvida no processo da violência destacou-se nos achados desta pesquisa, por meio da visibilidade do fenômeno nos diferentes sistemas contextuais, considerando desde o posicionamento individual e relacional, as influências do macrosistema e a transmissão da violência ao longo das gerações familiares.

O que se observou foi que a contextualização de todos os elementos envolvidos no fenômeno, assim como a análise ampla desse processo, considerando a influência dos diferentes níveis bioecológicos proposto por Bronfenbrenner, foi fundamental para não realizar o equívoco de uma análise linear de causa e efeito da violência conjugal.

Assim, o posicionamento epistemológico da complexidade permitiu o reconhecimento dos elementos de forma inclusiva, o que possibilitou evidenciar as contradições e os paradoxos inerentes ao fenômeno da violência. Por sua vez, a consciência da complexidade apresentou-se como um desafio, no sentido de dialogar com diversos elementos que influenciaram o significado da violência. Ancorado na análise das categorias principais, pretende-se levantar alguns pontos de destaque que apareceram ao longo da pesquisa.

Cabe apontar que, ao abordar inicialmente o fenômeno, perguntando sobre o significado da violência baseada numa perspectiva geral, possibilitou ao entrevistado falar livremente da violência observada no outro, favorecendo a entrada no tema.

Observou-se que, ao mesmo tempo em que o participante relatava a violência observada externamente, ele também se implicava em diferentes cenas que reconheceu no seu cotidiano. Assim, constatou-se que a primeira aproximação do tema por meio daquilo que os participantes observavam de violência no outro foi fundamental para romper a barreira que permeia a temática da violência nas relações familiares e conjugais.

É importante ressaltar que a referência daquilo que os entrevistados buscavam no outro sobre o significado da violência esteve fortemente balizado pelas cenas observadas na televisão. Dessa maneira, a mídia apresentou-se como um importante fator contextual

evidenciado pela sua influência na construção do significado da violência. Constatou-se no discurso dos casais que o reconhecimento das consequências da violência psicológica apareceu no mesmo patamar das consequências da violência física, demonstrando uma superação do reconhecimento exclusivamente da violência física nas relações conjugais.

Portanto, evidenciou-se que para esses entrevistados a percepção da violência psicológica não esteve subordinada à presença de violência física nas relações conjugais, e, sim, ao grau de intensidade da violência vivenciada na relação conjugal.

Também, verificou-se que os mecanismos adotados pelos participantes como estratégia de enfrentamento da situação de violência foram bem sucedidos em relação à violência física; no entanto, essas estratégias não foram efetivas em relação à violência psicológica. Nesse sentido, levanta-se a necessidade de estudos que aprofundem o foco da violência psicológica e que identifiquem estratégias que possam apresentar-se como bem sucedidas no enfrentamento dessa violência.

Em relação à rede de apoio significativa identificada nesta pesquisa, problematiza-se o posicionamento das figuras significativas para os participantes frente ao fenômeno da violência. O que se notou foi que nenhum apoio apresentou-se por meio de um posicionamento reflexivo para a tomada de decisão frente ao fenômeno da violência, e, sim, como uma postura de escuta e acolhimento, tendendo à sustentação das relações permeadas pela violência.

As redes mais próximas das pessoas que sofreram violência posicionaram-se de forma a não se envolverem na relação conjugal, justificando esse comportamento por meio do ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, pois a conclusão das redes de apoio significativas é que, depois da violência entre o casal, “os dois acabam se entendendo e eu é que fico de vilão da história.”

Nesse sentido, busca-se evidenciar a responsabilidade dos serviços que atendem as famílias e os casais que vivenciam a violência em suas relações. Como mencionado acima, as redes de apoio significativas das famílias que sofrem violência não apresentam um posicionamento de apoio quanto à tomada de decisão frente ao problema, cabendo esse papel aos serviços institucionais que atendem a essa demanda.

O que se verificou nesta pesquisa foi que os recursos externos como o Judiciário e a garantia da lei foram utilizados como uma forma bem sucedida no enfrentamento da violência física grave entre o casal, mas não teve impacto na diminuição da violência

psicológica na relação conjugal. Dessa maneira, aponta-se para a importância dos serviços tanto na esfera do Judiciário, como na área da Saúde e Assistência Social na identificação, no manejo da situação de crise e na continuidade do acompanhamento dos casais que utilizam diferentes formas de violência em suas relações conjugais.

Considerando esse posicionamento, cabe destacar que a violência se sustenta em um processo de coparticipação entre todos os membros da família. Ao assumir essa postura, o profissional não responsabiliza somente um indivíduo sobre a violência na família, mas se propõe a uma leitura de como os elementos envolvidos nesse processo participam de forma a coconstruírem as relações de violência no sistema familiar. Dessa maneira, pode-se promover a reflexão sobre mudanças necessárias de cada um dos elementos envolvidos para que as relações que envolvam a violência não se perpetuem. Nessa mesma perspectiva, destaca-se a construção de novas habilidades para lidar com as sutilezas envolvidas nas relações que envolvem a violência psicológica.

Em relação aos aspectos de transmissão intergeracionais da violência, evidenciou-se que os participantes que vivenciaram violência física grave na sua família de origem ou testemunharam a violência grave, sobretudo contra a sua mãe, utilizaram o mesmo modelo de resolução de conflito na sua relação conjugal. O que se constatou foi que, apesar dos esforços para se diferenciarem dos modelos da família de origem, os participantes reproduziram a violência nas suas relações atuais.

Também se verificou que os participantes que não foram expostos à violência na sua família de origem utilizaram-se de violência na sua relação conjugal. Dessa maneira, podem-se inferir duas possibilidades de explicação para esse fenômeno: a) a influência da transmissão transgeracional, por meio dos legados culturais e ideologias machistas e patriarcais; b) a negação da violência na família de origem. Essa duas hipóteses foram levantadas, pois ao longo das narrativas constatou-se a influência dos valores machistas, presentes no cotidiano das relações conjugais, desencadeando a violência psicológica o que, por sua vez, acarretou intenso sofrimento emocional. Da mesma forma, a negação da violência na família de origem, no sentido da sua não visualização, esteve relacionada às crenças familiares que justificaram a violência na família de origem, assim como, ao intenso vínculo entre os membros da família e lealdade aos valores familiares.

Outra constatação deste estudo foi que, para o entendimento do processo da violência na relação conjugal, fez-se necessário trazer à tona

o sistema conjugal que se sustentou baseado em uma trama relacional. Nesse sentido, pode-se contextualizar o posicionamento ambivalente dos participantes em relação à tomada de atitude frente ao processo da violência.

O que se notou foi que o posicionamento de justificar a violência sofrida na família de origem também foi evidenciado na relação conjugal atual. Nesse sentido, defende-se um posicionamento reflexivo e ampliado daqueles que observam o fenômeno da violência nas relações familiares, por meio de uma postura ética e de respeito em relação às crenças da família. Essa postura não significa ser conivente ou negligente em relação à violência, mas estar internamente disponível para compreender os mitos e valores intergeracionais relacionados ao processo da violência, assim como as ligações de lealdade e afeto que vêm sendo transmitidas de geração em geração.

Em termos metodológicos, cabe ressaltar que este estudo se constituiu num desdobramento de pesquisa maior, sendo que o ponto de partida foram os indicadores quantitativos e a problematização desses dados. O desafio encontrado pela pesquisadora neste estudo foi como voltar aos participantes e se aproximar dos casais que referiram utilizar a violência na sua relação conjugal. Dessa forma, a construção do questionário semiestruturado exigiu intensa reflexão no sentido de permitir o acesso à temática, assim como o aprofundamento do objeto de estudo.

Uma dificuldade importante de se mencionar, sobretudo quando se trabalha com pesquisas qualitativas, refere-se à tendência à desistência dos participantes nos estudos que abordam temáticas como a violência. Nesta pesquisa foram realizados 29 (vinte e nove) contatos sendo que 12 (doze) pessoas recusaram-se a participar. E, mesmo aquele que agendou a entrevista recusou-se a responder o questionário depois que a esposa já havia respondido. Diante desse fato, supõe-se que a desistência do participante pode ser devido a uma postura defensiva em relação ao tema, o que demonstra a dificuldade em se pesquisar sobre a temática da violência.

Outro aspecto metodológico destacado nesta pesquisa foi a utilização do modelo bioecológico de Bronfenbrenner associado com o pressuposto epistemológico da Complexidade de Morin. Observou-se que a proposta do modelo bioecológico facilitou a identificação dos diversos elementos envolvidos no fenômeno da violência. E, a Epistemologia da Complexidade possibilitou a integração, contextualização e a produção do conhecimento em relação ao objeto de estudo desta pesquisa.

Cabe mencionar a contribuição do grupo de pesquisa do projeto maior por meio de ações de extensão à comunidade por intermédio dos “Ciclos de Oficinas sobre Psicologia do Desenvolvimento em Instituições de Educação Infantil”. As oficinas contaram com os pais e professores das escolas que participaram do projeto maior. As atividades foram abertas a todos os pais e o objetivo foi ampliar o conhecimento dos cuidadores acerca do desenvolvimento infantil.

Em relação às limitações encontradas nesta pesquisa, assentam-se na própria temática e na dificuldade de abordá-la, considerando todos os princípios éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos. Por sua vez, acredita-se que, dada a diversidade do fenômeno, enfatiza-se a importância de continuar dando visibilidade à trama relacional nos diferentes estágios do ciclo vida, por entender que a violência adquire outras nuances e tipos de enfrentamento em relação aos diferentes momentos da vida.

Com base nos dados de pesquisa, da qual emergiram claramente as narrativas em torno da violência psicológica, sugere-se a possibilidade de novos estudos de delineamento qualitativo sobre esse tema, no sentido de visualizar as estratégias de enfrentamento e o apoio social das pessoas envolvidas com o fenômeno.

Este trabalho finaliza, portanto, com a compreensão de que os significados da violência conjugal são coconstruídos apoiados na articulação dos diferentes elementos encontrados tanto nos níveis pessoal relacional e contextual, como no temporal, que influenciam decisivamente no posicionamento em relação ao fenômeno da violência. Por isso, destaca-se a importância da continuidade de estudos que possam gerar subsídios de transformação de significados, no sentido de que possam sustentar outras possibilidades de conversações em torno desta temática e que caminhem principalmente na confirmação constante da alteridade do outro.



## Referências

- ALMEIDA, M.V. Violência conjugal e álcool: (in) existência de uma relação causal? Portugal, 2009. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses) - Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, T.; RODRIGUES, K. R. B.; SILVA, A. A. O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. *Estudos de Psicologia*, v.13, n. 1, p. 83-90, 2008.
- ARCHER, J. Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, v.126, p. 651-680, 2000.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. Um cenário em (des)construção. In: UNICEF. *Direitos Negados - a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2005.
- BANISTER, P; BURMAN, E; PARKER, I; TAYLOR, M; TINDALL, C. *Qualitative Methods in Psychology: A Research Guide*. Milton Keynes: Open University Press, 1994.
- BARTHOLOMEW, K. Avoidance of intimacy: an attachment perspective. *Journal of social and personal relationship*, v. 7, p. 147-178, 1990.
- BAUCOM, D; EPSTEIN, N. *Cognitive Behavioral marital therapy*. Nova York: Brunner/Mazel, 1990.
- BAUCOM, D; EPSTEIN, N; DAIUTO, A; CARELS, R; BURNETT, C K. Cognitions in marriage: the relationship between standards and attributions. *Journal of Family psychology*, v. 10, p. 72-88, 1996.
- BOAS, A.C.V.B.V.; DESSEN, M.A.; MELCHIORI, L.E.M. Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 62, n. 2, 2010.
- BOLSONI-SILVA, A.T.; MARTURANO, E.D. Procedimento de avaliação em terapia de casais a partir de múltiplos instrumentos. *Temas em Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 31-44, 2010.

BOLZE, S. D. A.; SCHMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. Conflito conjugal: uma revisão da Produção Científica Brasileira. Pensando Famílias, v.15, n. 2, 2011.

BOLZE, S. D.A. A relação entre engajamento paterno e conflito conjugal dos pais com crianças de 4 a 6 anos. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BOSSARDI, C.N. Relação do engajamento parental e relacionamento conjugal no investimento com os filhos. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G.M. Lealtades Invisibles: Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOWEN, M. De la familia al individuo: La diferenciacion del si mismo en el sistema familiar. Buenos Aires: Paidós, 1998.

BRANCALHONE, P.G.; FOGO, J.C.; WILLIAMS, L.C.A. Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Acadêmico. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 2, p. 113-117, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2669, de 03 de novembro de 2009. Estabelece as prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, nos componentes pela Vida e de Gestão, e as orientações, prazos e diretrizes do seu processo de pactuação para o biênio 2010 – 2009. Brasília: DF.

BRASIL. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRAZ, M.P.; DESSEN, M.A.; SILVA, N.L.P. Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.18, n.2, p.151-161, 2005.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRONFENBRENNER, U. *Making human beings human: Bioecological perspectives on human developmental*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In: LERNER, M.; DAMON, W. *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*, v. 1. New York: John Wiley & Sons, 1998.

CAILLÉ, P. *Um e um são três: o casal se auto-revela*. São Paulo: Summus, 1994.

CANTERA, L. Más allá del género: Nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja. *Athenea Digita: Revista de Pensamiento e Investigación Social*. v.6, 2004.

CANTERA, L. *Violência no casal: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CANTERA, L.; GAMERO, V. La violencia en la pareja a la luz de los estereotipos de género. *Psico*, v. 38, n. 3, p. 233-237, 2007.

CAPALDI, D.M.; CLARK, S. Prospective family predictors of aggression toward female partners for at-risk Young men. *Development psychology*, v. 34, p.1175-1188, 1998.

CARTER, B; MACGOLDRICK, G. *As mudanças no ciclo de vida: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CARVALHO-BARRETO, A.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F; ALMEIDA, P.C.; DESOUSA, E. *Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica*. *Revista: reflexão e crítica*. v. 22, n. 1, p. 86-92, 2008.

CASPI, A.; MOFFIT, T. E. The continuity of maladaptive behavior: from description to understanding in the study of antisocial behavior. In: CICCHETTI, D.; COHEN, D. *Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation*, v. 2, New York: Wiley, 1992.

CASTOLDI, L.; LOPES, R.C.S.; PRATI, L.E. O Genograma como Instrumento de Pesquisa do Impacto de Eventos Estressores na Transição Família-Escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 2, p. 292-300, 2006.

COSTA, L.F.; PENSO, M.A.; RUFINI, B.R.; MENDES, J.A.A.; BORBA, N.F. Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 2, p. 245-25, 2007.

CRESWELL, J. W. *Research design: Qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

CUI, M.; DURTSCHI, J.; DONNELLAN, M.B; LORENZ, F.O.; CONGER, R.D. Intergenerational Transmission of Relationship Aggression: A Prospective Longitudinal Study. *Journal of Family Psychology*, v. 24, n. 6, p. 688-697, 2010.

CUMMINGS, E.M.; DAVIES, P.T. Effects of marital conflict on children: recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal Child Psychol Psychiatry*, v. 43, n. 1, p. 31- 63, 2002.

CUMMINGS, E.M; DAVIES, P.T. Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 43, n. 1, p. 31-63, 2002.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S.H. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, v. 18, n.1, p. 17-30, 2010.

ESPINAR, E., MATEO, M. A. Violencia de género: Reflexiones conceptuales, derivaciones prácticas. *Papers*, v. 86, p.189-201, 2007.

FALCKE, D.; FERES-CARNEIRO, T. Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. In: WAGNER, A. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FALCKE, D; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, A. *Como se*

perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: Edi PUC-RS, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T; ZIVIANI, C. Conjugalidade contemporânea: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. Casal e família: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, R. Z. A biologia na violência. Ciência e saúde coletiva, v. 7, n. 1, p. 97-202, 2002.

FOLLINGSTAD, D.R.; RUTLEDGE, L.L.; BERG, B.J.; HAUSE, E.S.; POLEK, D.S. The role of emotional abuse in physically abusive relationship. *Journal of Family violence*, v. 5, p. 107-120, 1990.

FONTANA, M.; SANTOS, S. F. Violência contra a mulher. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001.

FRANCIS, J.J.; JOHNSTON, M.; ROBERTSON, C; GLIDEWELL, L; ENTWISTLE, V; ECCLES, M. P.; GRIMSHAW, J. M. What is an adequate sample size? Operationalising data saturation for theory-based interview studies. *Psychology and health*, v. 25, n. 10, p. 1229-1245, 2010.

GONZÁLEZ- REY, F. L. Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GOTTMAN, J. M. Psychology and the study of marital process. *Annual Review of Psychology*, v. 49, p. 169-197, 1998.

GRANDESSO, M. Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GRANDESSO, M. Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GRAY, H. M.; FOSHEE, V. A. Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 12, p. 126-141, 1997.

GROSSI, P.K. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In: GROSSI, P. K.; WERBA, G. C.

Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHSON, L. How Many Interviews Are Enough?: An Experiment with Data Saturation and Variability. *Field Methods*, v. 18, n. 59, 2006.

HARRIS, S.M.; DERSH, C.A. "I'm Just Not Like that": Investigating the Intergenerational Cycle of Violence. *The Family Journal*, v. 9, n. 3, p. 250-258, 2001.

HATFIELD, E; RAPSON, R. L. Love, sex, and intimacy: their psychology, biology and history. Nova York: Harper Collins College publishers, 1993.

HENDY, H.M.; WEINER, K.; BAKEROFSKIE, J.; EGGEN, D.; GUSTITUS, C.; MCLEOD, K. C. Comparison of six models for violent romantic relationship in college men and women. *Journal of interpersonal violence*, v. 18, p.645-665, 2003.

IMURA, C.P.; SILVEIRA, A. M. Como explicar a violência. In: ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE [OPAS]. Podemos prevenir a violência: teorias e práticas. Brasília: OPAS, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Estudos e pesquisas: Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES- CARNEIRO, T. Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

KOLLER, S. H. Violência doméstica: Uma visão ecológica. In: AMENCAR Violência doméstica. Brasília: Unicef, 1999.

KOLLER, S.H.; DE ANTONI, C. Violência intra-familiar: uma visão ecológica. In: KOLLER,S.H. Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KREPPNER, K. The Child and the Family: Interdependence in Developmental Pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 1, p.11-22, 2000.

KRUG, E.G.; DAHLBERG, L.L.; MERCY, J.A.; ZWI, A.B; LOZANO, R. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

KWONG, M. J.; BARTHOLOMEW, K.; DUTTON, D. G. Gender differences in patterns of relationship violence in Alberta. *Canadian journal of behavioral science*, v. 31, p. 150–160, 1999.

KWONG, M. J.; BARTHOLOMEW, K.; HENDERSON, A. J. Z.; TRINKE, S. J. The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, v. 17, p. 288–301, 2003.

KWONG, M. J.; BARTHOLOMEW, K.; HENDERSON, A. J. Z.; TRINKE, S. The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of family psychology*, v. 17, n. 3, p. 288-301, 2003.

LINDER, R.J.; COLLINS, W.A. Parent and peer predictors of verbal aggression, physical aggression, and conflict management in romantic relationships in late adolescence and young adulthood. *Journal of Family Psychology*, v.19, p. 252-262, 2005.

MALDONADO, D. P. A.; WILLIAMS, L. C. A. O Comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, v.10, n.3, p.356-362, 2005.

MALIK, S.; SORENSON, S. B.; ANESHENSEL, C. S. Community and dating violence among adolescents: Perpetration and victimization. *Journal of Adolescent Health*, v. 21, p. 291–302, 1997.

MCCLOSKEY, L. A.; LICHTER, E. L. The contribution of marital violence to adolescent aggression across different relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, v.18, p. 390–412, 2003.

MCGOLDRICK, M.; GERSON, R. Genetograma e o ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MCNAMEE, S.; GERGEN, K.J. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MELO, E. M. *Podemos prevenir a violência*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec / Abrasco, 1992.

MINAYO, M.C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINAYO, M.C.S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1259-1267, 2006.

MINAYO, M.C.S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: *MINISTÉRIO DA SAÚDE. Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2005.

*MINISTÉRIO DA SAÚDE. Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2005.

*MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço*. Brasília, 2002.

MINUCHIN, S. *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes médicas, 1982.

MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H.; REICHENHEIM, M. E. Portuguese transcultural adaptation of the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2), an instrument used to identify partner violence. *Cadernos de Saúde Pública*, v.18, p.163-175, 2002.

MORÉ, C.L.O.O. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Paidéia*, v. 15, n.31, p. 287-297, 2005.

MORÉ, C.L.O.O. O processo hermenêutico da violência na prática profissional: uma mirada desde a perspectiva de gênero. Não publicado. Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 2011.

MORÉ, C.L.O.O.; CANTERA, L. La violencia contra La mujer y La práctica profesional: la perspectiva de La familia, redes de apoyo e interdisciplinarietà. I Congreso de Intervención para el Estudio de la Violencia Contra las Mujeres. España, 2010.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. IN: MARTINS, F.M.; SILVA, J.M. (Org.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSMANN, C.; WAGNER, A. Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, v.10, n. 2, p.79-103, 2008.

MUHR, T. ATLAS/Ti the knowledge workbench. Quick tour for beginners. Berlin: Scientific Software Development, 2004.

NARCISO, I.; Ribeiro, M. T. Olhares sobre a conjugalidade. Lisboa: Coisas de ler, 2009.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. H. Famílias, violências e gêneros: Desvelando a trama da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: STREY, M.; AZAMBUJA; JAEGER. Violência, gênero e políticas públicas, v. II. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

NETO, J.A.S.; STREY, M.N.; MAGALHÃES, A.S. Sobre as motivações para a conjugalidade. In: WAGNER, A. Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. Terapia Familiar: Conceitos e Métodos 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NORGREN, M. B. P.; SOUZA, R. M.; KASLOW, F.; HAMMERSCHMIDT, H.; SHRLIN, S. A. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. Estudos Psicológicos, v.9, n.3, 2004.

NJAINE, K. Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP, 2004.

O'KEEFE, M. Predictors of dating violence among high school students. Journal of Interpersonal Violence, v.12, p. 546–568, 1997.

O'KEEFE, M.; TREISTER, L. Victims of dating violence among high school students. Violence Against Women, v. 4, p. 195–223, 1998.

O'LEARY, K. D.; MALONE, J.; TYREE, A. Physical aggression in early marriage: Prerelationship and relationship effects. Journal of Consulting and Clinical Psychology, v. 62, p. 594–602, 1994.

OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. Revista ciência e saúde coletiva. v.16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

OLSEN, J. P.; PARRA, G. R.; BENNETT, S. A. Predicting violence in romantic relationships during adolescence and emerging adulthood: A critical review of the mechanisms by which familial and peer influences operate. Clinical Psychology Review, v. 30, p. 411–422, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE [OPAS]. Repercussão da violência na saúde das populações Americanas. Washington: Opas, 2003.

PENSO, M.A.; COSTA, L.F.; RIBEIRO, M.A. Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: PENSO, M.A.; COSTA, L.F. A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A.; SILVA, N.L.P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M A S; COSTA,A.L. A Ciência do Desenvolvimento Humano: tendências atuais e perspectivas futuras. São Paulo: Artmed, 2005.

PONDAAG, M.C.M. Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais. Tese (Doutorado de Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RAVAZZOLA, M. C. Historias infames: los maltratos em las relaciones. Buenos Aires: Paidós, 2005.

REICHENHEIM, M. E.; MORAES, C. L.; SZKLO, A.; HASSELMANN, M. H.; SOUZA, E. R.; LOZANA, J. A.; FIGUEIREDO, V. The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 2, p.425-437, 2006.

REICHENHEIM, M.E.; DIAS, A.S.; MORAES, C.L. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 40, n. 4, 2006.

REIS, P.R. Evaluación de actitudes, creencias y cogniciones en violencia de género. (Master de Psicología Jurídica) Universidad Autónoma De Barcelona, Barcelona, Espanha, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGrawHill, 2006.

SANTOS, A.C.W. Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, A.C.W. Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial. Dissertação (Dissertação de Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, A.C.W.; MORÉ, C.L.O. Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. *Ciência e profissão*, v.31, n. 2, p. 220-235, 2011.

SCANTAMBURLO, N.P.; MORÉ, C.L.O.O.; CREPALDI, M.A. O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 44, p. 21-34, 2012.

SCHMIDT, B; SCHNEIDER, D.R.; CREPALDI, M.A. Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: contribuições do pensamento sistêmico. *Psico*, v. 42, n. 3, p. 321-329, 2011.

SERAPIONE, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Revista Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 187-92, 2000.

SILVA, L.L.; COELHO, E.B.S.; CAPONI, S.N.C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Revista Interface*, v.11, n.21, p.93-103, 2007.

SILVARES, E. F. M.; SOUZA, C. L. Discórdia conjugal: distúrbios psicológicos infantis e avaliação diagnóstica comportamental-cognitiva. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 10, n. 1, p. 200-213, 2008.

SLEP, A.M.S.; O'LEARY, S.G. Parent and Partner Violence in Families With Young Children: Rates, Patterns, and Connections. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 73, n. 3, p. 435-444, 2005.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STRAUSS, M. A.; KANTOR, G. K. Corporal punishment by parents: A risk factor in the epidemiology of depression, suicide, alcohol abuse, child abuse and wife beating. *Adolescence*, v. 29, p. 543-561, 1994.

TAKAHASHI, K. Affective relationships and their lifelong development. In: BALTES, P.B.; FEATHERMAN, D.L.; LERNER, R. M. Life span development and behavior. New Jersey: Lawrence Erlbaum associates, 1990.

TOLAN, P.; GORMAN-SMITH, D.; HENRY, D. Family Violence. *Annual Rev. Psychol*, v.57, p. 557-583.2006.

VASCONCELOS, M.J.E. Pensamento sistêmico. O novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

VOLD, G.B.; BERNARD, T.J.; SNIPES, J.B. Biological factors and criminal behavior. In: VOLD, G.B.; BERNARD, T.J.; SNIPES, J.B. *Theoretical Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WALSH, F. A família no estágio tardio da vida. In: Carter, B.; McGoldrick, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

WANDERBROOKE, A.C. A violência familiar na perspectiva de idosos e profissionais no contexto da atenção primária à saúde. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.H.; JACKSON, D. *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix, 1973.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, p. 302-310, 2008.

WHITAKER, A. *Dançando com a família: uma abordagem simbólico-experiencial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

## Apêndice

### Apêndice 1 - Roteiro de entrevista:

1. O que é violência de um modo geral para você?
2. Para você, o que é violência na família? (Existe diferença entre brigas e discussão de violência?)
3. Na sua percepção, existe outro tipo de violência na família? Pedir exemplo.
4. Na sua opinião, existe algum tipo de violência diferente da agressão física? De um exemplo. (Caso não refira outra violência sem ser física)
5. Você já ouviu falar sobre violência psicológica?
6. O que é para você a violência entre um casal?
7. Na sua percepção, a violência da mulher é diferente da violência do homem?  
'Agora eu gostaria que você pudesse pensar na relação de vocês enquanto casal'
8. Você se lembra de alguma situação que envolveu brigas e discussão na sua relação?
9. O que foi mais marcante nessa situação?
10. Na sua opinião, quais as consequências dessa situação para você?
11. Como ficou o seu relacionamento com o seu companheiro?
12. Na sua opinião, como se chegou as brigas e discussões na relação de vocês? (aprofundar na seqüência dessas situações)
13. 13. E que outras situações terminam dessa forma, em discussões e brigas? (aprofundar na seqüência dessas situações)
14. Você considera que é possível modificar essa situação? Como? (Qual a sua posição frente a isso?)
15. Como vocês fizeram para resolver essas brigas e discussões na relação de vocês? (caso seja um episódio que já ocorreu e não acontece mais)
16. A quem você recorreu ou confiou para falar sobre esse assunto? Como você acha que essa pessoa te ajudou?
17. O que fica para você dessas situações de brigas e discussões?

### Aplicação do genograma:

A pesquisadora leva o genograma da família nuclear desenhado em uma cartolina. Nesta etapa da entrevista, explica-se ao entrevistado o instrumento:

‘Agora eu gostaria de mostrar esse desenho que se chama genograma. Esse desenho é utilizado no trabalho com famílias para identificar as diferentes gerações. Aqui estão vocês, a partir dos dados que nós temos, o quadrado é o homem e o círculo é a mulher e estaria faltando o desenho de seus pais e seus irmãos. Trouxemos esse desenho para nos ajudar a entender se isso que acontece com vocês, você também visualizava na família de origem, quer dizer da família de onde você veio’.

18. Como você via a relação de seus pais? Você observou que havia brigas e discussões (violência) entre seus pais quando você era criança?

19. Em quais situações era mais intenso?

20. Como os seus pais resolviam essa situação?

21. Quando você era criança, o que eles te falavam sobre essa situação?

22. Você recorria a alguém nesses momentos de brigas e discussões (violência) entre seus pais?

23. Como você acha que essa pessoa te ajudou?

24. O que você faz de diferente dos que seus pais faziam com você?

Eu já te agradeço e te agradeço novamente. E pensando em tudo o que nós falamos qual palavra no seu entender melhor se aproxima da ideia de violência?

## Apêndice 2 - Roteiro da abordagem inicial

### a) Primeiro contato com a família (contato telefônico):

‘Bom dia. Meu Nome é Natalia, eu sou psicóloga e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, e estou entrando em contato novamente com você a partir da entrevista que você e seu marido responderam sobre os casais e as famílias que têm filhos entre 4 a 6 anos. Foram entrevistas 150 famílias e surgiram dados muitos importantes de casais que têm filhos pequenos.

Neste momento, estamos em uma segunda etapa da pesquisa aprofundando alguns dados que surgiram. Eu gostaria de lhe perguntar se você aceitaria participar dessa segunda etapa e marcar um novo encontro. O objetivo será de aprofundar alguns dados da relação do casal e da família. É muito importante que você e seu marido respondam. As entrevistas serão separadas e duram em média de uma hora. Vocês têm disponibilidade em participar novamente?’

### b) Segundo contato com a família (Visita a casa do participante):

#### Aquecimento:

1. Agradecer a oportunidade de nos receber;
2. Gostaria de lembrar em linhas gerais sobre a pesquisa anterior. Participaram 150 famílias e os dados que surgiram foram bem significativos.

Por exemplo, observamos que o pai se engaja no cuidado do filho quando relação conjugal, com sua esposa, vai bem. Quanto mais o pai está satisfeito com o relacionamento, mais realiza os cuidados básicos do filho. Também observamos que o temperamento dos filhos influencia a qualidade da relação do casal.

E quanto mais o pai se engaja no cuidado do filho, menos os filhos apresentam problemas de agressividade.

Esses dados são muito importantes, pois podemos entender e analisar os fatores que influenciam o relacionamento do casal e o cuidado com os filhos.

c) O objetivo desta entrevista é aprofundar aspectos que afetam o relacionamento do casal, por exemplo, brigas, desentendimentos, discussões. E como estas coisas afetam o cotidiano da família e dos seus integrantes de modo individual, pois cada um reage às situações de modo diferente.



## Anexos

### Anexo 1 – Questionário sócio demográfico

Por favor, responda as seguintes questões que se referem a informações gerais sobre você e sua família.

#### DADOS DA FAMÍLIA

##### - Informações demográficas

##### 1. Cidade de residência

Balneário Camboriú.....1  
 Florianópolis..... 2  
 Itajaí..... 3  
 São José.....4

##### 2. Número de pessoas (informar quem são as pessoas que moram na casa, sem contar os empregados. Incluir o respondente)

Total: \_\_\_\_\_ pessoas

##### 3. Quem vive na casa (anotar idade)

Respondente ..... 1 \_\_\_\_\_Anos  
 Companheiro(a) ..... 2 \_\_\_\_\_Anos  
 Filhos de 0 a 3 anos..... 3 Quantos? \_\_\_\_\_  
 Filhos de 4 a 6 anos..... 4 Quantos? \_\_\_\_\_  
 Filhos de 7 a 16 anos..... 5 Quantos? \_\_\_\_\_  
 Filhos com mais de 16 anos..... 6 Quantos? \_\_\_\_\_  
 Outras crianças e jovens menores de 18 anos (ex. enteados ou adotados, de criação, filhos de parentes e amigos) .....7 Quantos?  
 \_\_\_\_\_

Outros parentes adultos ..... 8 Quantos? \_\_\_\_\_

Amigos adultos ..... 9 Quantos? \_\_\_\_\_

Total de pessoas declaradas na P.3: \_\_\_\_\_

- Quantos filhos frequentam a escola? \_\_\_\_\_ (contando a criança alvo)

- Em que período a criança-alvo frequenta a escola?

Manhã ( ); Tarde ( ); Integral ( )

#### 4. Composição familiar:

Família nuclear pais biológicos de todos os filhos.....	1
Família nuclear pais adotivos da criança alvo.....	2
Família recasada com pais biológicos da criança alvo.....	3
Família recasada com madrastra da criança alvo.....	4
Família recasada com padrasto da criança alvo.....	5
Família recasada com mãe adotiva da criança alvo e padrasto.....	6
Família recasada com pai adotivo da criança alvo e madrastra.....	7
Família estendida com pais biológicos das crianças e outros parentes e amigos.....	8
Família estendida com madastra da criança alvo e outros parentes e amigos.....	9
Família estendida com padrasto da criança e outros parentes e amigos.....	10
Família estendida com pais adotivos das crianças e outros parentes e amigos.....	11
Família estendida com mãe adotiva e padrasto da criança alvo e outros parentes e amigos.....	12
Família estendida com pai adotivo e madrastra da criança alvo e outros Parentes e amigos.....	13

#### 5. Escolaridade

A) Qual a sua escolaridade e qual a escolaridade de seu companheiro?  
Quantos anos concluídos? \_\_\_\_\_

	Respondente	Companheiro(a)
Não alfabetizado	1	1
Ensino fundamental incompleto: primário incompleto	2	2
Ensino fundamental incompleto: primário completo e ginásio incompleto	3	3

Ensino fundamental completo	4	4
Ensino médio incompleto	5	5
Ensino médio completo	6	6
Ensino superior incompleto	7	7
Ensino superior completo	8	8
Pós-graduação	9	9
Não sabe	10	10

#### RENDA FAMILIAR

	Respondente	Companheiro (a)
6. Profissão		
7. Atividade atual		
8. Jornada de trabalho		

9. Você tem empregada/babá: ( ) sim ( ) não

10. Quem cuida da criança quando ela não está na escola: \_\_\_\_\_

11. Quem leva a criança para a escola: \_\_\_\_\_

12. Alguém da família faz uso de alguma medicação contínua ( ) sim ( ) não.

Quem? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

13. Renda familiar mensal

Por favor, vamos ver quanto você, seu/sua companheiro(a) e outras pessoas da casa ganham por mês. Vamos pensar no mês passado...

(Inclua salários, gorjetas, bicos, pensão, rendas de aluguel e outro capital, ajudas financeiras sistemáticas, etc. Registre sempre com .....,00. Se o respondente não souber, anote NÃO SABE).

	Salário	Outros Rendimentos	TOTAL (R\$)
Respondente			
Companheiro(a)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			

Renda familiar total do mês passado

14. Existe(m) algum(ns) mês(es) do ano no(s) qual(is) a renda total é muito maior ou menor do que a do mês passado?

Sim.....1

Não .....2

Não sei .....3

No mês em que é maior, qual é essa variação?

No mês em que é menor, qual é essa variação?

Se houver, faça a soma da renda dos diferentes meses, calcule a média e classifique conforme opções a seguir:

Menos de R\$100,00 .....	1
R\$101,00 a R\$200,00 .....	2
R\$201,00 a R\$300,00 .....	3
R\$301,00 a R\$400,00 .....	4
R\$401,00 a R\$500,00 .....	5
R\$501,00 a R\$600,00 .....	6
R\$601,00 a R\$800,00 .....	7
R\$801,00 a R\$1.000,00.....	8
R\$1.001,00 a R\$1.300,00 .....	9
R\$1.301,00 a R\$1.600,00 .....	10
R\$1.601,00 a R\$2.000,00 .....	11
R\$2.001,00 a R\$3.000,00 .....	12
R\$3.001,00 a R\$4.000,00 .....	13
Acima de R\$4.000,00.....	14

15. Número de cômodos da residência:

Quantos cômodos tem sua casa? (Incluir quarto, cozinha, banheiro e varanda): \_\_\_\_\_

16. Tipo de Casa:

Casa de alvenaria ( ) Casa de Madeira ( ) Casa Mista ( )

Observações: \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---

## Anexo 2 – Escala CTS2

CÓDIGO: \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_  
 PARENTESCO COM A CRIANÇA \_\_\_\_\_

(CTS2)

Mesmo que um casal se entenda muito bem, pode acontecer que os cônjuges tenham desavenças, que eles se contrariem, que tenham expectativas diferentes ou que tenham discussões ou brigas simplesmente porque estão de mau humor, cansados ou por outra razão. Eles se valem de diversos meios para tentar resolver seus conflitos. Você encontrará abaixo uma lista dos meios que podem ter sido utilizados quando você e seu cônjuge estavam em desacordo. Circule o número de vezes em que você se utilizou desses meios e quantas vezes seu parceiro os utilizou ao longo do último ano. Se você e seu parceiro não utilizaram esses meios ao longo do último ano, mas já os utilizaram antes, circule o número 7.

1 = 1 vez durante o último ano	5 = 11 à 20 vezes durante o último ano
2 = 2 vezes durante o último ano	6 = + de 20 vezes durante o último ano
3 = 3 à 5 vezes durante o último ano	7 = não, no último ano, mas isso já aconteceu antes
4 = 6 à 10 vezes durante o último ano	0 = isso nunca aconteceu

1. Você mostrou que se importava com ele(ela) mesmo que vocês estivessem discordando?	1	2	3	4	5	6	7	0
2. Seu(sua) companheiro(a) mostrou que se	1	2	3	4	5	6	7	0

	importava com você mesmo que vocês estivessem discordando?								
3.	Você explicou para seu(sua) companheiro(a) o que você não concordava com ele(ela)?	1	2	3	4	5	6	7	0
4.	Seu(sua) companheiro(a) explicou para você o que ele(a) não concordava com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
5.	Você insultou ou xingou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
6.	Seu(sua) companheiro(a) insultou ou xingou você?	1	2	3	4	5	6	7	0
7.	Você jogou alguma coisa no(a) seu(sua) companheiro(a) que poderia tê-lo(a) machucado?	1	2	3	4	5	6	7	0
8.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
9.	Você torceu o braço de seu(sua) companheiro(a) ou puxou o cabelo dele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
10.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
11.	Você teve uma torção, contusão, « mancha roxa » ou pequeno corte por causa de uma	1	2	3	4	5	6	7	0

briga com seu(sua)  
companheiro(a)?

12.	Seu(sua) companheiro(a) teve uma torção, contusão, « mancha roxa » ou pequeno corte por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
13.	Você mostrou que respeitava os pontos de vista e os sentimentos dele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
14.	Seu(sua) companheiro(a) mostrou que respeitava os seus pontos de vista e os seus sentimentos?	1	2	3	4	5	6	7	0
15.	Você obrigou seu(sua) companheira a fazer sexo sem usar camisinha?	1	2	3	4	5	6	7	0
16.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
17.	Você deu um empurrão em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
18.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
19.	Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele(a) ou usar uma arma, para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer sexo oral ou anal com	1	2	3	4	5	6	7	0

você?

20.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
21.	Você usou uma faca ou arma contra seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
22.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
23.	Você desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
24.	Seu(sua) companheiro(a) desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
25.	Você chamou seu(sua) companheiro(a) de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida?	1	2	3	4	5	6	7	0
26.	Seu(sua) companheiro(a) chamou você de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida?	1	2	3	4	5	6	7	0
27.	Você deu um murro ou acertou seu(sua) companheiro(a) com alguma coisa que pudesse machucar?	1	2	3	4	5	6	7	0

28.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
29.	Você destruiu alguma coisa que pertencia a seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
30.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
31.	Você foi a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
32.	Seu(sua) companheiro(a) foi a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
33.	Você sufocou ou estrangulou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
34.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
35.	Você gritou ou berrou com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
36.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
37.	Você jogou seu(sua) companheiro(a) contra a parede com força?	1	2	3	4	5	6	7	0
38.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
39.	Você disse para ele(a) que achava que vocês poderiam resolver o	1	2	3	4	5	6	7	0

problema?

40.	Seu(sua) companheiro(a) disse para que achava que vocês poderiam resolver o problema?	1	2	3	4	5	6	7	0
41.	Você deveria ter ido a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a), mas não foi?	1	2	3	4	5	6	7	0
42.	Seu(sua) companheiro(a) deveria ter ido a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com você, mas não foi?	1	2	3	4	5	6	7	0
43.	Você deu uma surra em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
44.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
45.	Você segurou seu(sua) companheiro(a) com força?	1	2	3	4	5	6	7	0
46.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
47.	Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele(a) ou usar uma arma para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer	1	2	3	4	5	6	7	0

sexo com você?

48.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
49.	Você virou as costas e foi embora no meio de uma discussão?	1	2	3	4	5	6	7	0
50.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
51.	Você insistiu em fazer sexo quando seu(sua) companheiro(a) não queria, sem usar força física?	1	2	3	4	5	6	7	0
52.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
53.	Você deu um tabefe ou bofetada em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
54.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
55.	Você quebrou um osso por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
56.	Seu(sua) companheiro(a) quebrou um osso por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
57.	Você fez ameaças para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer sexo oral ou anal com você?	1	2	3	4	5	6	7	0

58.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
59.	Você sugeriu que procurassem juntos uma solução para resolver as diferenças ou desavenças?	1	2	3	4	5	6	7	0
60.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
61.	Você queimou ou derramou líquido quente em seu(sua) companheiro(a) de propósito?	1	2	3	4	5	6	7	0
62.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
63.	Você insistiu para que seu(sua) companheira fizesse sexo oral ou anal com você sem usar a força física?	1	2	3	4	5	6	7	0
64.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
65.	Você acusou seu(sua) companheiro(a) de ser « ruim de cama »?	1	2	3	4	5	6	7	0
66.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
67.	Você fez alguma coisa para ofender seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
68.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0

69.	Você ameaçou acertar ou jogar alguma coisa em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
70.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
71.	Você sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
72.	Seu(sua) companheiro(a) sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
73.	Você chutou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
74.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
75.	Você fez ameaças para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer sexo com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
76.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
77.	Você concordou com a solução que foi sugerida por ele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
78.	Seu(sua) companheiro(a) concordou com a solução que foi sugerida por você?	1	2	3	4	5	6	7	0

Copyright © 1995 Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman. Traduit par Y. Lussier (1997) grâce à une permission spéciale des auteurs.